

# ANUÁRIO

## 2014

# 6

**OS DÍZIMOS SOBRE A PRODUÇÃO AGRÍCOLA (E PECUÁRIA)  
NA CAPITANIA DO FUNCHAL (1775-1815):  
NOTAS DE HISTÓRIA ECONÓMICA E SOCIAL**

**FILIPE DOS SANTOS**

ANUÁRIO 2014

CENTRO DE ESTUDOS DE HISTÓRIA DO ATLÂNTICO

ISSN: 1647-3949, FUNCHAL, MADEIRA (2014)

PP. 119 - 175



**CEHA**  
CENTRO DE ESTUDOS DE  
HISTÓRIA DO ATLÂNTICO

REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

## **OS DÍZIMOS SOBRE A PRODUÇÃO AGRÍCOLA (E PECUÁRIA) NA CAPITANIA DO FUNCHAL (1775-1815): NOTAS DE HISTÓRIA ECONÓMICA E SOCIAL<sup>1</sup>**

### **Tithes on Agricultural (and Livestock) Production in the Captaincy of Funchal (1775-1815): Notes on Economic and Social History**

**Filipe dos Santos – CEHA**

Técnico Superior – Secretaria Regional da Cultura, Turismo e Transportes (Região Autónoma da Madeira) – *Centro de Estudos de História do Atlântico*. Mestre em *Estudos Locais e Regionais* pela *Universidade do Porto*. Endereço electrónico: fdvsantos@gmail.com. Página pessoal online: <https://sites.google.com/site/filipedossantoshompage/>. Página em Academia.edu: <http://independent.academia.edu/FSantos>.

<sup>1</sup> Abreviaturas e Acrónimos usados: AHU – Arquivo Histórico Ultramarino; ANTT – Arquivo Nacional da Torre do Tombo; alm. – almude(s); alq. – alqueire(s); ARM – Arquivo Regional da Madeira; b. – barril(s); C.<sup>a</sup> – Câmara; can. – canada(s); doc(s). – documento(s); fl(s). – fôlio(s); JRFF – Junta da Real Fazenda do Funchal; lv.<sup>o(s)</sup> – livro(s); m. – moio(s); p(p). – página(s); p. – pipa(s); PJRFF – Provedoria e Junta da Real Fazenda do Funchal; q.<sup>tas</sup> – quartas; v.<sup>o</sup> – verso; vol(s). – volume(s).

## RESUMO

Com base, sobretudo, nas contas correntes dos dízimos grandes e das miunças/verduras das freguesias da capitania do Funchal – ilha da Madeira –, que abarcam os anos de 1775 a 1815, vários temas foram estudados: influência da Junta da Real Fazenda do Funchal na arrecadação dos dízimos; evolução e complexificação do processo de arrecadação; produtos dizimados; modalidades de arrecadação – arrematações e administrações; cumprimento e incumprimento dos contratos de arrematação; fiadores; volumes e evoluções da produção agrícola (e pecuária) com base nos preços anuais dos dízimos arrendados; produtividade das freguesias; evoluções ascendentes e descendentes dos preços anuais dos dízimos; contratos de arrendamento de valores mais elevados; perfil económico e social dos rendeiros dos dízimos – identificação dos indivíduos.

Este estudo pretende, em termos económicos, contribuir para: a caracterização da capitania do Funchal, no tocante aos tipos de produtos agrícolas e ao volume da produção (sendo de relevar espaços como S.<sup>to</sup> António, C.<sup>a</sup> de Lobos e Estreito de C.<sup>a</sup> de Lobos e P.<sup>ta</sup> do Sol, Canhas e Madalena do Mar); a avaliação da relevância de novos e tradicionais produtos agrícolas na Madeira; o estabelecimento de conjunturas de crescimento ou declínio da produção da terra (movimento estacionário dos valores anuais dos dízimos até 1794; a partir de 1795-1797, até 1810-1812, subida ininterrupta nas rendas de valor mais avultado; em 1813-1815, quebra desta tendência). Constatou-se que, em termos económicos e administrativos, ocorreu uma dificuldade crescente no processo de arrecadação dos dízimos no princípio do século XIX – o que poderá corresponder a um declínio da produtividade da terra. O incumprimento de contratos de arrendamento de dízimos foi patente nas fontes documentais.

A título de subsídios para uma história social dos dízimos, notou-se: a ausência de indivíduos de nacionalidades estrangeiras nos negócios de arrematação de dízimos; e a existência, em termos de redes e estratégias de arrendamentos por parte de rendeiros, de especializações geográficas, de colaborações entre arrematantes e fiadores e entre indivíduos da mesma família, e de rendeiros que conjugaram esta tarefa com o exercício de funções eclesiásticas, militares e municipais.

**Palavras-chave:** Dízimos (Grandes e das Miunças ou Verduras); Agricultura; Pecuária; Capitania do Funchal; Ilha da Madeira; Junta da Real Fazenda do Funchal; Arrematação e Arrematantes; Administração e Administradores; História Económica e Social.

## ABSTRACT

Based mainly on current accounts (*contas correntes*) of the tithes (*grandes* and of *miunças/verduras*) of the parishes of the captaincy of Funchal – island of Madeira – that covers the years of 1775 until 1815, several topics were studied: influence of the Board of the Royal Treasury of Funchal in the collection of tithes; evolution and higher complexity of the collection process; decimated products; methods of collection – auctions and administration; compliance and non-compliance of the auction contracts; guarantors; volumes and changes in agricultural (and livestock) production based on annual prices of leased tithes; productivity of parishes; upward and downward trends in annual prices of tithes; lease contracts of higher amounts; economic and social profile of the tenants of tithes – of the individuals.

This study aims, in economic terms, to contribute to: the characterization of the captaincy of Funchal, with regard to the types of agricultural products and the volume of production (being of importance S.<sup>to</sup> António, C.<sup>a</sup> de Lobos e Estreito de C.<sup>a</sup> de Lobos and P.<sup>ta</sup> do Sol, Canhas e Madalena do Mar); the assesment of the relevance of new and traditional agricultural products in Madeira; the establishment of conjunctures of growth or decline in the production of the land (stationary movement of annual values of tithes until 1794; from 1795-1797, until 1810-1812, uninterrupted rise in incomes of more substantial value; in 1813-1815, disruption of the trend). It was found that, in economic and administrative terms, a growing difficulty in the process of collection of tithes in the early 19<sup>th</sup> century occurred – which may correspond to a decline in land productivity. The breach of lease contracts of tithes was evident in the documentary sources.

In form of subsidies for a social history of tithes, it was noted: the absence of individuals of foreign nationalities in the auction business of tithes; and the existence, in terms of networks and strategies of leases by tenants, geographic specializations, collaborations between bidders and guarantors and between individuals of the same family, and of tenants who have combined this task with the exercise of ecclesiastical, military and municipal functions.

**Keywords:** Tithes (*Grandes* and of *Miunças* or *Verduras*); Agriculture; Livestock; Captaincy of Funchal; Island of Madeira; Board of the Royal Treasury of Funchal; Auction and Bidders; Administration and Administrators; Economic and Social History.

Este estudo vem na sequência de um artigo anterior, de 2011, intitulado «A Arrecadação dos Dízimos sobre os Produtos da Terra, na Ilha da Madeira, no Período da Junta da Real Fazenda do Funchal (1775-1834): Processos, Constrangimentos e Conjunturas»<sup>1</sup>. A partir de algumas questões que então se nos surgiram e motivados pela leitura de trabalhos de Daniel Alves, Antonio M. Macías Hernández e Aurélio de Oliveira<sup>2</sup>, pretendemos, neste momento, lavrar algumas notas de cariz social e económico em torno destas rendas reais<sup>3</sup>.

1 Publicado no *Anuário do Centro de Estudos de História do Atlântico*, n.º 3, pp. 343-370.

2 ALVES, 2001, *Os dízimos no final do antigo regime: aspectos económicos e sociais: Minho, 1820-1834*; ALVES, 2009, «Os rendeiros de dízimos na transição do Absolutismo para o Liberalismo», pp. 101-122; ALVES, 2009, «Produção Agrícola e Distribuição Social dos Dízimos no Minho no Final do Antigo Regime», pp. 705-719; MACÍAS HERNÁNDEZ, Antonio M., 1986, «Fuentes para el Estudio de la Producción Agraria en las Islas Canarias: el Diezmo en la Diócesis Canariense (1480-1820)», pp. 269-354; MACÍAS HERNÁNDEZ, 2013, «El Diezmo de las Viñas y las Estadísticas Vinícolas, 1776-1839. Cuestiones de Método», pp. 479-516; OLIVEIRA, 1985, «A Ordem de S. Bento na Promoção das Terras de Entre-Douro-e-Minho no Antigo Regime», pp. 173-207; OLIVEIRA, 1986-1987, «A Ordem de S. Bento na Promoção das Terras de Entre Douro e Minho no Antigo Regime. Dos índices e indicadores da produção aos seus comportamentos», pp. 175-198.

3 Sendo, com efeito, bens eclesiásticos, não deixavam de ser rendas reais. E eram-no porque «O monarca, como governador e administrador da Ordem de Cristo, detinha a superintendência sobre o governo eclesiástico, pois, desde 1433, o poder espiritual das ilhas da Madeira, Porto Santo e Desertas pertencia àquela Ordem. De acordo com a bula de criação da diocese do Funchal, «o direito de padroado e de apresentação de pessoa idónea para a igreja do Funchal, assim elevada a Catedral» cabia ao rei. Reservava-se, porém, ao bispo a «instituição nas dignidades, canonicatos, e prebendas».

[...]

«Por alvará régio de 21 de Abril de 1624, dispôs-se que os ordenados dos bispos e demais clero da diocese do Funchal seriam pagos das rendas dos dízimos da ilha da Madeira, que eram bens eclesiásticos.» (VERÍSSIMO, 2000, *Relações de Poder na Sociedade Madeirense do Século XVII*, pp. 353, 356). Numa nota a um «Mapa demonstrativo do producto dos impostos cobrados na Província da Ilha da Madeira e Porto Santo nos annos de 1824 a 1828», sobre a principal razão

Após diligenciar a crítica das fontes, os tópicos a abordar serão: influência da JRFF na arrecadação dos dízimos; evolução e complexificação do processo de arrecadação; produtos dizimados – permanências e mudanças; modalidades de arrecadação – arrematações (sobretudo) e administrações; cumprimento e incumprimento dos contratos de arrematação; fiadores e fianças; arrematantes testas-de-ferro; volumes e evoluções da produção agrícola (e pecuária) com base nos preços anuais dos dízimos arrendados; espaços – freguesias – mais, ou menos, rendosos; produções segundo diferentes freguesias; relação entre dízimos arrematados e produção agrícola, superfícies e populações das freguesias; evoluções ascendentes e descendentes dos preços anuais dos dízimos; influência de vicissitudes bélicas ou políticas e climá-

inerente à existência dos dízimos, encontramos expresso que «O producto deste tributo é destinado á sustentação d'ó Clero d'a Província, applicação que lhe marcão os Estatutos d'a Ordem de Christo, e a Resolução de 16 de Maio de 1751 incluídas nesta disposição as despesas em reparos e Ornamentos das Igrejas do Padroado Real» (ANTI, PJRFF, *Registos Diversos (1809-1840)*, lv.º 979, p. 112). Neste sentido, aplica-se à Madeira o mesmo que aos Açores. Por um lado, «a coroa, como entidade administradora da Ordem de Cristo, a qual detinha o poder espiritual sobre as ilhas, cumpria superintender sobre a autoridade eclesiástica com todas as obrigações daí decorrentes» (COSTA, s.d., «dízimos eclesiásticos»); por outro lado, «a arrecadação e administração dos dízimos competia aos oficiais da Fazenda nas ilhas, integrando as rendas reais. Quer isto dizer que os dízimos nas ilhas, não constituíam uma receita total e directamente transferida para a posse do clero para satisfação das respectivas cóngruas, para as fábricas das diferentes paróquias e, também, para o bispo, mas uma renda devida à coroa e que os seus agentes nas ilhas administravam.» (COSTA, s.d., «dízimos eclesiásticos»).

Sobre o articulado das Constituições Diocesanas do Funchal relativamente à obrigação de pagamento dos dízimos, leia-se o que está vertido no «Título. XX. Dos Dizimos, aforamentos, & alienamentos dos beês das igrejas.» (*Constituições Synodales do Bispado do Funchal. Feitas e ordenadas por Dom Ieronymo Barreto Bispo do dito Bispado*, 1585, pp. 134-135).

Acerca da «Origem e estabelecimento dos dízimos» em Portugal, veja-se LOBÃO, 1867, *Dissertações sobre os Dizimos Ecclesiasticos e Oblações Pias*, pp. 16-22.



ticas e geomorfológicas; contratos de arrendamento de valores mais elevados; perfil económico e social dos rendeiros dos dízimos, a partir de – número de contratos realizados, valor anual das rendas, relações entre arrematantes e fiadores e entre arrematantes e administradores, estratégias familiares e relações de parentesco, especialização geográfica ou raio de acção; ocupações, cargos ou postos. A propósito do perfil social, ressalve-se que pouco mais poderemos ir além da nomeação e identificação dos arrematantes de dízimos.

Neste trabalho seremos guiados, sobretudo, pela especificidade das fontes axiais escolhidas, que nos levaram a enveredar por caminhos próprios. Este exercício de pesquisa, elaborado com métodos de índole quantitativa e serial e, a espaços, qualitativa, assume um carácter exploratório, parcelar, ensaístico, problematizador e, devemos dizê-lo, intuitivo e com o seu quê de temerário. Sendo a nossa pretensão somente a de redigir notas e apontamentos, não nos moverá substancialmente a procura de conclusões. Devemos sublinhar que, da informação histórica recolhida, um volume apreciável da mesma, apesar de não directamente explorada neste ensejo, será sistematizada em quadros ou tabelas – e ficará disponível para potenciais interessados.

As principais fontes utilizadas neste estudo são dois livros de contas correntes do «Rendimento» dos dízimos grandes e das verduras da capitania do Funchal, do fundo da Provedoria e Junta da Real Fazenda do Funchal – depositado na Torre do Tombo<sup>4</sup> – que cobrem o período temporal de 1775 a 1815<sup>5</sup>. Este lapso de tempo é estabelecido em consequência da existência e disponibilidade das fontes; ademais, note-se que o ano de 1775 corresponde à instituição, sob a égide do Erário Régio, da JRFF<sup>6</sup>, que veio subs-

tituir, concretamente a 06-IV-1775, a Provedoria da Real Fazenda do Funchal.

Acrescente-se que, do mesmo fundo, foram relevantes e merecem referência nestas palavras introdutórias, entre outros a título complementar, um código que servia «para [...] registarem as Condições dos Contractos que se fizerem pela Junta da Real Fazenda deste Estado»<sup>7</sup>, e os livros de receita e despesa dos rendimentos correntes da mesma instituição<sup>8</sup>. Igualmente em jeito de aditamento, diferentes documentos depositados no Arquivo Histórico Ultramarino e no Arquivo Regional da Madeira foram explorados<sup>9</sup>.

Madeira, no Período da Junta da Real Fazenda do Funchal (1775-1834): Processos, Constrangimentos e Conjunturas», pp. 347-350.

7 ANTT, PJRFF, *Registo das Condições de Contratos – Junta da Real Fazenda do Funchal*, lv.º 444. Consideramos que os contratos – ou as condições dos contratos – trasladados neste volume se constituem como exemplos representativos e a seguir – quase em jeito de minutas – consoante as diversas rendas reais a serem arrematadas. Assim, no que concerne aos dízimos da capitania do Funchal, temos: «Condições com que se rematou a Renda dos Dízimos da Verdura da Freguezia da Sé desta Cidade» (pp. 12-15); «Condições com que se rematou a Renda dos Cabritos da Freguezia da Sé desta Cidade» (pp. 15-19); «Condições com que se rematou a Renda Grande da Freguezia de S. Pedro desta Cidade» (pp. 19-26); «Condições com que se rematou a Renda do Pescado desta Cidade do Funchal» (pp. 26-29). Após o final deste contrato encontramos uma anotação deveras relevante, que fundamente o que acima argumentámos: «NB. Com as mesmas Condições, com que se rematarão as quatro Rendas antecedentes N. 8, 9, 10, e 11, que decorrem de f. 12. até f. 29. deste Livro, se rematarão todas as mais Rendas da Capitania do Funchal pelo tempo, e preços constantes dos respectivos Termos das Rematações Lançados no Livro 1.º dellas.» (p. 29). Posteriormente encontramos, referentes aos dízimos do espaço da capitania de Machico: as «Condições com que se rematou a Renda dos Dízimos Grandes da Freguezia de Machico» (pp. 33-39); e as «Condições com que se rematou a Renda dos Dízimos da Verdura, ou Miunças da Freguezia de Machico» (pp. 43-47). Na p. 51, à semelhança do que temos para a capitania do Funchal, está escrita esta nota: «NB. Com as mesmas Condições com que se rematarão as 5 diversas Rendas antecedentes N. 12, 13, 14, 15, e 16 [redízimas e dízimos], que decorrem de f. 30 até 51 deste Livro se rematarão todas as mais Rendas da Capitania de Machico á excepção da dos Moynhos que por se não terem ainda imprimido suas condições se rematou na forma do costume, e todas pelo tempo, e preços constantes dos respectivos Termos de rematações lançados no Livro 1.º dellas.». Finalmente, surpreendemos neste código condições de contratos específicos (sobretudo quanto ao seu âmbito geográfico), as quais serão objecto de análise ao longo deste estudo: «Condições do Contracto dos Dízimos Grandes, Verduras, e suas redízimas, Pescados, Impozicoens de Carne, das duas Capitánias da Ilha da Madeira, e rendimentos dos Moinhos, e Aferidas d'Agua da Capitania de Machico; ordenadas pela Junta da Real Fazenda deste Estado para os annos de 1783, 1784, e 1785» (pp. 55-61); e «Condições da Arrematação dos Dízimos Grandes e Verduras desta Ilha comprehendendo as das quatro Freguezias da Inconfidência, e Pescado da Ponta do Sól, Ordenadas pela Real Junta da Fazenda para os annos de mil settecentos outtenta e seis, a mil settecentos, outtenta e outo» (pp. 67-73).

8 ANTT, PJRFF, *Tesouraria (1776-1827)*, lv.ºs 1274 a 1295.

9 Fizemos uso de registos paroquiais – assentos de casamento – a partir da base de dados disponível online in <http://www.arquivo-madeira.org/pesquisa/casamento/>. Após a pesquisa nesta base de dados, consultámos, no ARM, alguns dos assentos sinalizados que

4 Os códigos foram consultados e colhidos online e inserem-se, como declaramos, no Fundo da «Provedoria e Junta da Real Fazenda do Funchal 1569/1834» – disponível in <http://digitarq.dgarq.gov.pt/details?id=4310201> –, na Secção da «Contadoria Geral 1697/1850», na Subsecção do «Cofre de Rendimentos Correntes 1775/1843» e, enfim, na Série de «Contas Correntes 1775/1843».

5 ANTT, PJRFF, *Dízimos (1775-1833)*, lv.ºs 743 e 744. Em p. inaugural não numerada do lv.º 743 lê-se: «Este primeiro Livro que hade servir de Contas Correntes de Rendimento dos Dízimos das Rendas Grandes, e Verduras da Capitania do Funchal na Contadoria Geral da Junta da Administração da Real Fazenda desta Ilha da Madeira»; de igual modo, na primeira p. do lv.º 744 está escrito o seguinte: «Este segundo Livro que hade de servir de Contas Correntes de Rendimento dos Dízimos Grandes, e Verduras da Cappitania do Funchal, na Contadoria Geral da Junta da Administração, e Arrecadação da Real Fazenda desta Ilha da Madeira».

6 Sobre este organismo, remetemos o leitor para SANTOS, 2011, «A Arrecadação dos Dízimos sobre os Produtos da Terra, na Ilha da

No que toca à crítica das fontes, diga-se que as contas correntes analisadas constituem documentos de grande complexidade e, conseqüentemente, de fecundidade. Com efeito, levantam questões e transmitem informações que não tivemos a veleidade, ou a oportunidade, de explorar. A par e passo, na abordagem dos diversos temas que compõem este escrito, iremos dar conta das suas particularidades. Neste momento, salientem-se aspectos que consideramos necessários.

No espaço e na época temporal examinados, as contas correntes referem-se: de modo preponderante, a contratos – num total de 257 – de arrematação de dízimos, mediante um preço anual pago em numerário – correspondendo, na perspectiva da fazenda real, a uma arrecadação indirecta; e, numa minoria, a administrações das mesmas rendas – isto é, arrecadação directa, ou cobrança em géneros, pela JRFF<sup>10</sup>.

Tal facto vai de encontro às aspirações do Erário Régio – que tutelava a JRFF –, pois que, salvo circunstâncias especiais, entre administrar e arrematar rendas reais como os dízimos, haveria de se preferir sempre esta segunda modalidade. Por outras palavras, na óptica do poder central, a figura da arrematação constitui a melhor forma de percepção das rendas reais. «As Administrações por Conta da Real Fazenda, são geralmente prejudiciais nos Rendimentos, que tem arrecadação difícil, e sujeita a extravios»; na verdade, «nunca hũ Administrador por fiel, e diligente, que seja faz tantas diligencias como hum Contratador que multiplica as vegias, e faz as Despezas a seu arbitrio como couza propria, com o dezejo do lucro, e recêio da perda.»<sup>11</sup>.

No que diz respeito às fontes carregadas, cada conta corrente relativa a um contrato de arrematação é composta de duas páginas, numeradas com o mesmo algarismo<sup>12</sup>; na página da esquerda temos o «Deve», que consiste no arrolamento das obrigações contratuais a serem observadas pelos rendeiros; à direita, vemos o «Haver» (ou «Hade haver»), que discrimina as sucessivas entregas de dinheiro no âmbito das mesmas obrigações; na eventualidade de os rendeiros – ou outros indivíduos por eles – não fazerem os pagamentos estipulados, havia lugar, lógica e conseqüentemente, à existência de saldos devedores (ou de dívidas), a execuções de bens, ao pagamento faseado através de letras, a perdões, etc. (confronte-se, nos anexos, o «Quadro n.º 22 – Contratos não Cumpridos de Arrematação sobre a Produção Agropecuária (1775-1815) – Freguesias da Capitania do Funchal – Ramos; Freguesias; Anos; Arrematantes; Fiadores; Saldos Devedores; Execuções»); toda esta informação era inscrita nas páginas do «Haver», as quais permitem, no fundo, percepcionar a evolução do contrato; por vezes, notas diversas eram inscritas nas margens externas do «Deve» e do «Haver», que vêm transmitir informes de relevo.

Nesta investigação, a primordial atenção é concedida aos contratos de arrematação. Às administrações atribuímos um valor subsidiário, em confronto com os contratos.

Nos contratos de arrematação de dízimos, para além do preço anual livre para a fazenda real, o arrendatário estava obrigado a pagar ordinárias eclesiásticas<sup>13</sup>, despesas anuais e o que as fontes denominam de «Propinas de Entrancia»<sup>14</sup>.

reputámos relevantes.

- 10 Este sistema duplo applicava-se, *mutatis mutandis*, a outras geografias. Conceda-se a palavra a Daniel Alves, que estudou o Minho nos finais do Antigo Regime: «Os dízimos podiam ser administrados pelo proprietário da dizimaria e, neste caso, eram recolhidos pelo próprio ou por funcionários ao seu serviço, ou podiam ser arrendados, estabelecendo-se então um contrato entre o proprietário e um rendeiro, ficando este, mediante o pagamento acordado, com o direito à cobrança ou ao seu subarrendamento.» (ALVES, 2001, *Os dízimos no final do antigo regime: aspectos económicos e sociais: Minho, 1820-1834*, p. 149).
- 11 ANTT, PJRFF, *Junta da Real Fazenda – Estabelecimento da Junta (1775)*, lv.º 945, fl. 10. Citámos este códice por diversas vezes em SANTOS, 2011, «A Arrecadação dos Dízimos sobre os Produtos da Terra, na Ilha da Madeira, no Período da Junta da Real Fazenda do Funchal (1775-1834): Processos, Constrangimentos e Conjunturas», pp. 343-370.  
Relativamente ao processo que, conduzido pela JRFF, levava às arrematações dos dízimos – colocação das rendas na praça; publicação de editais nas freguesias; licitação em hasta pública, em sessões estabelecidas pela JRFF, no edifício deste organismo; aceitação dos

lanços e arrematação propriamente dita; e aprovação real –, leia-se SANTOS, 2011, «A Arrecadação dos Dízimos sobre os Produtos da Terra, na Ilha da Madeira, no Período da Junta da Real Fazenda do Funchal (1775-1834): Processos, Constrangimentos e Conjunturas», p. 356.

- 12 Tal facto faz com que, quando citamos uma p. dos livros de contas correntes observados, estamos, na verdade, a citar duas pp., que apresentam a mesma numeração; por vezes, em face da sua extensão, há contas correntes que «seguem» a outras pp. (na fonte lê-se fls.). Acrescente-se que as contas correntes das administrações realizadas por ordem da JRFF têm igualmente a mesma disposição – «Deve» à esquerda, «Haver» à direita.
- 13 Acerca de ordinárias eclesiásticas, veja-se o que está exarado no «Título. XIII. do pagamento das ordinárias» das Constituições Sinodais Extravagantes da Diocese do Funchal (*Constituições Extravagantes do Bispado do Funchal. Feitas e ordenadas por dom Luis de Figueiredo de Lemos Bispo do dito Bispado*, 1601, pp. 30-31).
- 14 SANTOS, 2011, «A Arrecadação dos Dízimos sobre os Produtos da Terra, na Ilha da Madeira, no Período da Junta da Real Fazenda do Funchal (1775-1834): Processos, Constrangimentos e Conjunturas», p. 354. Veja-se, neste artigo citado, o «QUADRO III», com o título «Dízimos Grandes e das Verduras – «Propinas da Entrancia»,

A este propósito, elucide-se que, concordando com o alvará de 07-IV-1775, o preço anual teria de ser pago em numerário, na Tesouraria Geral da JRFF, semestralmente<sup>15</sup>, nos anos seguintes aos do contrato; tenha-se em atenção o exemplo emanado no contrato dos dízimos grandes de S. Pedro para 1777-1779: «o pagamento do Anno de 1777 ha de ser feito o 1.º semestre no 1.º de Julho de 1778, e o segundo no ultimo de Dezembro do ditto anno; seguindo-se assim nos mais annos successivamente»<sup>16</sup>.

Para que se ajuize do volume de ordinárias (cabritos, frangos, redes de palha, cevada, trigo e vinho) impostas nos dízimos grandes e das verduras, entendemos apresentar ao leitor o «Quadro n.º 21 – «Ordinarias impostas nas [...] Rendas» dos Dízimos Grandes e das Verduras (triénios de 1798-1800, 1801-1803 e 1804-1806) – Freguesias da Capitania do Funchal», nos anexos.

Ordinárias e Despesas Anuais – Renda arrematada por 1:000\$000» (pp. 354-355).

Tomando o exemplo das condições do contrato pelo qual se arremataram os dízimos – conjuntamente com outras rendas – das capitânias do Funchal e de Machico para 1783-1785, os rendeiros, quando da arrematação, tinham por obrigação pagar: as «Ordinarias do costume, que pagáráo seus antecessores, a dinheiro, e fructos»; 4% «não só do liquido da Arrematação, mas do illiquido a fructos, pelos preços de 10\$000. rs por moio de Trigo, 12\$000. rs cada pipa de vinho do Sul, e 6\$000. rs cada pipa de vinho do Norte, cada cabrito a 200. rs, e cada Frango a 40. rs na forma practicada»; 1% para a obra pia; e, finalmente, 2% (ANTT, PJRFF, *Registo das Condições de Contratos – Junta da Real Fazenda do Funchal*, lv.º 444, p. 55). Igualmente no arquipélago dos Açores, «na formalização dos contratos, para além da redizima, o arrematante tinha de satisfazer outras quantias com sejam: 0,5% “para o Bolsinho”, 2% para o Santíssimo de Santa Engrácia, 1% para obra pia, pensão de azeite e propinas para a Real Fazenda» (COSTA, s.d., «dízimos eclesiásticos»).

Além do que fica arrolado, os arrematantes teriam de entregar «ao Donatario, ou seu Proposto, redizima dos Dizimos, que lhes-pagarem na Capitania do Funchal» (ANTT, PJRFF, *Registo das Condições de Contratos – Junta da Real Fazenda do Funchal*, lv.º 444, p. 60). Num documento de 1840 há uma nota histórica a este propósito: «O producto total do que rendião á Fasenda Publica os generos [...] decimados [dizimados] na mão do proprietario, e do cultivador, éra tambem sujeito a hum Dizimo, estabelecido em epochas remotissimas sob a denominação conhecida de Redizima, em favor dos Donatarios, das Capitánias de Machico, e do Funchal.» (ANTT, PJRFF, *Registos Diversos (1809-1840)*, lv.º 979, p. 112).

15 No Brasil, os pagamentos eram semestrais – e os dízimos arrecadados, um pouco à semelhança com o que ocorria na Madeira, dentro do quadro espacial das capitânias. «Se no início os dízimos eram arrendados pelo valor estimado do conjunto da produção agrícola brasileira, a partir de 1628 o arrendamento ajustou-se à produção agropecuária de cada capitania. O sistema de cobrança e pagamento era simples: uma vez celebrado o contrato dos dízimos, o arrendatário estava obrigado a pagar trimestralmente nas provedorias o valor correspondente até alcançar o montante total contratado.» (CARRARA, SANTIRÓ, 2013, «Historiografia Económica do Dízimo Agrário na Ibero-América: Os Casos do Brasil e Nova Espanha, Século XVIII», p. 171).

16 ANTT, PJRFF, *Registo das Condições de Contratos – Junta da Real Fazenda do Funchal*, lv.º 444, p. 22.

De um modo geral, a partir de 1777-1779 (mas com vigência para o biénio anterior), e até ao fim da época estudada, a referência, nas contas correntes, aos preços anuais dos contratos de arrematações, trazem acoplada a expressão «Livres para Sua Magestade».

Desconsiderando os restantes encargos mencionados acima, são estes preços – estes valores – que, pela sua constância, os principais indicadores utilizados neste estudo para o exame das temáticas de feição económica. Daqui em diante, quando referirmos estes preços, dispensamo-nos de referir que são, como o são efectivamente, livres para a fazenda régia.

Os códices examinados debruçam-se sobre os dízimos das freguesias da capitania do Funchal<sup>17</sup>. Que freguesias eram essas? Mediante as contas correntes, são as que compõem, na época estudada, os concelhos da Calheta, da P.ª do Sol e do Funchal: P.ª do Pargo, Fajã da Ovelha, Paul do Mar, Prazeres, Estreito da Calheta, Calheta, Arco da Calheta, Madalena do Mar, Canhas, P.ª do Sol, Estreito de C.ª de Lobos, C.ª de Lobos, S.º António, S. Martinho, S. Roque, Monte, S.ª Luzia, S. Gonçalo, S. Pedro, Sé e N.ª Sr.ª do Calhau (ou S.ª Maria Maior). Exceptuam-se, no espaço da capitania, as chamadas freguesias da «Inconfidência» ou do «Confisco», que eram o Campanário, a Rib.ª Brava, a Tabua e a Serra de Água; estas, por terem sido pertença dos Jesuítas até à sua expulsão em 1759, ocupavam, para a JRFF, um lugar à parte<sup>18</sup>.

A respeito da sistematização e do tratamento da informação patente nas fontes, devemos fazer diversas iludações.

Em primeiro lugar, note-se que, no que toca aos

17 Também chamada da Calheta ou do Sul (ANTT, PJRFF, *Erário Régio – Repartição (1775-1832)*, lv.º 759, p. 218).

18 Inconfidência, neste contexto, significa, segundo Bluteau, «Falta de fidelidade ao seu príncipe» (BLUTEAU, 1713, *Vocabulário Portuguez, e Latino* [...], [vol. IV], p. 95). A arrematação dos dízimos destes lugares merecia contratos específicos, como comprovam as «Condições com que na Junta deste Estáo se rematarão as Rendas pertencentes ao Fisco da Inconfidencia»; aqui se averigua que estas rendas eram as «ruraes, que possuhião os extinctos Jezuitas nesta Ilha, a saber: A Renda grande de pão, e Vinho, que procede de Dizimos no Campanario, da Ribeira Brava: da Atabua: da Serra d'agoa. As miunças dos mesmos sitios, e as verduras delas, que he o Dizimo das plantas; Como tambem a do Pescado do Campanario, Ribeira Brava, e Atabua» (ANTT, PJRFF, *Registo das Condições de Contratos – Junta da Real Fazenda do Funchal*, lv.º 444, p. 3). Tendo sido estas freguesias sequestradas ou confiscadas aos Jesuítas, também obtiveram a denominação de freguesias «do Confisco», como pode se constatar na receita dos rendimentos correntes da JRFF, nos anos de 1785 e de 1788 até 1791 (ANTT, PJRFF, *Tesouraria (1776-1827)*, lv.º 1274, pp. 15, 96, 98 e 104, lv.º 1275, pp. 15, 16, 43, 44, 46, 47, 68 e 72).



tipos ou ramos, de um modo global encontrámos arrematações de dízimos: grandes; grandes e das miunças; grandes e das verduras; das miunças; e das verduras. Por contraposição aos dízimos do pescado e aos dízimos dos cabritos, estas rendas, segundo um relatório de Inácio Joaquim de Castro, Major Efectivo do Regimento de Artilharia, datado de 12-IV-1799, eram denominadas de «Dízimos dos frutos e produções da terra»<sup>19</sup>.

Note-se que os dízimos são, a espaços, nas fontes, referenciados simplesmente por «Renda», designação seguida pela menção ao ramo ou tipologia (a título exemplificativo, «Renda Grande» ou das «Verduras»).

A terminologia «miunças» desaparece das fontes após 1780-1782 para dar lugar, a partir de 1783-1785 e até 1815, em arrematações e contas correntes de administração, a «verduras». Consideramos, escorados em diversos indícios documentais, que ambos os conceitos, quando definem ramos ou tipologias de dízimos, querem significar os mesmos produtos agrícolas. A título exemplificativo, leiam-se as «Condições com que se rematou a Renda dos Dízimos da Verdura da Freguezia da Sé desta Cidade» para os anos de 1777-1779, renda esta arrematada por João Fernandes, de S. Pedro<sup>20</sup>; a conta corrente respeitante a este contrato, ao invés, tem por título o seguinte: «João Fernandes da Freguezia de S. Pedro Contractador do Rendimento das Miunças da Freguezia da Sé, em conta corrente do dito rendimento dos Annos de 1777, 1778, e 1779»<sup>21</sup>. Apenas mais um exemplo: a JRFF nomeia Francisco Lopes e António José da Costa para assumirem a encargo de cobrar os dízimos de C.<sup>a</sup> de Lobos e do Estreito de C.<sup>a</sup> de Lobos para 1804; ao fornecer-lhes instruções para o exercício desta tarefa, a instituição declara que os indivíduos apontados somente «Devem cobrar todo o Dizimo do Vinho, Trigo, e o mais que pertence á Renda grande», dado que já se encontravam «rematados os Dízimos das Miunças e Verduras»<sup>22</sup>.

Afora os tipos de rendas acima nomeados, outras tipologias consignadas na documentação devem ser apontadas. As duas arrematações respeitantes aos triénios de 1777-1779 e 1780-1782 das freguesias de P.<sup>ta</sup> do Sol, Canhas e Madalena do Mar incluem, a

par dos dízimos grandes e das miunças, os dízimos do pescado<sup>23</sup>; um documento de 1840 frisa que, nestas freguesias, o imposto do pescado «andava annexo á Renda dos Dízimos Grandes»<sup>24</sup>, mas a verdade é que as contas correntes apenas referem aqueles triénios.

Depois, surpreendemos arrematações específicas dos dízimos do vinho: do Estreito de C.<sup>a</sup> de Lobos, para 1804 e 1805; de C.<sup>a</sup> de Lobos, de 1804 e 1805<sup>25</sup>; destas duas freguesias, em 1806<sup>26</sup>; e de N.<sup>a</sup> Sr.<sup>a</sup> do Calhau, de 1808<sup>27</sup>. Com especial incidência na freguesia de S.<sup>ta</sup> Luzia, os dízimos grandes e das verduras eram por vezes arrematados somente pelos valores das ordinárias; e isso aconteceu para 1775-1776 (sendo o valor das ordinárias dos dízimos grandes de 320\$745), 1789-1791, 1795-1797, 1804-1806, 1807, 1808-1809 e 1810-1812; de maneira semelhante, os dízimos grandes do Arco da Calheta, correspondentes a 1789-1791 e 1792-1794, foram arrendados pelo valor das ordinárias<sup>28</sup>. Destarte, podemos afirmar que, por um lado, o vinho era arrematado, *in solidum*, em freguesias histórica e classicamente vinha-teiras; e, por outro, os dízimos da produção agrícola (e pecuária) eram arrendados somente pelo valor das ordinárias em freguesias que parecem, pela sua configuração, feição suburbana, superfície, e pouca distância do centro de poder (o Funchal), ser pouco rendosas. Estes factos, pelo que denotam em termos de economia à escala local, devem ser salientados.

Salvagarde-se igualmente que unicamente os dízimos das miunças – de 1775-1776 até 1780-1782 – ou das verduras, de 1789-1791 até 1813-1815 – da

23 ANTT, PJRFF, *Dízimos (1775-1833)*, lv.º 743, pp. 44 e 71.

24 ANTT, PJRFF, *Registos Diversos (1809-1840)*, lv.º 979, p. 114.

25 Um edital da JRFF de 15-V-1804 informa que, na sessão de 16-V-1804, «se ha de pôr a Lanços para Rematação todo o vinho em mosto pertencente aos Reaes Dízimos do corrente anno das Freguezias de Cama de Lobos, e Estreito» (ANTT, PJRFF, *Repartição do Conselho – Avisos*, lv.º 403, p. 549). Os dízimos do vinho de C.<sup>a</sup> de Lobos não foram arrendados nesta ocasião; assim, um novo edital, de 12-VII-1804, noticiou que «se ha de pôr novamente a Lanços para rematação», na sessão de 18-VII-1804, data em que «infalivelmente se ha de rematar, a quem no mesmo acto e dia apresentar Fiador idoneo, não sendo admittido sem elle» (ANTT, PJRFF, *Repartição do Conselho – Avisos*, lv.º 403, p. 556). Posteriormente, um outro edital de 03-VII-1805, apontava a sessão de 06-VII-1805 para «Quem quizer lançar nos Vinhos dos Dízimos das Freguezias de Cama de Lobos e Estreito de Cama de Lobos no Corrente anno» (ANTT, PJRFF, *Repartição do Conselho – Avisos*, lv.º 404, p. 9).

26 O edital da JRFF de 24-VII-1806 estipula a sessão de 26-VI-1806 como a ocasião certa para «Quem quizer lançar» nos vinhos dos dízimos, de 1806, de C.<sup>a</sup> de Lobos e do Estreito de C.<sup>a</sup> de Lobos (ANTT, PJRFF, *Repartição do Conselho – Avisos*, lv.º 404, p. 79).

27 ANTT, PJRFF, *Dízimos (1775-1833)*, lv.º 744, pp. 34, 35, 37, 38, 40 e 64.

28 ANTT, PJRFF, *Dízimos (1775-1833)*, lv.º 743, pp. 11, 99, 100, 102 e 132, lv.º 744, pp. 27, 36, 56, 62, 75 e 88.

19 AHU, *Madeira e Porto Santo*, doc. 1069.

20 ANTT, PJRFF, *Registo das Condições de Contratos – Junta da Real Fazenda do Funchal*, lv.º 444, p. 12.

21 ANTT, PJRFF, *Dízimos (1775-1833)*, lv.º 743, pp. 30.

22 ANTT, PJRFF, *Repartição do Conselho – Avisos*, lv.º 403, p. 562.

Sé são arrematados; apenas duas excepções existem, quando esta freguesia surge em conjunto com S. Pedro (dízimos grandes e verduras de 1795-1797) e com S. Pedro e S.<sup>to</sup> António (1798-1800). Este facto é importante, na medida em que demonstra – como seria de esperar, de resto – que esta freguesia urbana do concelho do Funchal, centro comercial<sup>29</sup> e de poder da cidade e da ilha da Madeira, não tinha produção vitivinícola e cerealífera de relevo que justificasse o seu arrendamento.

No conjunto das arrematações, como foi ficando patente, foram preponderantes os contratos de vigência temporal trienal<sup>30</sup>. É este, se quisermos, o tempo dos dízimos contratados. No entanto, algumas excepções se verificaram. A primeira consiste no biénio de 1775-1776, que se explica pela instituição da JRFF no ano de 1775, que veio operar uma reforma na administração e na arrecadação da fazenda e dos direitos reais; na verdade, as rendas do biénio haviam sido arrematadas para o triénio de 1774-1776, mas nas contas correntes é expresso que o ano de 1775 era o «segundo de seu Contracto [do arrematante], dos 3 por que o Rematou, que teve principio em Janeiro de 1774»<sup>31</sup>.

Após este biénio, e até o fim do século XVIII, os dízimos são arrendados por triénios: 1777-1779, 1780-1782, 1783-1785, 1786-1788, 1789-1791, 1792-1794, 1795-1797, 1798-1800. Ao entrar na centúria oitocentista, a duração dos contratos complexifica-se. Continuam, em regra, a existir arrematações trienais – 1801-1803, 1804-1806, 1807-1809, 1810-1812, 1813-1815 –, mas deparámo-nos com as seguintes excepções: 1802-1803 (dois contratos); 1808-1809 (igual número); 1814-1815 (15 contratos); 1804 (duas arrematações); 1805 (mesma quantidade

que no ano anterior); 1806 (um contrato); 1807 (três arrendamentos); 1808 (apenas um); 1813 (seis contratos). Estes indicadores são relevantes, pois que demonstram, num plano económico e administrativo, uma complexificação – ou uma dificuldade – crescentes no processo de arrecadação de rendas decimais nos inícios de Oitocentos. Neste sentido, os dados poderão ser já indicadores de evoluções – ou involuções – da vida material ou económica.

Quanto aos anos em que ocorreram administrações, veja-se, em anexo, o «Quadro n.º 24 – Administração de Dízimos (1782-1814) – Freguesias da Capitania do Funchal – Administradores, Géneros Arrecadados, Numerário e Observações».

Deve apontar-se que, no que toca quer a arrematações, quer a administrações, o segundo código de contas correntes examinado não contempla totalmente as rendas dos anos de 1814 e 1815; deste modo, faltam-nos os: dízimos grandes do Arco da Calheta, em 1815; dízimos grandes e das verduras da Fajã da Ovelha, para 1814-1815; a mesma renda dos Prazeres, para 1814; e, enfim, dízimos grandes de N.ª Sr.ª do Calhau, em 1814-1815.

Refira-se que deparámo-nos com quatro contas correntes – duas arrematações; as restantes administrações – sobre dízimos do Caniço e de S.<sup>ta</sup> Cruz e Guala; ignorámos estas contas, porquanto as freguesias referidas pertencem à capitania de Machico; aliás, numa quinta conta corrente, incompleta, concernente aos dízimos grandes e das verduras do Caniço – de 1807 a 1809 – é dito expressamente no «Haver»: «NB. Esta Conta não tem effeito por se achar aberta a fl. 3 do L.º 2.º N.º 2 de Correntes aonde Compete por ser da Cappitania de Machico»<sup>32</sup>.

No conjunto das contas correntes de contratos de arrematação analisadas, duas estão incompletas e remetem para outros códigos. Referem-se ambas a arrematações de dízimos grandes e das verduras para 1810-1812 – a primeira relativa a S. Roque, a outra à Calheta. Em relação ao arrematante daquela renda, Bartolomeu António Vidal, foi-lhe concedido, por despacho da JRFF de 28-XI-1812, pagar o «seu

29 Sobre esta centralidade da freguesia da Sé, veja-se SANTOS, 2010, *O Sal na Ilha da Madeira na Segunda Metade de Setecentos – Penúria, Poder e Abastecimento*, pp. 268, 284, 285 e 316 e SANTOS, 2009/2010, «Comércio Interno no Concelho do Funchal em Finais do Século XVIII: Indicadores Normativos», maxime pp. 64, 65, 68, 70 e 71.

30 A preponderância da duração trienal dos contratos é observada no Entre-Douro-e-Minho, em terras da abadia beneditina de Tibães. Assim, «Os Dízimos [...] andavam normalmente arrendados. Só em casos esporádicos e excepcionais se fazendo a sua exploração directa (leia-se cobrança). O período corrente era o triénio (três anos de arrendamento) [...]». Algumas vezes se praticou o arrendamento anual ou bienal, mas de facto, foi esporádica essa modalidade. Nunca, em todo o lapso de tempo de 1630 a 1830 se encontraram períodos de arrendamentos com duração superior a três anos. [...] Passados os três anos, efectuava-se impreterivelmente novo arrendamento.» (OLIVEIRA, 1985, «A Ordem de S. Bento na Promoção das Terras de Entre-Douro-e-Minho no Antigo Regime», pp. 180-181).

31 Como se lê, por exemplo, em ANTT, PJRFF, *Dízimos (1775-1833)*, lv.º 743, pp. 1.

32 ANTT, PJRFF, *Dízimos (1775-1833)*, lv.º 744, pp. 42. Contrariamente ao que ficou exposto, uma «Relação dos Preços por que foram Contractadas as Rendas dos Dízimos Grandes e Verduras da Capitania da Ilha da Madeira e Annexas nos Triennios de 1798 a 1800, 1801 a 1803, e 1804 a 1806 com as Ordinarias impostas nas mesmas Rendas», que exploraremos, insere no espaço da capitania do Funchal (ou da Calheta) as freguesias da Camacha e do Caniço, o que achamos errado (ANTT, PJRFF, *Erário Régio – Repartição (1775-1832)*, lv.º 759, pp. 222-223).

alcance em seis annos sucesivos; sendo o 1.º pagamento em 28 de Novembro de 1813»; no entanto, ainda em Setembro de 1823 procedia o rendeiro a entregas de numerário; duvidamos que o contrato tenha sido objecto de cumprimento integral<sup>33</sup>. A outra conta corrente refere-se a um arrendamento feito por António Joaquim Correia Caldas (e por José Carlos de Mendonça) e merecerá adiante referência mais alargada<sup>34</sup>.

A exemplo do que realizámos em exercício de pesquisa anterior<sup>35</sup>, é da maior relevância chamar a atenção, neste ensejo, para um dos limites das contas correntes. Estas auxiliam-nos, se quisermos, a perceber o nível superior do mundo das arrematações de dízimos, quando, de forma esquemática, de um lado temos os arrendatários e, do outro, a JRFF. No entanto, o nível inferior, corporizado no fenómeno de subarrematações das rendas, não pode de momento ser estudado, pois que implicaria a observação de outros documentos, como escrituras notariais.

Para suporte cartográfico da argumentação e das análises desenvolvidas, apresentamos de seguida um mapa dos concelhos e freguesias da ilha da Madeira, no período estudado. (Ver mapa na página seguinte.) Note-se que a capitania do Funchal compreende os concelhos da Calheta, P.<sup>ta</sup> do Sol e Funchal, e a capitania do Machico os municípios de S.<sup>ta</sup> Cruz, Machico e S. Vicente.

Sobre que produtos ou produções recaíam os dízimos?<sup>36</sup>

Começamos pelo ramo dos dízimos grandes – também denominados «Renda Grande»; com base nas «Condições com que se rematou a Renda Grande da Freguezia de S. Pedro desta Cidade», de 1776, ficamos a saber que o dízimo consistia em 10% («Dízimo de déz hum») da produção de: trigo, milho, cevada, centeio, alpista, vinho, passas de uvas, mel,

cera, linho, lã, «Bestas [animais de carga ou de tiro – cavalos, burros e mulas], e Gado Vacum»<sup>37</sup>; ao que fica arrolado devem acrescentar-se leitões<sup>38</sup>. Ou seja, temos: produções cerealífera, vitivinícola e pecuária (gado ovino – lã –, bovino, suíno, equino, asinino ou muar), a que crescem a apicultura e o linho.

Exposto isto, devemos aclarar, porém, que os dízimos grandes incidiam, se não na totalidade, pelo menos na maior parte, sobre o vinho e três cereais: trigo, centeio, cevada; afinal, as produções de maior relevo económico. De entre os vários testemunhos documentais deste facto, é suficiente frisar que são estes os produtos arrecadados no campo das administrações a cargo da JRFF, como se comprova observando o quadro n.º 24, em apêndice a este artigo<sup>39</sup>.

Acresce referir que, entre os produtos nomeados, alguns são considerados como miunças – aqui entendidas não como um ramo específico, mas como miudezas, ou produtos de menor volume ou relevância. Que produtos concretos são esses, de momento, e de maneira segura e alicerçada em fontes, não o sabemos. No documento de 1776 lê-se que «as referidas Miunças não poderão ser dizimadas sem que também preceda o dito aviso certo para se achar presente o dito Contractador, ou seu Preposto, em ordem a ser-lhe entregue o Dizimo de déz hum; e o que não chegar a déz será avaliado a aprazimento das partes, para se pagar a dinheiro»<sup>40</sup>. Considerando a informação expressa no quadro n.º 24, podemos aventar que, nos dízimos grandes, as miunças eram todas as produções com excepção do vinho e dos três cereais apontados.

Quanto à «Renda dos Dízimos da Verdura», e analisado o contrato de arrematação deste imposto para a freguesia da Sé, em 1777-1779, a ela ficava «pertencendo», de novo, 10%, ou o «Dízimo de dez hum, em especie de toda a qualidade de fructos, hor-

33 ANTT, PJRFF, *Dízimos (1775-1833)*, lv.º 744, pp. 74 e 83.

34 ANTT, PJRFF, *Dízimos (1775-1833)*, lv.º 744, pp. 70, 146 e 149.

35 SANTOS, 2011, «A Arrecadação dos Dízimos sobre os Produtos da Terra, na Ilha da Madeira, no Período da Junta da Real Fazenda do Funchal (1775-1834): Processos, Constrangimentos e Conjunturas», p. 356.

36 Havíamos já feito esta pergunta em SANTOS, 2011, «A Arrecadação dos Dízimos sobre os Produtos da Terra, na Ilha da Madeira, no Período da Junta da Real Fazenda do Funchal (1775-1834): Processos, Constrangimentos e Conjunturas», p. 351. À luz de novos dados, voltamos ao mesmo questionamento.

37 ANTT, PJRFF, *Registo das Condições de Contratos – Junta da Real Fazenda do Funchal*, lv.º 444, p. 20.

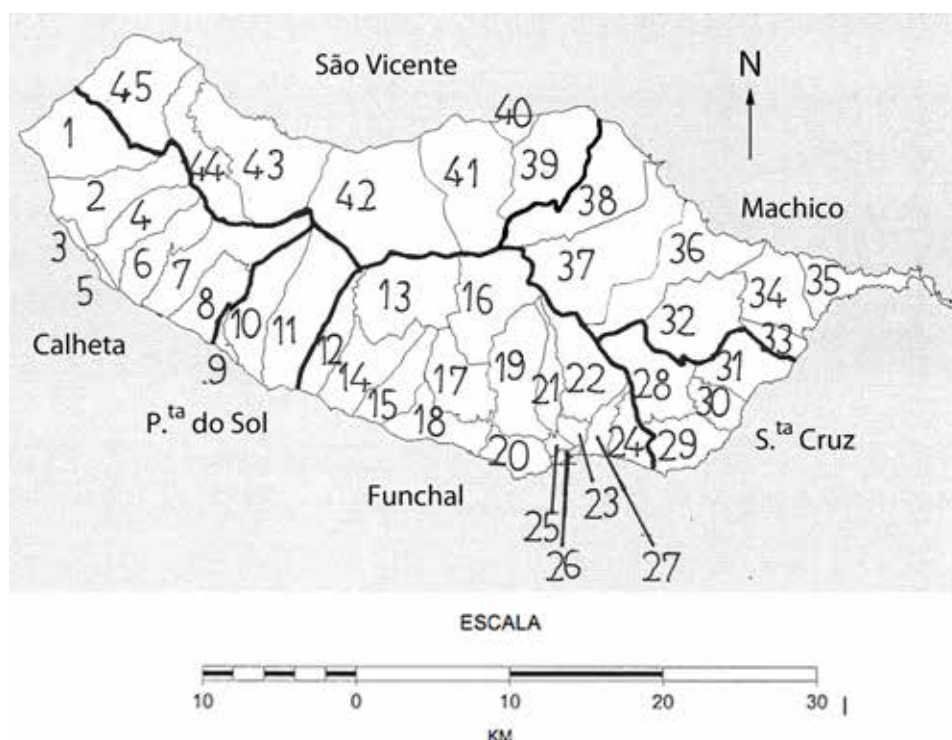
38 Nas «Condições com que se rematou a Renda dos Cabritos da Freguezia da Sé desta Cidade», são nomeados os leitões, animais que, no entanto, segundo nota à margem externa, «não vão nas Condições desta Renda e consta tem havido cauzas decididas a favor dos Rendeiros de Dízimos Grandes pelo costume de sempre os terem recebido» (ANTT, PJRFF, *Registo das Condições de Contratos – Junta da Real Fazenda do Funchal*, lv.º 444, p. 16).

39 Confronte-se ainda o que deixámos escrito em SANTOS, 2011, «Arrecadação dos Dízimos sobre os Produtos da Terra, na Ilha da Madeira, no Período da Junta da Real Fazenda do Funchal (1775-1834): Processos, Constrangimentos e Conjunturas», pp. 351 e 356.

40 ANTT, PJRFF, *Registo das Condições de Contratos – Junta da Real Fazenda do Funchal*, lv.º 444, p. 20.

## Mapa n.º 1 – Concelhos e Freguesias da Ilha da Madeira –

Segunda Metade do Século XVIII e Inícios do Século XIX\*



Fonte: elaboração própria a partir de SILVEIRA, 2008, *Divisão Territorial – Arquipélago da Madeira – Divisão administrativa em 1840 por Freguesias*.

### Legenda

**Nomes:** Concelhos

**Algarismos:** Freguesias

— Circunscrições paroquiais

— Circunscrições concelhias

### Freguesias

1	P.ª do Pargo	13	Serra de Água	25	S. Pedro	37	Faial
2	Fajã da Ovelha	14	Rib.ª Brava	26	Sé	38	Santana
3	Paul do Mar	15	Campanário	27	S.ª Maria Maior	39	S. Jorge
4	Prazeres	16	Curral das Freiras	28	Camacha	40	Arco de S. Jorge
5	Jardim do Mar	17	Estreito de C.ª de Lobos	29	Caniço	41	P.ª Delgada
6	Estreito da Calheta	18	C.ª de Lobos	30	Gaula	42	S. Vicente
7	Calheta	19	S.º António	31	S.ª Cruz	43	Seixal
8	Arco da Calheta	20	S. Martinho	32	S.º António da Serra	44	Ribeira da Janela
9	Madalena do Mar	21	S. Roque	33	Água de Pena	45	P.º do Moniz
10	Canhas	22	Monte	34	Machico		
11	P.ª do Sol	23	S.ª Luzia	35	Caniçal		
12	Tabua	24	S. Gonçalo	36	P.º da Cruz		

\* Este mapa foi elaborado no âmbito da nossa dissertação de mestrado: SANTOS, 2010, *O Sal na Ilha da Madeira na Segunda Metade de Setecentos – Penúria, Poder e Abastecimento*, pp. 55-56. Os estudos historiográficos, e não só, sobre a Madeira, ressentem-se cada vez mais da inexistência de um Atlas Histórico, o qual, a existir, permitiria com certeza uma visão renovada das constantes estruturais deste espaço insular.



taliças, Legumes de toda a Sorte, Favas, Tramoços, Inhames, Battatas, Semilhas, Nozes, Castanhas, assim verdes, como seecas, Cidras, Limoens, Laranjas, Vimes, Canas de Roca, e folhas das mesmas; e todas estas couzas serão colhidas ás camadas»<sup>41</sup>; quer dizer: tubérculos, produções hortícola, arvícola e frutícola e ainda cultura dos vimes<sup>42</sup>.

Em face dos produtos dizimados que as fontes indicam, as actividades económicas que lhes correspondem – e que observamos a partir dos dízimos – são, globalmente, a agricultura e a pecuária. Note-se, como se afigura óbvio, que, nas fontes, a agricultura é preponderante e que a pecuária ocupa um lugar secundário. (Daí termos decidido, no título deste estudo, encerrar esta actividade entre parêntesis.)

Assinale-se que os dízimos incidem sobre os produtos excedentários e não sobre aqueles usados para consumo próprio dos produtores<sup>43</sup>. Segundo uma nota a um «Mapa demonstrativo do producto dos impostos cobrados na Provincia da Ilha da Madeira e Porto Santo nos annos de 1824 a 1828», «Pelo imposto do Dizimo, que, em todos os tempos, constituiu huma d'as principaes verbas de receita publica na Provincia d'a Madeira, a Fazenda Nacional percebia a decima parte d'as producçoens d'a terra, (exceptuadas somente as que os lavradores consomem em suas casas) bem como uma sobre cada déz cabeças de gado de todas as especies, uma por cada déz aves &c.»<sup>44</sup>.

No que concerne aos dízimos do pescado e dos cabritos na capitania do Funchal, bem como às diferenças entre os produtos taxados no âmbito dos dízimos grandes e das verduras naquela capitania e na de Machico, remetemos o leitor para a sistematização patente em anexo no «Quadro n.º 20 – Dízimos na Ilha da Madeira no Período de Vigência da JRFF – Ramos; Produtos; Actividades Económicas».

Cotejemos os produtos preceituados acima com os que foram referenciados no foral de 1515. Com efeito, os madeirenses «Pagaraõ dizima do trigo cevada milho centeo gaados lãa pescados vinho linho que houver em a dita Ilha & assy das moendas»; para além disto «pagaraõ dizima das fruitas ortaliças queijos galinhas frangãos patos ades cabritos leitoões ovos manteiga leyte mel de abelhas cera legumes de toda sorte & de toda cousa que se na terra der»<sup>45</sup>.

No confronto entre a norma de 1515 e os indicadores documentais provenientes das fontes do último quartel do século XVIII e inícios do século XIX, aqui observadas, algumas considerações são justificadas. Comparativamente com o século XVI, e no que toca aos dízimos grandes e às miunças ou verduras, notamos um acréscimo – que corresponde a uma diversificação – de produtos, indício da evolução económica e material do meio insular na Época Moderna. Referimo-nos, particularmente, à inclusão dos tubérculos (inhame, batata-doce e batata ou semilha) e ao milho – milho que, em 1515, muito provavelmente seria o miúdo, e em 1776 o maiz. São produções agrícolas que vieram, com efeito, modificar estruturalmente a relação do madeirense com o espaço, a actividade agrícola e a alimentação ou o consumo.

A propósito da entrada e da difusão destes alimentos na ilha da Madeira, leia-se a *Memoria sobre Algumas Materias de Estatistica da Provincia da Madeira que podem servir para a sua Historia*, de 1822, de João Pedro Drumond: «Só depois de 1640 acho a cultura dos inhames, e ainda muito àvante a da batata doce, e a das semilhas he posterior a 1760. O milho sò veio a ter entrada na Ilha depois de 1700, ao mesmo tempo que se nos começarão a trazer carnes salgadas de vaca e porco, bem como os arenques»<sup>46</sup>. Os séculos XVII e XVIII – em especial este último – constituem, assim, uma época em que ocorrem mutações no que toca à entrada e à disseminação de novos alimentos.

Qual a relevância económica destes produtos, de acordo com a documentação produzida no âmbito dos dízimos? Sendo o milho alvo de taxação no contexto dos dízimos grandes, é necessário constatar,

41 ANTT, PJRFF, *Registo das Condições de Contratos – Junta da Real Fazenda do Funchal*, lv.º 444, p. 12.

42 Nos Açores, as miunças compreendiam produtos muito mais diversificados e que, na Madeira, caíam no âmbito dos dízimos do pescado, dos cabritos, das miunças ou verduras, e até dos dízimos grandes. Esses produtos eram: frangos, porcos, bezerros, cabras, ovelhas, peixe, legumes, inhames, sumagre, linho, mel, madeira e telha (COSTA, s.d., «miunças»).

43 O foral de 1515 havia preceituado isto mesmo: os dízimos incidiriam sobre «toda cousa que na terra der que se vender posto que aqui nam seja nomeada por que das cousas contheudas neste capitulo que em suas casas comerem nam pagaraõ dizima.» (AZEVEDO, 1873, «Notas», in *As Saudades da Terra pelo Doutor Gaspar Fructuoso. Historia das Ilhas do Porto-Santo, Madeira, Desertas e Selvagens. Manuscrito do Seculo XVI*, p. 497).

44 ANTT, PJRFF, *Registos Diversos (1809-1840)*, lv.º 979, p. 112.

45 Foral da cidade do Funchal e das vilas da P.<sup>ta</sup> do Sol e da Calheta na capitania do Funchal (AZEVEDO, 1873, «Notas», in *As Saudades da Terra pelo Doutor Gaspar Fructuoso. Historia das Ilhas do Porto-Santo, Madeira, Desertas e Selvagens. Manuscrito do Seculo XVI*, pp. 494, 497).

46 GUERRA, 1993, «Uma Memória de 1822 do Funchalense João Pedro Drumond (1760-1825)», p. 192.



todavia, que não é um dos cereais cobrados ou arrecadados directamente (através de administração)<sup>47</sup>. Quanto aos tubérculos, o seu aparente diminuto valor económico, nos finais do Antigo Regime, poderá ser apreendida pelo facto de pertencer ao ramo das verduras.

No entanto, outros informes vêm contrariar esta leitura. Com efeito, ainda que posterior ao período estudado, existe um mapa, por «Calculo estimativo», da produção de «Generos Cereaes» na Madeira, de 1821 a 1823. Os números que encontrámos estão no quadro seguinte.

**Quadro n.º 1 – «Mappa da Produção, de Generos Cereaes na Ilha da Madeira nos tres annos de 1821, 1822, 1823, por hum Calculo estimativo», em Moios**

Anos	Produtos					
	Trigo	Cevada	Centeio	Inhame	«Batata»	Milho e Legumes
1821	3000	400	500	4000	2000	1100
1822	4000	500	600	4500	2400	1200
1823	3200	360	400	4000	2400	1000

Fonte: AHU, *Madeira e Porto Santo*, doc. 7454.

Observação: O inhame, a batata e o milho e os legumes são «computado[s] em pão»

Com efeito, sendo os tubérculos – inhame e batata – e o milho (com os legumes) «computado[s] em grão» – o que permite uma análise comparativa –, o volume da sua produção é, em absoluto, e em relação com os cereais “clássicos” (trigo, cevada, centeio), de deveras significativo. Evidencie-se, por exemplo, que, em quantidade, o inhame suplanta sempre – nos três anos observados – o trigo; o milho, conjuntamente com os legumes, apresenta cifras superiores à cevada e ao centeio agregados. Basicamente, o que temos perante os nossos olhos é um volume de produção dos tubérculos e do milho que as regras dos contratos de arrendamento dos dízimos e as contas correntes da administração desta renda não deixam vislumbar.

Constate-se, ainda, que na conta corrente da administração dos dízimos grandes e das verduras da Calheta, referente a 1813, os produtos arrecadados foram vinho, trigo, cevada e centeio. Sendo, normativamente, os tubérculos – e o milho – também dizimados no âmbito desta renda, porque não são consignados na fonte? Por que razão não eram cobrados, se a sua produção parece ter sido deveras relevante?

Em primeiro lugar, as ordinárias a pagar, consignadas nas obrigações dos contratos de arrematação, segundo o quadro n.º 21, em anexo, apresentam sobretudo moios e alqueires de trigo (e pipas e almu-des de vinho). Ou seja, poderia acontecer, em certa medida, que, aquando a administração dos dízimos, era a tarefa de arrecadar géneros para pagamento de ordinárias que comandava – ou pautava – a cobrança. As obrigações conectadas aos dízimos, e tradicionalmente vigentes, sobrepor-se-iam, assim, à evolução e mutação da vida material.

Não esqueçamos ainda que os dízimos incidem sobre produtos excedentários – produtos para vender e não para consumo próprio. Assim, as cifras relativas ao milho e aos tubérculos no quadro n.º 1, acima, podem traduzir uma produção, ainda que assinalável, direccionada para o consumo – e não para o mercado interno ou para o pagamento de ordinárias. O vinho e os cereais de sequeiro como o trigo, a cevada e centeio seriam culturas mais especializados em termos geográficos – sendo preponderantemente produzidas no sul da Madeira (a capitania do Funchal, afinal), onde os recursos hídricos não abundavam<sup>48</sup>. Além disso, ao vinho e aos cereais de sequeiro seriam atribuídos um maior valor comercial (nas trocas internas e externas) – e cultural; inversamente, um menor valor – quer comercial, quer cultural – seria concedido aos tubérculos.

Pegerto Saavedra, citando uma expressão de A. Eiras Roel, fala da existência, na Galiza, de «excedentes compulsivos», «destinados al pago de rentas forales y de arriendos, de foros, diezmos, primicias, derechos de señorío y de voto de Santiago, siendo los foros y diezmos los capítulos fundamentales»<sup>49</sup>.

47 Confira-se, nos anexos, o quadro n.º 24. Devemos atender a que, como observou um historiador da Galiza, «El maíz [...] se presta peor al almacenamiento que el trigo, centeno y mijo, que removidos de modo regular en paneras secas y ventiladas podían aguantar unos dos años (no sin riesgos, por las características climáticas de Galicia)» (SAAVEDRA, 2008, «La Comercialización de las Rentas Agrarias en la Galicia del Antiguo Régimen», p. 264).

48 Note-se que os cereais cultivados na Madeira permitiam apenas fazer face a 1/5 ou 1/4 das necessidades anuais (BRANCO, 1987, *Camponeses da Madeira. As Bases Materiais do quotidiano no Arquipélago (1750-1900)*, pp. 29-30) e que o vinho – o melhor que a terra podia dar, produzido a partir das vinhas das terras soalheiras da encosta sul – era o principal dinamizador do comércio externo de exportação (veja-se VIEIRA, 2003, *A Vinha e o Vinho na História da Madeira. Séculos XV-XX*).

49 SAAVEDRA, 2008, «La Comercialización de las Rentas Agrarias en

Que «excedentes compulsivos» eram necessários, ou considerados mais importantes, na Madeira? Quais os critérios para o seu estabelecimento ou valorização? Seriam esses critérios a produção agrícola real, o mercado ou os encargos inerentes (ordinárias e cômguas) ao facto de, sendo os dízimos rendas reais, serem também benefícios eclesiásticos?

Na verdade, avançamos apenas com conjecturas, suposições e propostas de interpretação provisórias. E, nesta linha de argumentação, colocamos mais uma hipótese. Alvitrou Jorge Freitas Branco que o vinho e o cereal foram, na Madeira, concorrentes económicos – isto é, foram produtos «em torno dos quais sempre se centrou uma rivalidade em termos de ocupação de espaço agrícola», mantendo-se o primeiro preponderante até meados do século XIX<sup>50</sup>. Neste estabelecimento de competições no espaço agricultável (e na economia e no consumo) na Madeira, será que não só o vinho e o cereal foram competidores entre si? Será que ambos, de um lado, competiram com o milho e os tubérculos, por outro?

Confrontemos e comparemos, numa visão panorâmica ou de conjunto, as rendas arrematadas e administradas (ver quadros n.ºs 2 a 4). Relembre-se que a esmagadora parte das contas correntes observadas – 91,46%, ou seja, 257 contas correntes – foi objecto de contratação ou arrematação (quadro n.º 2). Esta percentagem sai mais reforçada em termos percentuais – 98%, que corresponde a 147 contas correntes – se considerarmos somente os dízimos grandes e das miunças/verduras (de 1777 a 1815; quadro n.º 4). As administrações ganham, todavia, uma maior expressividade – um pouco mais que um terço do total, ou seja, 36,36%, – na categoria restrita dos dízimos grandes (de 1775 a 1813; quadro n.º 3); assim, temos 25 administrações para 35 arrendamentos (63,64%).

**Quadro n.º 2 – Arrecadação dos Dízimos sobre a Produção Agropecuária (1775-1815) – Freguesias da Capitania do Funchal – Arrematação / Administração**

Tipo de Arrecadação	N.º de Contas Correntes	%
Contratação / Arrematação	257	91,46
Administração	24	8,54
<b>Total</b>	<b>281</b>	<b>100</b>

Fontes: ANTT, PJRFF, *Dízimos (1775-1833)*, lv.ºs 743 e 744.

**Quadro n.º 3 – Arrecadação dos Dízimos Grandes (1775-1815) – Freguesias da Capitania do Funchal – Arrematação / Administração**

Tipo de Arrecadação	N.º de Contas Correntes	%
Contratação / Arrematação	35	63,64
Administração	20	36,36
<b>Total</b>	<b>55</b>	<b>100</b>

Fontes: ANTT, PJRFF, *Dízimos (1775-1833)*, lv.ºs 743 e 744.

**Quadro n.º 4 – Arrecadação dos Dízimos Grandes e das Miunças/Verduras (1777-1815) – Freguesias da Capitania do Funchal – Arrematação / Administração**

Tipo de Arrecadação	N.º de Contas Correntes	%
Contratação / Arrematação	147	98
Administração	3	2
<b>Total</b>	<b>150</b>	<b>100</b>

Fontes: ANTT, PJRFF, *Dízimos (1775-1833)*, lv.ºs 743 e 744.

A análise da relação entre estes dois modos e instrumentos de arrecadação dos impostos solicita, em complemento, uma indagação de cariz diacrónico (observe-se o quadro n.º 24, nos anexos). Desta forma, podemos aventar que, ao longo de todo o período, os dízimos administrados por indivíduos encarregados pela JRFF concentram-se na primeira década e meia do século XIX – 87,5% do total; 21 contas correntes. Antes deste lapso temporal, apenas os dízimos grandes de S.ª Luzia foram administrados – em 1782; e por duas vezes em 1798-1800 (acrescente-se

la Galicia del Antiguo Régimen», p. 246.

50 BRANCO, 1987, *Camponeses da Madeira. As Bases Materiais do Quotidiano no Arquipélago (1750-1900)*, p. 41.

que igual renda, da mesma localidade, foi objecto de arrecadação directa em duas ocasiões parcialmente simultâneas, 1801-1802 e 1801-1803). Faça-se notar igualmente que o ano isolado de 1813 concentra, no cômputo global das rendas, e no conjunto dos dízimos grandes, quase metade – 45,83% –, e efectivamente metade – 50% –, respectivamente, das administrações. Geograficamente, para além de S.<sup>ta</sup> Luzia, destaque-se o conjunto das freguesias de C.<sup>a</sup> de Lobos e Estreito de C.<sup>a</sup> de Lobos, cujos dízimos grandes foram em quatro momentos cobrados directamente – 1801; 1804-1805; 1806; 1803. Esta cronologia das administrações vem, a par da cronologia dos contratos bienais e anuais (em vez de trienais), reforçar que há uma incrementada complexidade no sistema de arrecadação dos dízimos no dealbar do século XIX. Complexidade que corresponde a dificuldades em arrematar e que poderá traduzir oscilações depressionárias da economia agrícola.

Com o fito de apurarmos, com exemplos documentais de inícios do século XIX, a relação entre as arrematações e as administrações, faça-se um breve desvio do nosso caminho principal e veja-se o caso da arrematação dos dízimos grandes e das verduras, em 1801-1803, cujo processo esteve eivado de obstáculos. Um edital da JRFF de 20-III-1801 estipula o seguinte: «Constando na Real Junta da Fazenda deste Estado, que algumas pessoas, ou por animozidade, ou por maledicencia, ou por conhecimento de miudas cauças, ou talvez por zêlo sincero, e puro do beneficio da Real Fazenda ([sic] segundo he proprio de todo o Vassallo fiel, e Cidadão honrado, acuzarão algumas faltas de solemnidade no acto das arremataçoens das Rendas Reaes, a que alias se procederá pela mesma Real Junta na Conformidade das Leis, e particularmente na arrematação da Renda do Estreito, e Cama de Lobos; Ordena a mesma Real Junta, que novamente se proceda á formalidade da Hasta publica, a respeito da ditta Renda, que deverá hir á Praça no dia vinte e oito [d]o Corrente, tudo em beneficio da Real Fazenda, e testemunho publico da dignidade com que procede a mesma Real Junta em tudo quanto he de seu importantissimo expediente»<sup>51</sup>. Oito dias depois, por edital de 28-III-1801, «Ordena a Junta da Fazenda deste Estado, que se prorogue o prazo da arrematação. Decretada para os Dizimos Grandes e Verduras de Camara de Lobos e Estreito, pelo antecedente Edital de vinte do corrente, athe que Sua Alteza Real, haja por bem dar a competente providen-

cia ao dito respeito»<sup>52</sup>. Os dízimos destas freguesias, de 1801-1803, começaram por ser administrados, no ano de 1801, por Joaquim José de Andrade (confira-se o quadro n.º 24). A portaria da JRFF que nomeia este indivíduo para administrador das ditas rendas é datada de 24-VII-1801 e reza da seguinte forma: «Visto não ter chegado até o presente resolução Regia a respeito das rendas Cama de Lobos, e Estreito deste Triennio, se Determina na forma do Acento respectivo, que as mesmas sejam cobradas por conta da Fazenda Real, e se nomeia a Joaquim Joze de Andrade para cobrador das mesmas»<sup>53</sup>. O edital relativo a esta nomeação é de 07-VIII-1801: «A Junta da Real Fazenda tem ellegido a Joaquim Joze d'Andrade, para Cobrador das Rendas dos Dizimos Grandes e Verduras da Freguezia de Cama de Lobos e Estreito, no presente anno, o que se faz saber ao publico para entrega do respectivo Dizimo, ao ditto Cobrador»<sup>54</sup>. A resposta real – datada de Abril do mesmo ano e chegada à Madeira em Agosto –, e transmitida em edital de 17-VIII-1801, ordena a realização de novas arrematações: «Tendo sido presente a Sua Alteza Real, o Principe Regente Nosso Senhor, que nas arremataçoens das Rendas das Freguezias de Camara de Lôbos e Estreito, Santa Cruz e Gaula; Porto Santo, São Roque, São Vicente, Camacha, e Nossa Senhora do Monte; faltarão algumas solemnidades, e entervierão motivos, que desde logo as podião arguir de nullidades: Foi o Mesmo Senhor Servido declarar, e dar como nullas as sobredittas Arremataçoens das mencionadas Rendas, pelo seu Decreto de trinta de Abril proximo passado; pelo que Ordena a Real Junta da Fazenda deste Estado, que as dittas Rendas hajão de novamente tornar á Praça, para que ahi, com todas as solennidades do estillo, e que afianção a illibada fé da Hasta publica hajão de ligittimamente serem arremattadas pelos maiores lanços, tudo em beneficio da Real Fazenda: e portanto designa a mesma Junta as sessoens dos dias, vinte e dois, vinte e ses, e vinte e nove do Corrente mez para se receberem os compettentos lanços; e se realisarem as ditas arremattaçoens»<sup>55</sup>. No que particularmente diz respeito às freguesias de C.<sup>a</sup> de Lobos e Estreito de C.<sup>a</sup> de Lobos, após o cumprimento da ordem régia, a JRFF expediu um aviso para Joaquim José de Andrade, solicitando que este fizesse «entrega de tudo

51 ANTT, PJRFF, *Repartição do Conselho – Avisos*, lv.º 403, p. 370.

52 ANTT, PJRFF, *Repartição do Conselho – Avisos*, lv.º 403, pp. 370-371.

53 ANTT, PJRFF, *Repartição do Conselho – Avisos*, lv.º 403, p. 378.

54 ANTT, PJRFF, *Repartição do Conselho – Avisos*, lv.º 403, p. 383.

55 ANTT, PJRFF, *Repartição do Conselho – Avisos*, lv.º 403, pp. 383-384.

o que tem cobrado das Rendas dos Dizimos Grandes e Verduras das Freguezias de Cama de Lobos, e Estreito a Novo Contractador dellas o Capitão Antonio Francisco de Barros dando-lhe igualmente as Contas do seu recebimento, e recolhendo-se a Esta Cidade immidiatamente, deixando a ditta Administração»<sup>56</sup>.

Partamos para a análise da observância ou cumprimento – ou incumprimento – dos contratos firmados entre a JRFF e os arrematantes dos dizimos, a qual permitirá aceder a um conjunto de indicadores de utilidade; de utilidade, diga-se, não só para uma história da administração e das finanças régias no arquipélago da Madeira, mas também para uma história económica e social – no sentido em que poderá permitir a percepção, entre outros aspectos, de investimentos ou estratégias de investimento empresariais bem-sucedidos ou tolhidos de fracasso.

Mediante os informes transmitidos pelas contas correntes, chegámos a três categorias que dizem respeito ao cumprimento dos contratos de arrematação. O «Incumprimento» ocorre quando os rendeiros, em virtude de não satisfazerem os pagamentos anuais estipulados, tornam-se devedores da fazenda real, e quando as dívidas se mantêm até ao fim do período de vigência da JRFF ou têm por corolário a execução ou penhora de bens (por vezes, sucedem as duas situações, já que os bens arrestados poderiam não ser suficientes para fazer face aos saldos negativos). Por outro lado, o que consideramos de «Cumprimento Extemporâneo» acontece, com efeito, quando os indivíduos contratantes dos dizimos efectuem os pagamentos, porém vários meses após o derradeiro prazo anual determinando pela JRFF<sup>57</sup>. Assinale-se que, tendo em conta as informações de que dispomos, vimo-nos obrigados a inserir ainda na categoria «Cumprimento» as arrematações cujo último pagamento foi levado a efeito até um par de meses – não mais – depois do fim do prazo.

Foram estes os nossos critérios – discutíveis, é certo<sup>58</sup>, mas fecundos porquanto permitem atribuir

ordem a um certo caos nas contas correntes. Feitas estas considerações, baseemo-nos na informação quantitativa vertida nos Quadros n.ºs 5 a 8, e frisemos que, ou olhando para a totalidade das arrematações (dizimos sobre a produção agropecuária), ou olhando para tipos específicos de dizimos (grandes; grandes e das miunças/verduras; das miunças/verduras), a categoria «Cumprimento Extemporâneo» leva a palma às restantes – o que é demonstrativo de um mundo em que a observância rigorosa e constante da norma não existe; as percentagens apresentadas, a este respeito, oscilam entre 43,28% – dizimos das miunças/verduras – e 63,95% – dizimos grandes e das miunças/verduras –, respectivamente. A relevância das categorias remanescentes oscila consoante as espécies de rendas. Não deixa de ser significativo que, na consideração da globalidade dos contratos, menos de um quarto é alvo de incumprimento – 23,35% – e sensivelmente um quinto de cumprimento estrito – 20,62%. A relação entre estas categorias modifica-se somente nos dizimos grandes («Cumprimento» – 31,43% – que corresponde a 11 contratos; «Incumprimento» – 17,14%, seis arrematações) e nos dizimos grandes e das miunças/verduras («Incumprimento» – 30 contratos, 20,41% do total; «Cumprimento» – 23 arrendamentos, 15,65%).

#### Quadro n.º 5 – Contratos de Arrematação dos Dizimos sobre a Produção Agropecuária (1775-1815) – Freguesias da Capitania do Funchal – Cumprimento e Incumprimento

Tipo	N.º de Contratos	%
Cumprimento Extemporâneo	144	56,03
Incumprimento	60	23,35
Cumprimento	53	20,62
<b>Total</b>	<b>257</b>	<b>100</b>

Fontes: ANTT, PJRFF, *Dizimos (1775-1833)*, lv.ºs 743 e 744.

56 ANTT, PJRFF, *Repartição do Conselho – Arisos*, lv.º 403, p. 387.

57 Um edital da JRFF, datado de 07-II-1791, insta, nos termos seguintes, os arrendatários de dizimos a saldarem as suas dívidas: «A Junta da Administração e Arrecadação da Real Fazenda Determina que todos os Rendeiros dos Dizimos desta Ilha do actual, e antecedentes Triennios, que se achão atrasados nos seus pagamentos hajão de entrar infalivelmente com as quantias devidas até o fim do Corrente mez, pena de se prosseger a viva execução na forma das Reaes Ordens; E por isso mandou fixar o prezente Edital, para ser nottorio a todos os devedores dos Dittos Dizimos, e não poderem alegar ignorancia» (ANTT, PJRFF, *Repartição do Conselho – Arisos*, lv.º 403, p. 84).

58 No entanto, sobretudo no que toca à categoria «Cumprimento»,

mais não fazemos, com as devidas diferenças, do que o Erário Régio aconselhava a JRFF a fazer em relação aos contratadores de rendas; a JRFF deveria, assim usar de alguma compreensão e tolerância, quando, em face de contingências adversas («por cauza de empate de frutos, ou generos»), os arrematantes demorassem na cobrança; com efeito, seria «conveniente se lhe[s] dissimule algũa prudente demora» (ANTT, PJRFF, *Junta da Real Fazenda. Estabelecimento da Junta (1775)*, lv.º 945, fl. 12).

**Quadro n.º 6 – Contratos de Arrematação dos Dízimos Grandes (1775-1815) – Freguesias da Capitania do Funchal – Cumprimento e Incumprimento**

Tipo	N.º de Contratos	%
Cumprimento Extemporâneo	18	51,43
Cumprimento	11	31,43
Incumprimento	6	17,14
<b>Total</b>	<b>35</b>	<b>100</b>

Fontes: ANTT, PJRFF, *Dízimos (1775-1833)*, lv.ºs 743 e 744.

**Quadro n.º 7 – Contratos de Arrematação dos Dízimos Grandes e das Miunças/Verduras (1777-1815) – Freguesias da Capitania do Funchal – Cumprimento e Incumprimento**

Tipo	N.º de Contratos	%
Cumprimento Extemporâneo	94	63,95
Incumprimento	30	20,41%
Cumprimento	23	15,65%
<b>Total</b>	<b>147</b>	<b>100,00%</b>

Fontes: ANTT, PJRFF, *Dízimos (1775-1833)*, lv.ºs 743 e 744.

**Quadro n.º 8 – Contratos de Arrematação dos Dízimos das Miunças/Verduras (1775-1815) – Freguesias da Capitania do Funchal – Cumprimento e Incumprimento**

Tipo	N.º de Contratos	%
Cumprimento Extemporâneo	29	43,28
Cumprimento	21	31,34
Incumprimento	17	25,37
<b>Total</b>	<b>67</b>	<b>100</b>

Fontes: ANTT, PJRFF, *Dízimos (1775-1833)*, lv.ºs 743 e 744.

Realizemos, agora, uma avaliação diacrónica desta temática, incidindo particularmente sobre os contratos que não foram cumpridos.

**Quadro n.º 9 – Totais de Contratos e Percentagens de Contratos não Cumpridos de Arrematação sobre a Produção Agropecuária (1775-1815) – Freguesias da Capitania do Funchal**

Triénios	Totais de Contratos (100%)	Contratos não Cumpridos	% de Contratos não Cumpridos
1775-1776	39	12	30,77%
1777-1779	25	8	32,00%
1780-1782	23	11	47,83%
1789-1791	14	3	21,43%
1792-1794	14	1	7,14%
1795-1797	14	3	21,43%
1798-1800	15	3	20,00%
1801-1803	16	5	31,25%
1804-1806	25	8	32,00%
1807-1809	20	2	10,00%
1810-1812	17	2	11,76%
1813-1815	33	2	6,06%

Fontes: ANTT, PJRFF, *Dízimos (1775-1833)*, lv.ºs 743 e 744.

Observações – contratos não trienais: 1802-1803 – 2 contratos; 1804 – 2 contratos; 1805 – 2 contratos; 1806 – 1 contrato; 1807 – 3 contratos; 1808 – 1 contrato; 1808-1809 – 2 contratos; 1813 – 2 contratos; 1814-1815 – 2 contratos; 1815 – 1 contrato.

Mediante os dados dispostos na tabela anterior – que não inclui os triénios de 1783-1785 e 1786-1788, quando os dízimos da Ilha da Madeira foram arrematados por grosso, como veremos –, pode dizer-se que a percentagem de contratos não cumpridos, no quadro do biénio de 1775-1776 e de cada triénio seguinte, é quase sempre significativa – e que medeia entre os 20% (1798-1800) e os 47,83% (1780-1782). Exceptuam-se as cifras mais baixas que ocorrem em 1792-1794 e a partir de 1807-1809. Lembremos, neste particular, que nem todos os ramos de dízimos e nem todas freguesias da capitania do Funchal são contemplados, nas contas correntes, no período de 1813-1815 (como anteriormente foi aludido); e que, em boa verdade, há um número relevante de rendas administradas nestes três anos e, para além disso, de dízimos contratados anual ou bienalmente. De qualquer modo, podemos falar da existência, no último quartel do século XVIII e nos inícios do século XIX, de um fenómeno endémico ou estrutural, de relativa importância, de incumprimento de contratos de ar-



rendamento de dízimos sobre as produções agrícola e pecuária da capitania do Funchal. Não pretendemos avançar com factores explicativos nesta ocasião, sobretudo porque não estamos na posse das variáveis suficientes. Ainda assim, poderá considerar-se que, porventura, a instituição da JRFF, enformada por novas normas e pela obrigação de observância de métodos mais rigorosos e vigilantes na administração da fazenda régia, poderá ter tido uma influência significativa no incumprimento dos contratos – o que se constata nos inícios da vigência desta instituição, de 1775 a 1782.

É nosso desiderato abordar alguns aspectos sobre a prática de segurar ou afiançar os contratos de arrematação celebrados. Um dos contratos a que tivemos acesso no decorrer da pesquisa – «Condições com que se rematou a Renda dos Dízimos da Verdura da Freguezia da Sê desta Cidade [do Funchal] – menciona «Que por esta Rematação fica elle Contractador, não só obrigado ao pagamento, e obrigações deste Contracto, mas cada hũ dos Socios ainda que occultos, e Fiadores Colegialmente, e in Solidum; ou sejaõ presentes, ou futuros; posto que o não assignem»<sup>59</sup>. De igual forma, esta condição foi encontrada em contratos alusivos a outros ramos de dízimos e freguesias. Consequentemente, nas contas correntes examinadas encontrámos, por vezes, menções a fiadores; noutros casos, os próprios arrematantes se haviam encarregado de afiançar os contratos – sabemos-lo através das expressões «ao que tudo se obrigou», «se obrigou elle ditto Rendeiro», «se obrigou elle Rendeiro [...] a cumprir este contracto», ofereceu por «especial; e geral hypotheca todos os seus bens presentes, e fucturos», etc.; nas restantes ocorrências não há referência a fiadores ou à assunção, por parte dos arrematantes, da obrigação de fiança – o que permite declarar que, nas contas correntes, não houve referência sistemática aos fiadores. Tal facto deve ser frisado porquanto constitui, na verdade, um dos limites desta fonte. Além disso, como veremos, certos fiadores tornaram-se nossos conhecidos – porque acabaram por ser, ainda que não inicialmente, nomeados nas fontes – quando, na eventualidade da inobservância das arrematações, os seus bens foram arrestados. Aliás, como se constata no quadro n.º 22, em apêndice, a fazenda ou as propriedades de diversos fiadores foram objectos de penhora ou execução. De qualquer modo, as

três modalidades encontradas nas contas correntes quanto às fianças («Fiador», «Arrematante» e «Sem Referência»), bem como a relação entre as mesmas, vão espelhadas nos quadros que se seguem.

**Quadro n.º 10 – Fiadores dos Contratos de Arrematação dos Dízimos sobre a Produção Agropecuária (1775-1815) – Freguesias da Capitania do Funchal**

Tipo	N.º de Contratos	%
Fiador(es)	156	60,70
Arrematante(s)	65	25,29
Sem Referência	36	14,01
<b>Total</b>	<b>257</b>	<b>100</b>

Fontes: ANTT, PJRFF, *Dízimos (1775-1833)*, lv.ºs 743 e 744.

**Quadro n.º 11 – Fiadores dos Contratos de Arrematação dos Dízimos Grandes (1775-1815) – Freguesias da Capitania do Funchal**

Tipo	N.º de Contratos	%
Fiador(es)	19	54,29
Sem Referência	13	37,14
Arrematante(s)	3	8,57
<b>Total</b>	<b>35</b>	<b>100</b>

Fontes: ANTT, PJRFF, *Dízimos (1775-1833)*, lv.ºs 743 e 744.

**Quadro n.º 12 – Fiadores dos Contratos de Arrematação dos Dízimos Grandes e das Miunças/Verduras (1777-1815) – Freguesias da Capitania do Funchal**

Tipo	N.º de Contratos	%
Fiador(es)	98	66,67
Arrematante(s)	47	31,97
Sem Referência	2	1,36
<b>Total</b>	<b>147</b>	<b>100</b>

Fontes: ANTT, PJRFF, *Dízimos (1775-1833)*, lv.ºs 743 e 744.

59 ANTT, PJRFF, *Registo das Condições de Contratos – Junta da Real Fazenda do Funchal*, lv.º 444, p. 13.

**Quadro n.º 13 – Fiadores dos Contratos de Arrematação dos Dízimos das Miunças/Verduras (1775-1815) – Freguesias da Capitania do Funchal**

Tipo	N.º de Contratos	%
Fiador(es)	37	55,22%
Sem Referência	15	22,39%
Arrematante(s)	15	22,39%
<b>Total</b>	<b>67</b>	<b>100,00%</b>

Fontes: ANTT, PJRFF, *Dízimos (1775-1833)*, lv.ºs 743 e 744.

Considerando quer a totalidade dos contratos de arrematação dos dízimos sobre a produção agropecuária (quadro n.º 10), quer ramos específicos desta renda, em mais de metade dos contratos são fornecidos os nomes dos fiadores (sendo a percentagem mais elevada a relativa aos dízimos grandes e das miunças/verduras, de 1777 a 1815, 66,67%, correspondente a 98 arrendamentos). Este fenómeno não carece de grandes comentários, pois que, constituindo alguns destes contratos um investimento substancial avultado, lógica se torna a necessidade de procurar e apresentar fianças – e fiadores – apropriados.

Ao invés, podemos tentar discutir – mesmo que cerceados pela ausência de alusões explícitas – os números percentuais e de contratos atinentes aos arrematantes que afiançaram os seus próprios contratos. Esperar-se-ia que os dízimos de menor valor – miunças e verduras – não justificassem, em grande medida, a intervenção de outros indivíduos na condição de fiadores; com efeito, neste caso, pouco menos de um quarto – 22,39%, percentagem igual à categoria «Sem Referência» – dos arrematantes responsabiliza-se por abonar os seus contratos. Por outro lado, ramos mais avultados solicitariam uma outra estratégia, compaginável com uma maior presença de fiadores. E, na verdade, no capítulo dos dízimos grandes (de 1775 a 1815), a despeito de haver tão-só 35 casos e de em 37,14% dos mesmos não haver referência, apenas 8,57% dos contratos são afiançados pelos rendeiros. No entanto, em comparação com estes números percentuais, os dízimos grandes e das miunças/verduras (1777-1815) apresentam porções dissemelhantes: em 31,97% das ocorrências – 47 arrematações – são os arrematantes a arcar com as obrigações contratuais, por contraposição a 66,67% – 98 contratos – em que foram apresentados fiadores

(somente duas arrematações, 1,36%, não mereceram menções a este propósito). Pelo exposto, e com os dados disponíveis, de momento uma investigação mais abalizada, tendente a perscrutar e sinalizar fenómenos e tendências, não é possível. Reafirme-se que disponibilizamos aos leitores um quadro sistematizador – o n.º 22, em anexo – dos contratos não cumpridos, que compreende informações que ainda iremos examinar.

Analisemos a existência de arrematantes testas-de-ferro em contratos cujos verdadeiros arrendatários estão dissimulados ou encobertos. Este fenómeno é surpreendido quando sobrevêm incumprimentos de contratos – materializados em saldos devedores e execuções de bens. Note-se que, quando os contratos correm na medida do que é determinado, sem atribulações, as fontes carregadas não transmitem mais informação do que aquela que foi comum encontrar – e assim o investigador confiante perde, como averiguámos, uma parcela da realidade, ou encara uma realidade parcialmente falsificada. Quando é necessário, por outro lado, à época, imputar responsabilidades pela inobservância dos contratos, ao pesquisador é-lhe, por conseguinte, dado acesso a uma leitura mais fina da realidade. Vejamos rapidamente alguns nomes de indivíduos e factos fixados para a posteridade, de modo a ilustrar, também, os limites e a complexidade da informação veiculada nas fontes estudadas – complexidade que é, enfim, a do mundo das arrematações de rendas reais no período temporal observado.

Estanislau José da Silva, fiador de Pedro António de Sousa no arrendamento dos dízimos grandes de C.ª de Lobos (para 1775-1776) era, afinal, o verdadeiro arrematante – ou o arrematante dissimulado – desta renda; sabemo-lo por depoimento de Pedro de Sousa; de acordo com as palavras da fonte, o fiador foi o indivíduo «para quem foi a mesma Renda segundo diz o rematador»<sup>60</sup>. Na mesma época, e relativamente à renda grande dos Canhas, apesar de António José Gonçalves ser apontado como rendeiro, em nota à margem externa do «Deve» é declarado que «Esta Renda foi rematada para João Gonçalves Chumberga dos Canhas segundo a sua configuração que fez no Termo que assignou em 20. de Julho de 1777»<sup>61</sup>. No contrato dos dízimos grandes e das miunças, de 1780-1782, dos Prazeres, apesar de João Sardinha Jardim ser o

60 ANTT, PJRFF, *Dízimos (1775-1833)*, lv.º 743, pp. 4.

61 ANTT, PJRFF, *Dízimos (1775-1833)*, lv.º 743, pp. 5.

rendeiro mencionado à partida na conta corrente, um seu familiar, Manuel Sardinha Jardim é, afinal, o verdadeiro contratador, confessando ele próprio que esta renda foi «para si»<sup>62</sup>. (Teremos a oportunidade de voltar a este caso.) António Ferreira, do Monte, arrematou os dízimos grandes e das miunças desta freguesia para 1780-1782; no entanto, segundo anotação na conta corrente, «Aos 12 de Abril de 1794 veio á Contadoria Diogo Ayres e declarou ter sido rematada esta Renda para si, do que assignou hum Termo de declaração» – e serão bens (um bocado de fazenda, um bocado de terra e uma casa) deste indivíduo que serão alvo de execução<sup>63</sup>. Inácio Rodrigues Pereira, de S.<sup>to</sup> António, arrendou, para esta freguesia, semelhantes ramos de dízimos, relativos também ao triénio de 1780-1782; inicialmente o fiador havia sido Manuel Gomes Camacho, de S. Pedro, o qual, por falecimento, obrigou a «nova fiança [...] a qual se verá quando precisa for»; de qualquer modo, sabe-se que, por despacho da JRFF de 02-V-1792, «se houve por desobrigado o rematante desta Renda Ignacio Rodriguez Pereira visto mostrar por Sentença do Corregedor de 19 de Julho de 1788, rematar a dita Renda para Ignacio Gomes Pinéo, a quem fica pertencente a satisfação della por seus bens, de seu fiador»; e, na realidade, houve lugar a penhora de vários bens (duas moradas de casas, três casas sobradadas, duas casas térreas, uma fazenda, benfeitorias de vinhas, benfeitorias de vinhas e latadas) dos herdeiros do dito «Pinéo»<sup>64</sup>. Eleutério Ferreira Duarte, da Madalena do Mar, contratou os dízimos grandes, das miunças e do pescado das freguesias de P.<sup>ta</sup> do Sol, Canhas e Madalena do Mar, para o triénio dos três contratos que anteriormente discriminámos (1780-1782); neste caso, é do nosso conhecimento que, por despacho de 13-X-1798 da JRFF, foi concedida a Filipe Néri e Paulo João Régis «a prestação de 400\$000 rs annuos para satisfação de 6:065\$729 rs que ficarão devendo como interessados na 4.<sup>a</sup> parte desta Renda e por outras dividas»; sendo «interessados» – quer dizer, na prática foram arrematantes –, não admira que um garnel dos herdeiros de um destes indivíduos – Filipe Néri – tenha sido executado<sup>65</sup>. (Retornaremos, de igual maneira, a este contrato.) Os padres Manuel do Nascimento e Afonseca e António Xavier de Afonseca arremataram a renda grande e das miunças de S. Pe-

dro para 1780-1782; mediante anotação à margem externa do «Deve», sabe-se, todavia, que os fiadores – Manuel de Jesus, Sebastião Fernandes Velosa, João Gomes Jardim – assumiram, logo em 1780, a «administração desta Renda»<sup>66</sup>. Os dízimos grandes de S. Martinho, ainda para 1780-1782, foram arrendados por Francisco Martins de Gouveia; a fiança foi dada por José Gonçalves Brasão que, no fim de contas, era, de maneira encapotada, igualmente o arrematante<sup>67</sup>. O mesmo José Gonçalves Brasão assumiu o encargo de fiador dos dízimos grandes e verduras de S. Roque – para 1798-1800 –, contratados por João Rodrigues Gil; e, também aqui, por faltas de pagamentos, descobriu-se que era efectivamente o verdadeiro arrematante<sup>68</sup>. (Pela sua relevância, faremos adiante menção mais circunstanciada a José Rodrigues Brasão.) Manuel Joaquim Carvalho arrematou os dízimos grandes e das verduras da P.<sup>ta</sup> do Sol, dos Canhas e da Madalena do Mar, para 1810-1812; o seu fiador, Francisco João de Cairos, era, na verdade, seu sócio – e sabemos-lo porque parte dos bens que, por causa do incumprimento do contrato, foram executados eram seus; e ainda porque parte da dívida a ser saldada em prestações foi assumida por Francisco de Cairos<sup>69</sup>. António Joaquim Correia Caldas arrendou os dízimos grandes e das verduras da Calheta, referentes a 1810-1812, sem apresentar fiador; embora, nas fontes manuseadas, esta conta corrente não esteja completa, tudo leva a crer que não foi cumprida; assim, várias execuções de bens ocorreram, e as que pudémos constatar visaram a propriedade de José Carlos de Mendonça (loja alugada, móveis, casa); este indivíduo seria, pois, um sócio de Correia Caldas, apesar de inicialmente, e de forma explícita, a fonte não o reportar<sup>70</sup>. Refira-se António Telo, arrematante dos dízimos grandes e das verduras para 1810-1812; por motivo de incumprimento do contrato, vários bens (vários bocados de terra e de fazenda, benfeitorias) foram penhorados – bens, tanto quanto pudémos perceber, não do arrematante, não do fiador (Domingos João de Afonseca), mas de um João da Mata Moniz de Meneses, «enteressado como o ditto Rematante» na renda indicada, com toda a probabilidade<sup>71</sup>. Finalmente, e terminando, por agora, a nossa digressão pelo fenómeno da existência de

62 ANTT, PJRFF, *Dízimos (1775-1833)*, lv.º 743, pp. 56.

63 ANTT, PJRFF, *Dízimos (1775-1833)*, lv.º 743, pp. 69 e 149.

64 ANTT, PJRFF, *Dízimos (1775-1833)*, lv.º 743, pp. 70 e 150.

65 ANTT, PJRFF, *Dízimos (1775-1833)*, lv.º 743, pp. 71.

66 ANTT, PJRFF, *Dízimos (1775-1833)*, lv.º 743, pp. 74.

67 ANTT, PJRFF, *Dízimos (1775-1833)*, lv.º 743, pp. 76.

68 ANTT, PJRFF, *Dízimos (1775-1833)*, lv.º 743, pp. 145.

69 ANTT, PJRFF, *Dízimos (1775-1833)*, lv.º 744, pp. 64, 68 e 91.

70 ANTT, PJRFF, *Dízimos (1775-1833)*, lv.º 744, pp. 70, 146 e 149.

71 ANTT, PJRFF, *Dízimos (1775-1833)*, lv.º 744, pp. 81, 88, 89, 154.

testas-de-ferro nos negócios de arrematação de dízimos, nomeie-se Inácio Mendes, referenciado como arrendatário dos dízimos grandes de S. Roque, para 1814-1815, e dois indivíduos que, porque a fonte não permite certezas, parecem ter sido, ao invés, os verdadeiros arrematantes; o contrato não foi cumprido na totalidade e, em 1835, havia ainda um saldo devedor de 928\$826 que passou para a Recebedoria Geral; em notas à margem do «Deve», ficou fixado para a posteridade, a lápis, que «Esta Renda foi para João Francisco Ribeiro morador em S.<sup>ta</sup> Clara» e que «Diz-se responder por esta conta Anna Joaquina de Souza moradora a S.<sup>ta</sup> Clara»<sup>72</sup>.

Neste ensejo, atentemos nos preços anuais legados pelas contas correntes dos dízimos sobre a agricultura (e a pecuária) da Capitania do Funchal, enquanto indicadores – se bem que indirectos e falíveis – para o conhecimento de volumes e, sobretudo, de evoluções da produção agrícola (e pecuária)<sup>73</sup>. Sendo estes os dados de que dispomos, e possibilitadores somente de uma aproximação à produção, repita-se que são indirectos e falíveis porque, globalmente, os dízimos não eram percebidos em géneros (isso ocorria, sim, com as rendas administradas)<sup>74</sup>. O que está patente na documentação são valores anuais avançados pelos arrematantes – e aceites pela JRFF –, numa lógica de previsão da produção, de procura de lucro e de assunção de riscos<sup>75</sup>. A este respeito, ressalve-

-se que não conseguimos, no presente, pesar a presumível influência de diversos factores e variáveis – como fraude, venalidade, nepotismo, especulação na ocasião das licitações<sup>76</sup>, fuga ou resistência ao pagamento<sup>77</sup> – no sistema de arrendamento de dízimos na Madeira em finais de Antigo Regime. Esta tarefa solicitaria uma inquirição de teor mais abrangente ou sistémico, escorada em fontes adicionais.

Elaborámos, para este exercício, vários quadros e gráficos, cujos dados iremos examinar (quadros n.ºs 14 a 19 e gráficos n.ºs 1 a 4). (Confronte-se sempre, nos anexos, o «Quadro n.º 23 – Valores Anuais, em Réis, dos Contratos de Arrematação dos Dízimos Grandes e das Miunças/Verduras (triénios de 1777-1779 até 1813-1815) – Freguesias da Capitania do Funchal».) Nos quadros n.ºs 14 e 19 fizemos acompanhar o valor anual, nos respectivos biénio (1775-1776) e triénio (1792-1794), das áreas das freguesias – ou dos conjuntos de freguesias – e do número de habitantes em anos próximos temporalmente (1781 e 1797). Em todos os quadros os preços anuais dos dízimos foram dispostos numa ordem decrescente,

72 ANTT, PJRFF, *Dízimos (1775-1833)*, lv.º 744, pp. 131 e 144.

73 Aurélio de Oliveira declara que «o dízimo tem-se imposto (ainda que de modo não exclusivo e certamente de modo não perfeito) como um dos mais importantes elementos indicadores da produção.» (OLIVEIRA, 1986-1987, «A Ordem de S. Bento na Promoção das Terras de Entre Douro e Minho no Antigo Regime. Dos índices e indicadores da produção aos seus comportamentos», p. 183).

74 No entanto, esparsas correspondências são encontradas nas contas correntes – mas nas contas das cobranças directas em géneros dos dízimos, no âmbito d administração da JRFF. Veja-se, nas Observações do quadro n.º 24, em anexo, as cifras a propósito dos dízimos grandes da freguesia de S.<sup>ta</sup> Luzia de 1782, e dos dízimos grandes e das verduras do Monte de 1801.

75 Entendemos não accionar – porque os dízimos na Madeira incidem sobre diversos produtos, e pelo que implicaria ao nível de recolha de preços –, o método de deflação dos dízimos arrendados e arrecadados em dinheiro. De um modo geral, no que toca à metodologia, Daniel Alves nota que «Os dízimos têm sido usados para estabelecer os valores da produção agrícola, uma vez que a sua taxa representa, pelo menos teoricamente, 1/10 dessa mesma produção. Quer através da multiplicação simples dos seus valores, quando são declarados em géneros, quer através da “deflação”, quando são apontados em dinheiro e se tem acesso aos preços, é possível chegar a um cálculo aproximado da produção bruta e dos índices de produtividade, neste caso, quando também se conseguem obter dados sobre a mão-de-obra e/ou as áreas de cultivo.» (ALVES, 2001, *Os dízimos no final do antigo regime: aspectos económicos e sociais: Minho, 1820-1834*, p. 53). A propósito da deflação dos «dízimos nominais» – contratados ou arrematados –, Antonio Macías Hernández, acerca das Canárias, notou que, contrariamente aos dízimos arrecadados em

espécie, em relação aos dízimos arrendados «era necesario [...] su deflación, lo cual planteaba el problema de la elección de una correcta serie de precios, solución no siempre factible, y, por otra, el valor deflactado permitía únicamente una aproximación a la producción, puesto que entre el diezmo nominal y el real existía una diferencia que se correspondía con el beneficio de los diezmeros» (MACÍAS HERNÁNDEZ, 1986, «Fuentes para el Estudio de la Producción Agraria en las Islas Canarias: el Diezmo en la Diócesis Canariense (1480-1820)», p. 282).

76 Num ofício de 17-VII-1805, dirigido ao Contador Geral das Províncias do Reino, Açores e Madeira, sobre a temática dos dízimos, é feita uma alusão a este fenómeno: «a maior parte dos Ramos [dos dízimos] tem chegado a tal preço, que não havendo Novidade muito boa, e boa extracção, dão perda, ou nenhum Lucro, porque o Character destes Insulanos os leva ao sistema de Guardarem os seus despiques para a ocasião da Rematação das Rendas: concorre mais a facilidade de qualquer Indivíduo poder apresentar-se nesta Cidade, e ter a prezunção (natural destes Ilheos) para contender com qualquer pessoa abonada; e ainda que na escolha sejam preteridos os incapazes, sempre estes estimulam os outros, cuja concorrência redundará em utilidade Regia, apesar de se conhecer por exames, que o producto das Rendas, nenhuma vantagem produz, e só sim a agencia, os fundos, ou outros giros do Rendeiro, lhe fazem bom o seu primitivo Contracto. Esta hé a razão por que na escolha dos Indivíduos, depende o bom successo de seu pagamento nos Reaes Cofres, pela indubitável certeza, de que há mais que esperar muitas vezes de huma pessoa com agilidade, do que de outro com alguns bens adonde se faz precisa a Execução Fiscal, de que redundará o retardo no Regio Embolço, ou a Adjudicação, sempre prejudicial aos Reaes entereesses, e mesmo a perdição de hum Vassallo, que fica inhabilitado para si, e para a Patria.» (ANTT, PJRFF, *Erário Régio – Repartição (1775-1832)*, lv.º 759, pp. 219-220).

77 Acresce mencionar o privilégio de isenção do pagamento desta renda que, na Madeira, era prerrogativa das clarissas do Convento de S.<sup>ta</sup> Clara (SANTOS, 2011, «A Arrecadação dos Dízimos sobre os Produtos da Terra, na Ilha da Madeira, no Período da Junta da Real Fazenda do Funchal (1775-1834): Processos, Constrangimentos e Conjunturas», pp. 346-347).



para que mais rapidamente houvesse a percepção das rendas mais valiosas.

Como foi sendo anotado e percepcionado pelo leitor, várias freguesias aparecem reunidas nos contratos (e nas administrações). Os casos mais flagrantes são, como se comprova nalguns dos quadros que se seguem, os grupos compostos por: C.<sup>a</sup> de Lobos e Estreito de C.<sup>a</sup> de Lobos; e P.<sup>ta</sup> do Sol, Canhas e Maldena e Mar.

Na sequência da elaboração dos quadros n.ºs 14 e 19, tivemos de dedicar alguma atenção à tarefa de coadunar as superfícies das freguesias – em Km<sup>2</sup> –, nos moldes em que são medidas e expressas na actualidade, aos espaços geográficos – também freguesias – tais quais são mencionados nas contas correntes. Afirme-se, neste particular, que a freguesia do Paul do Mar, apesar de criada em 1676<sup>78</sup>, encontra consignação nas contas correntes dos dízimos somente uma vez, em conjunto com a Fajã da Ovelha<sup>79</sup>; no entanto, através da pesquisa noutra fonte – os livros de receita e despesa dos rendimentos correntes da JRFF, que percorrem os anos de 1785 até 1827 –, apurámos a existência de diversas entregas de numerário pertencentes a contratos de dízimos grandes e das verduras da Fajã da Ovelha e do Paul do Mar, datadas de 1798 a 1800 e, depois, de 1814 a 1827; o Paul do Mar surge sempre, no âmbito desta renda, associado à Fajã da Ovelha<sup>80</sup>; escolhemos, deste modo, agregar as áreas de ambas as freguesias sob a Fajã da Ovelha. Quanto ao Jardim do Mar, espaço que não é referenciado nas contas correntes, foi curato no século XVIII e erigido a paróquia autónoma em 1848<sup>81</sup>; um pouco à semelhança do caso anterior, de acordo com a receita dos rendimentos correntes da JRFF, e a propósito do pagamento de dinheiro relativo a dízimos grandes e das verduras, o Jardim do Mar surge, de 1823 a 1827, constantemente aliado aos Prazeres<sup>82</sup>; destarte, associámos os territórios dos dois espaços sob a freguesia dos Prazeres. No que toca a espaços que hoje pertencem ao município

de Câmara de Lobos, comece-se por apontar que o Curral das Freiras, não referenciado nas contas correntes, existe a partir de 1790, tendo sido desagregado de S.<sup>to</sup> António<sup>83</sup>; assim, juntamos a sua área a esta freguesia do concelho do Funchal. A Quinta Grande foi curato em 1820 e paróquia em 1848<sup>84</sup>; a partir daquela data, abarcou sítios anteriormente pertencentes ao Campanário e a C.<sup>a</sup> de Lobos; neste sentido, inserimos a sua superfície na da freguesia de C.<sup>a</sup> de Lobos, ainda que sendo levados a pecar por excesso. A freguesia do Jardim da Serra foi criada nos finais do século XX – 1996 – e compreendeu a parte alta do Estreito de C.<sup>a</sup> de Lobos<sup>85</sup>; por esta razão, o território que hoje detém foi incluído no do Estreito. Finalmente, o Imaculado Coração de Maria aparece em 1954, a partir do Monte e de S.<sup>ta</sup> Luzia; deste modo, agregámos a sua superfície ao Monte no quadro n.º 14, pecando novamente por excesso, e, no quadro n.º 19, ao Monte e a S.<sup>ta</sup> Luzia.

Posto isto, seleccionámos os dados quantitativos mais susceptíveis de uma análise comparativa e efectuámos um estudo sincrónico e de cariz proporcional das rendas das várias freguesias, em vários pontos ao longo do período estudado.

78 SILVA, MENESES, 1978, «Paul do Mar», in *Elucidário Madeirense*, vol. terceiro, p. 56.

79 ANTT, PJRFF, *Dízimos (1775-1833)*, lv.º 743, pp. 123, relativas à arrematação dos dízimos grandes e das verduras de 1795-1797.

80 ANTT, PJRFF, *Tesouraria (1776-1827)*, lv.º 1291, p. 113, lv.º 1292, pp. 28, 45 e 57, lv.º 1293, p. 2, lv.º 1294, pp. 27 e 50, lv.º 1295, pp. 16, 22, 31, 34, 38 e 39.

81 SILVA, MENESES, 1978, «Jardim do Mar (*Freguesia do*)», in *Elucidário Madeirense*, vol. segundo, p. 173.

82 ANTT, PJRFF, *Tesouraria (1776-1827)*, lv.º 1291, p. 93, lv.º 1292, p. 32, lv.º 1293, pp. 10, 17 e 28, lv.º 1294, pp. 20, 27 e 30, lv.º 1295, pp. 31, 38 e 39.

83 SILVA, MENESES, 1978, «Curral das Freiras (*Freguesia do*)», in *Elucidário Madeirense*, vol. primeiro, p. 326.

84 SILVA, MENESES, 1978, «Quinta Grande (*Freguesia da*)», in *Elucidário Madeirense*, vol. terceiro, p. 160.

85 Decreto Legislativo Regional n.º 11/96/M, «Criação da freguesia do Jardim da Serra», 17-VI-1996, p. 1720.



Olhemos o quadro que se segue.

**Quadro n.º 14 – Área, Valores Anuais dos Contratos de Arrematação dos Dízimos Grandes (biénio de 1775-1776) e Habitantes (1781) – Freguesias da Capitania do Funchal**

Freguesias	Área – Km²	%	Valor Anual livre para a Fazenda Real – Réis (1775-1776)	%	Habitantes – 1781	%
S. <sup>to</sup> António	22,17	8,67	1250200	13,50	2553	7,15
C. <sup>a</sup> de Lobos	11,88	4,64	1250200	13,50	2377	6,66
Canhas	16,66	6,51	900000	9,72	2336	6,55
Estreito de C. <sup>a</sup> de Lobos	15,23	5,95	730050	7,89	2320	6,50
S. Roque	7,5	2,93	711000	7,68	868	2,43
N. <sup>a</sup> Sr. <sup>a</sup> do Calhau	4,86	1,90	557000	6,02	3387	9,49
P. <sup>ta</sup> do Sol	27,46	10,73	500050	5,40	2991	8,38
Arco da Calheta	14,7	5,75	500000	5,40	2375	6,66
P. <sup>ta</sup> do Pargo	24,71	9,66	450000	4,86	1451	4,07
Estreito da Calheta	14,32	5,60	401200	4,33	2037	5,71
S. Martinho	7,97	3,12	400000	4,32	1413	3,96
Monte	19,95	7,80	350000	3,78	1032	2,89
S. Gonçalo	7,06	2,76	315300	3,41	881	2,47
Fajã da Ovelha	23,56	9,21	250800	2,71	2182	6,11
S. Pedro	1,49	0,58	250200	2,70	3870	10,84
Madalena do Mar	2,07	0,81	148500	1,60	450	1,26
Calheta	23,47	9,17	148000	1,60	2549	7,14
Prazeres	10,77	4,21	145000	1,57	614	1,72
<b>Total</b>	<b>255,83</b>	<b>100</b>	<b>9257500</b>	<b>100</b>	<b>35686</b>	<b>100</b>

Fontes: DIRECÇÃO REGIONAL DE ESTATÍSTICA DA MADEIRA, 2011, «Área e população residente por freguesia, 2011, «Área e população residente por freguesia, 2011; ANTT, PJRFF, Dízimos (1775-1833), lv.º 743 e *Tesouraria* (1776-1827), lv.ºs 1291 a 1295; AHU, *Madeira e Porto Santo*, doc. 678.

Os cinco mais altos valores anuais dos dízimos grandes de 1775-1776 pertencem, como é constatável, a S.<sup>to</sup> António e C.<sup>a</sup> de Lobos, ambos com 1250\$200 e destacados nos lugares cimeiros; depois vemos, com preços entre os 900\$000 e 711\$000, os Canhas, o Estreito de C.<sup>a</sup> de Lobos e S. Roque. Estes espaços, ainda na actualidade, em virtude da extensão territorial, da configuração orográfica, da exposição solar, do tipo de solo, entre outras características, encontram-se entre os mais úberes da ilha da Madeira. Entre cerca de 500\$000 e 250\$000, há um conjunto de geografias díspares que abarca desde freguesias do sudoeste da Madeira, e pertencentes ao concelho da Calheta e da P.<sup>ta</sup> do Sol, a freguesias urbanas (S. Pedro), suburbanas e rurais do município

do Funchal. De um modo geral, pode dizer-se que os preços anuais dos dízimos encontram concordância com os habitantes, em 1781, dos respectivos espaços. Deve salvaguardar-se, todavia, sobretudo: S. Roque, que com 7,68% do total dos valores anuais dos dízimos grandes em 1775-1776, compreende apenas 2,43% do conjunto da população das freguesias consideradas em 1781; S. Pedro, freguesia da cidade do Funchal, com 10,84% dos habitantes e somente 2,70% dos dízimos (e, já agora, 0,58% da superfície global). Se olharmos para as áreas, não veremos muitas semelhanças com a ordenação – ou hierarquização – dos valores das rendas. É de assinalar, assim, freguesias do sudoeste da Madeira cujas dimensões não encontram, num plano imediato, correspondên-

cia com os preços dos impostos (ou, se quisermos, cujos preços ficam aquém das áreas): P.<sup>ta</sup> do Sol, P.<sup>ta</sup> do Pargo, Fajã da Ovelha e Calheta.

Contemplemos os quadros subsequentes que sistematizam os valores dos contratos dos dízimos grandes dos triénios de 1789-1791, 1807-1809 e 1810-1812. Quanto a este último triénio, fizemos acompanhar os montantes anuais das cifras das produções de vinho e cereais em 1817, segundo Paulo Dias de Almeida.

**Quadro n.º 15 – Valores Anuais dos Contratos de Arrematação dos Dízimos Grandes e das Verduras (triénio de 1789-1791) – Freguesias da Capitania do Funchal**

Freguesias	Valor Anual livre para a Fazenda Real – Réis (1789-1791)	%
S. Roque, C. <sup>a</sup> de Lobos e Estreito de C. <sup>a</sup> de Lobos	2160000	26,22
P. <sup>ta</sup> do Sol, Canhas e Madalena do Mar	1163000	14,11
S. <sup>to</sup> António	1120000	13,59
S. Pedro e S. Martinho	970000	11,77
Monte	750000	9,10
P. <sup>ta</sup> do Pargo	502000	6,09
Fajã da Ovelha	500000	6,07
N. <sup>a</sup> Sr. <sup>a</sup> do Calhau e S. Gonçalo	476000	5,78
Estreito da Calheta	263000	3,19
Calheta	195500	2,37
Prazeres	140000	1,70
<b>Total</b>	<b>8239500</b>	<b>100</b>

Fonte: ANTT, PJRFF, *Dízimos (1775-1833)*, lv.º 743.

**Quadro n.º 16 – Valores Anuais dos Contratos de Arrematação dos Dízimos Grandes e das Verduras (triénio de 1807-1809) – Freguesias da Capitania do Funchal**

Freguesias	Valor Anual livre para a Fazenda Real – Réis (1807-1809)	%
C. <sup>a</sup> de Lobos e Estreito de C. <sup>a</sup> de Lobos	7800000	28,95
S. <sup>to</sup> António	4000000	14,85
P. <sup>ta</sup> do Sol, Canhas e Madalena do Mar	3263000	12,11
S. Martinho	2000000	7,42
Fajã da Ovelha	1719000	6,38
Estreito da Calheta	1540000	5,72
Calheta	1500000	5,57
P. <sup>ta</sup> do Pargo	1301000	4,83
S. Pedro	921000	3,42
S. Gonçalo	801000	2,97
Arco da Calheta	801000	2,97
Prazeres	705000	2,62
Monte	530000	1,97
Sé	60500	0,22
<b>Total</b>	<b>26941500</b>	<b>100</b>

Fonte: ANTT, PJRFF, *Dízimos (1775-1833)*, lv.º 744.

**Quadro n.º 17 – Valores Anuais dos Contratos de Arrematação dos Dízimos Grandes e das Verduras (triénio de 1810-1812) – Freguesias da Capitania do Funchal**

Freguesias	Valor Anual livre para a Fazenda Real – Réis (1810-1812)	%
C. <sup>a</sup> de Lobos e Estreito de C. <sup>a</sup> de Lobos	13010000	34,26
P. <sup>ta</sup> do Sol, Canhas e Madalena do Mar	4550000	11,98
S. <sup>to</sup> António	4100000	10,80
S. Martinho	2700000	7,11
Estreito da Calheta	2610000	6,87
Calheta	2000000	5,27
Fajã da Ovelha	2000000	5,27
P. <sup>ta</sup> do Pargo	1365000	3,60
Prazeres	1200000	3,16

S. Gonçalo	1012000	2,67
S. Pedro	922000	2,43
Arco da Calheta	900000	2,37
Monte	700000	1,84
S. Roque	650000	1,71
N.ª Sr.ª do Calhau	250000	0,66
<b>Total</b>	<b>37969000</b>	<b>100</b>

Fonte: ANTT, PJRFF, *Dízimos (1775-1833)*, lv.º 744.

**Quadro n.º 18 – Valores Anuais dos Contratos de Arrematação dos Dízimos Grandes e das Verduras (triénio de 1810-1812) e Produção de Vinho e Cereais (1817) – Distritos Militares e Freguesias Correspondentes da Capitania do Funchal**

Distritos Militares e Freguesias	Dízimos – Valor Anual livre para a Fazenda Real – Réis (1810-1812)	Vinho – p. (1807)	Cereais – m. (1817)
Distrito do Funchal – nove Freguesias (S.º António, S. Martinho, S. Roque, Monte, S.ª Luzia, S. Gonçalo, S. Pedro, Sé e N.ª Sr.ª do Calhau)	10334000	2846	146 (trigo, cevada e centeio)
Distrito de C.ª de Lobos – duas Freguesias (C.ª de Lobos e Estreito de C.ª de Lobos)	13010000	1642	92 (trigo e centeio)
Distrito da Calheta – sete Freguesias (P.ª do Pargo, Fajã da Ovelha, Paul do Mar, Prazeres, Estreito da Calheta, Calheta, Arco da Calheta)	10075000	1060	1245 (trigo)
Distritos da P.ª do Sol e Madalena do Mar – Três freguesias (P.ª do Sol, Madalena do Mar, Canhas)	4550000	520	527 (trigo)

Fontes: ALMEIDA, 1817, «Descrição da Ilha da Madeira [...]», in CARITA, 1982, *Paulo Dias de Almeida [...] e a sua Descrição da Ilha da Madeira [...]*, pp. 79-82; ANTT, PJRFF, *Dízimos (1775-1833)*, lv.º 744.

Observações: distritos, «cada um com o seu capitão-mór»; S.ª Luzia e Sé não estão contabilizadas no valor anual dos dízimos grandes e das verduras.

Deve notar-se, primeiro, que a preponderância de freguesias como C.ª de Lobos e Estreito de C.ª de Lobos (em conjunto) e P.ª do Sol, Canhas e Madalena do Mar (igualmente em conjunto), e de S.º António (sozinha), é reforçada – e constitui uma característica estrutural ao longo do período analisado. Num lugar mais baixo da escala, deve destacar-se mormente S. Martinho, que confronta com S.º António e C.ª de Lobos. Depois, as restantes freguesias do Funchal e as da Calheta vão, consoante o triénio, vindo variar a sua posição nas graduações que estabelecemos.

Cotejando os preços anuais dos dízimos grandes e das verduras para 1810-1812 e a produção de vinho e de cereais de 1817, de acordo com o Tenente Coronel Paulo Dias de Almeida, podemos dizer que não há uma correspondência estreita. Com efeito, o conjunto das freguesias de C.ª de Lobos e Estreito de C.ª de Lobos monta a um valor anual de sensivelmente treze contos de réis, menor que a cifra da totalidade das restantes freguesias que, no período temporal estudado, compunham o concelho do Funchal (pouco mais de 10 contos de réis); e, no entanto, o vinho e os cereais (trigo, cevada e centeio) deste último grupo de freguesias é superior ao que Paulo Dias de Almeida constatou haver em C.ª de Lobos e Estreito (vinho, trigo e centeio; não é contabilizada cevada). Diga-se que o valor anual dos dízimos destas freguesias é inusitado – como veremos posteriormente – e que a distância temporal, de um lustro, sendo diminuta, pode ter sido relevante na oscilação da produção.

Vem a talhe de foice comparar os dízimos grandes arrecadados em espécie em 1813, em diversas freguesias (S. Gonçalo, N.ª Sr.ª do Calhau, Fajã da Ovelha e Prazeres, Estreito da Calheta, P.ª do Sol, Canhas e Madalena do Mar, C.ª de Lobos e Estreito de C.ª de Lobos, S. Martinho, S. Roque, Monte e Arco da Calheta), no âmbito das administrações por parte da JRFF (confira-se o quadro n.º 24) com os preços anuais das arrematações. A preeminência de C.ª de Lobos e Estreito de C.ª de Lobos é novamente visível, pois que em 1813 ali se colectou a maior quantidade, no conjunto das freguesias, de vinho – 163 p., 17 alm. e seis can. de vinho; seguidamente, vem S. Martinho (40 p., 27 alm. e 12 can.) e S. Roque (37 p., 28 alm. e 10 ¼ can. de vinho bom e 1 p. e cinco alm. de vinho de escolha). As freguesias onde porções mais avultadas de cereais – trigo, cevada e centeio – foram arrecadadas são as dos concelhos do sudoeste (Calheta e P.ª do Sol); por ordem decrescente: Fajã da Ovelha

e Prazeres, P.<sup>ta</sup> do Sol, Canhas e Madalena do Mar, Arco da Calheta e Estreito da Calheta. Pelo que fica exposto, pode dizer-se que as freguesias do sudoeste afirmar-se-ão em maior medida pela sua produção de cereais; e as de C.<sup>a</sup> de Lobos e Estreito de C.<sup>a</sup> de Lobos, S. Martinho e S. Roque (e, ajunte-se, S.<sup>to</sup> António), pelo vinho – mercadoria direccionada para o comércio exterior. Tudo isto espelha-se, ainda que de forma não restrita ou imediata, nos preços anuais dos dízimos.

Voltemos um pouco atrás no tempo, e, dada a quantidade de informação sistematizada, cotejemos os valores anuais dos dízimos grandes de 1792-1794 com as áreas das freguesias e os habitantes de 1797.

Vemo-nos forçados, dada a informação que surge perante os nossos olhos, a repetir alguns dos comentários aos quadros prévios.

S.<sup>to</sup> António – se bem que acompanhado pelo Monte e por S.<sup>ta</sup> Luzia – continua a ocupar um dos lugares cimeiros, assim como os grupos de freguesias: P.<sup>ta</sup> do Sol, Canhas e Madalena do Mar; e C.<sup>a</sup> de Lobos e Estreito de C.<sup>a</sup> de Lobos. S. Roque e S. Martinho vêm em lugar inferior, apresentando um preço menor que o conto de réis, no que concerne ao valor anual – 800\$000 e 615\$000, respectivamente. No confronto dos preços dos dízimos com os números da população, freguesias urbanas e suburbanas como N.<sup>a</sup> Sr.<sup>a</sup> do Calhau, aqui em conjunto com S. Gonçalo, e S. Pedro, possuem percentagens de habitantes – 10,28% e 12,31% – que não têm relação com a produção agrícola – o que, com efeito, não é de admirar. Novamente merecedores de menção, à semelhança do que ocorreu para a renda grande de 1775-1776, são espaços relativamente extensos – Fajã da Ovelha, P.<sup>ta</sup> do Pargo e Calheta –, cuja dimen-

**Quadro n.º 19 – Área, Valores Anuais dos Contratos de Arrematação dos Dízimos Grandes (triénio de 1792-1794) e Habitantes (1797) – Freguesias da Capitania do Funchal**

Freguesias	Área – Km <sup>2</sup>	%	Valor Anual livre para a Fazenda Real – Réis (1792-1794)	%	Habitantes – 1797	%
S. <sup>to</sup> António, Monte e S. <sup>ta</sup> Luzia	43,46	17,92	1782000	21,73	5880	15,40
P. <sup>ta</sup> do Sol, Canhas e Madalena do Mar	46,19	19,05	1211000	14,77	6401	16,77
C. <sup>a</sup> de Lobos e Estreito de C. <sup>a</sup> de Lobos	27,11	11,18	1200000	14,63	5367	14,06
S. Roque	7,5	3,09	800000	9,76	1086	2,84
S. Martinho	7,97	3,29	615000	7,50	1500	3,93
Fajã da Ovelha	23,56	9,72	591000	7,21	2385	6,25
P. <sup>ta</sup> do Pargo	24,71	10,19	551000	6,72	1556	4,08
N. <sup>a</sup> Sr. <sup>a</sup> do Calhau e S. Gonçalo	11,92	4,92	501000	6,11	3926	10,28
S. Pedro	1,49	0,61	400000	4,88	4699	12,31
Calheta	23,47	9,68	302000	3,68	2714	7,11
Prazeres	10,77	4,44	145000	1,77	627	1,64
Estreito da Calheta	14,32	5,91	102000	1,24	2037	5,34
<b>Total</b>	<b>242,47</b>	<b>100</b>	<b>8200000</b>	<b>100</b>	<b>38178</b>	<b>100</b>

Fontes: DIRECÇÃO REGIONAL DE ESTATÍSTICA DA MADEIRA, 2011, «Área e população residente por freguesia, 2011, «Área e população residente por freguesia, 2011»; ANTT, PJRFF, *Dízimos (1775-1833)*, lv.º 743 e *Tesouraria (1776-1827)*, lv.ºs 1291 a 1295; AHU, *Madeira e Porto Santo*, doc. 994.

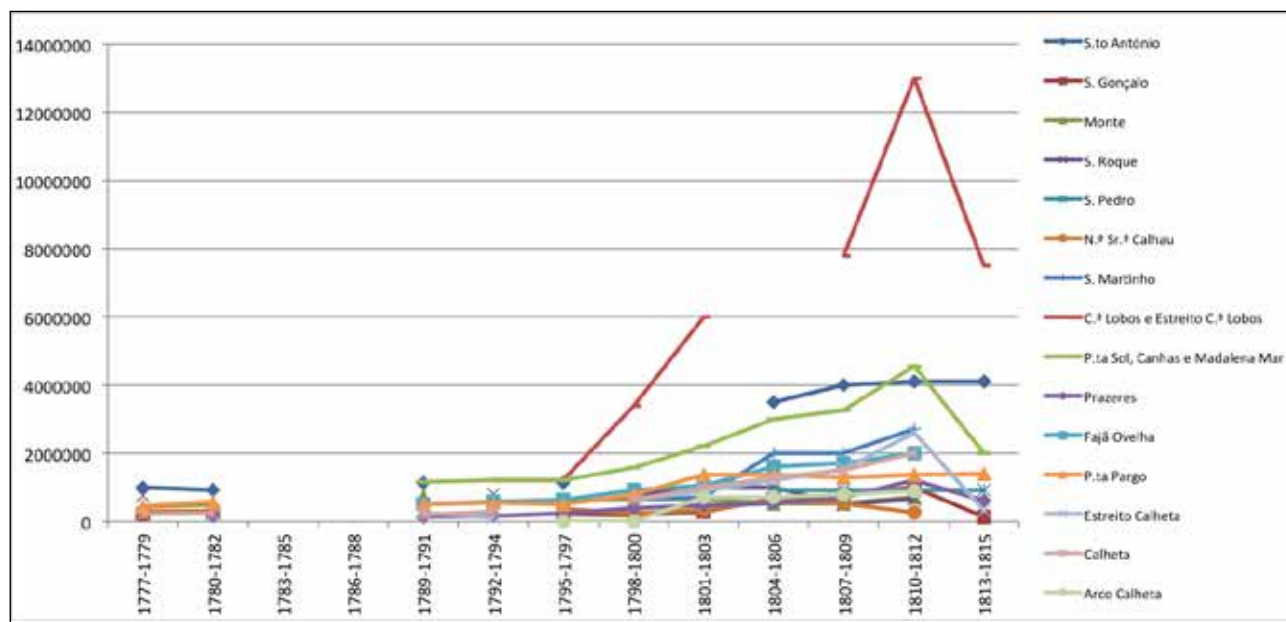
são não corresponde aos valores anuais dos dízimos grandes.

Após uma abordagem estática, partamos para uma abordagem cronológica ou de molde a surpreender evoluções e oscilações nos valores anuais

dos dízimos sobre a produção agro-pecuária.

Atente-se nos gráficos evolutivos dos valores anuais dos contratos de arrendamento dos dízimos grandes e das miunças ou verduras, de 1777-1779 até 1813-1815.

**Gráfico n.º 1 – Valores Anuais, em Réis, dos Contratos de Arrematação dos Dízimos Grandes e das Miunças/Verduras (triénios de 1777-1779 até 1813-1815) – Freguesias da Capitania do Funchal<sup>86</sup>**

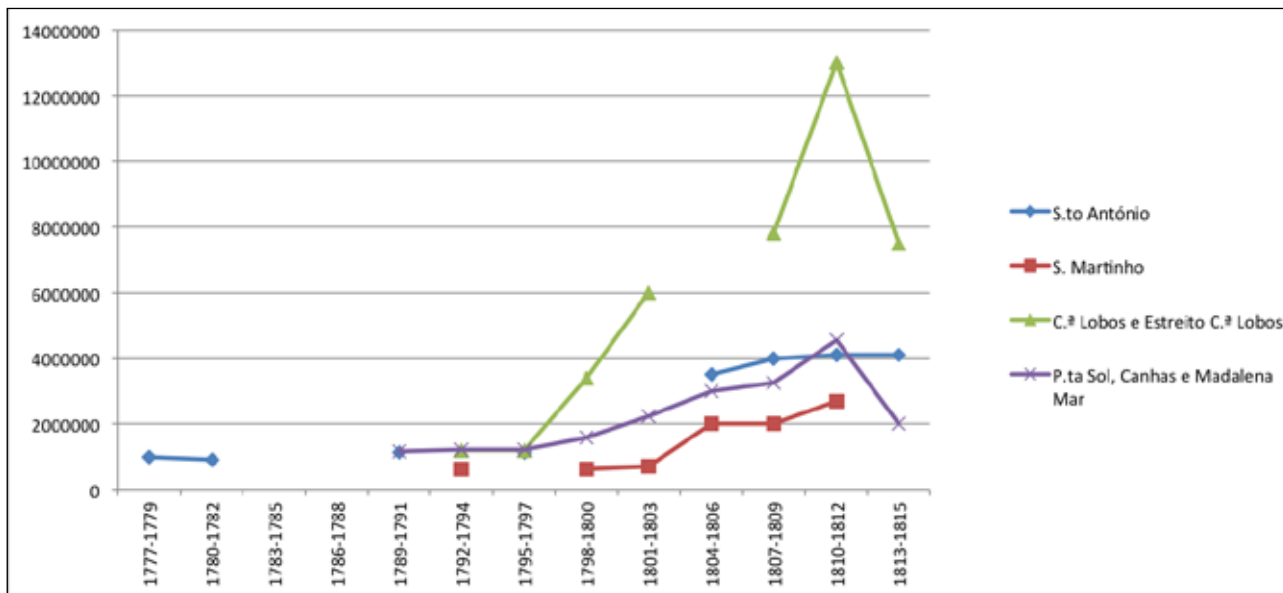


Fontes: ANTT, PJRFF, *Dízimos (1775-1833)*, lv.<sup>os</sup> 743 e 744.

86 Veja-se, nos anexos, o «Quadro n.º 23 – Valores Anuais, em Réis, dos Contratos de Arrematação dos Dízimos Grandes e das Miunças/Verduras (triénios de 1777-1779 até 1813-1815) – Freguesias da Capitania do Funchal», e as correspondentes Observações.

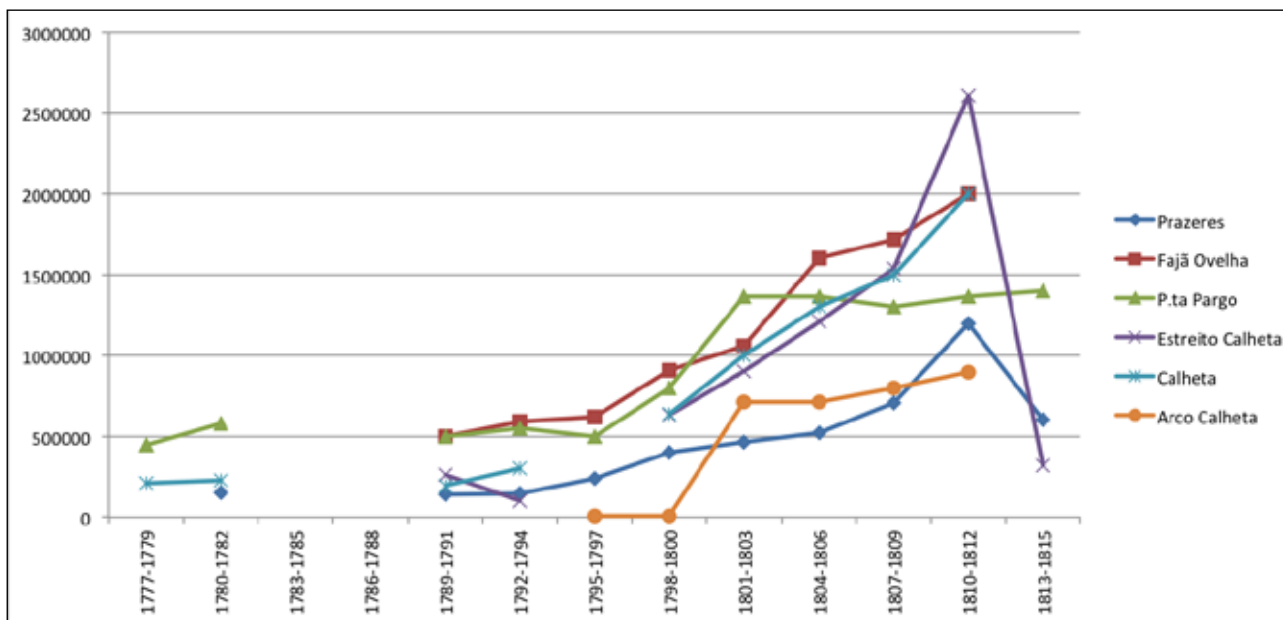


**Gráfico n.º 2 – Valores Anuais, em Réis, dos Contratos de Arrematação dos Dízimos Grandes e das Miunças/Verduras (triénios de 1777-1779 até 1813-1815) – Algumas Freguesias do Concelho do Funchal (S.<sup>to</sup> António, S. Martinho, C.<sup>a</sup> de Lobos, Estreito de C.<sup>a</sup> de Lobos) e Freguesias do Concelho da P.<sup>ta</sup> do Sol<sup>87</sup>**



Fontes: ANTT, PJRFF, *Dízimos (1775-1833)*, lv.ºs 743 e 744.

**Gráfico n.º 3 – Valores Anuais, em Réis, dos Contratos de Arrematação dos Dízimos Grandes e das Miunças/Verduras (triénios de 1777-1779 até 1813-1815) – Freguesias do Concelho da Calheta<sup>88</sup>**

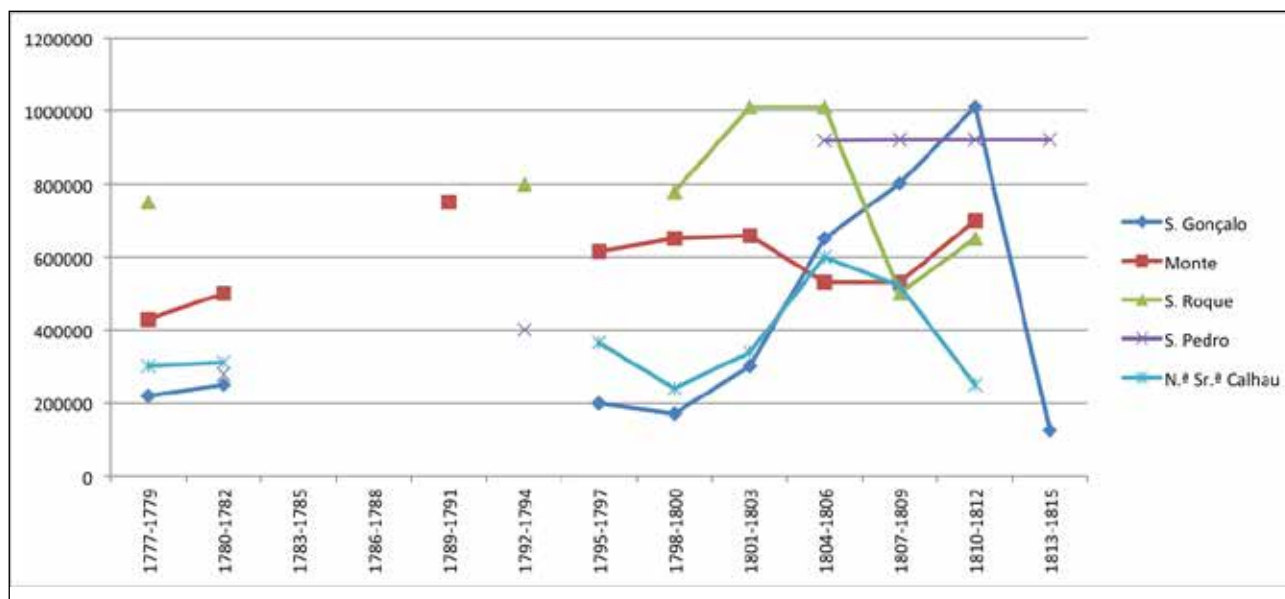


Fontes: ANTT, PJRFF, *Dízimos (1775-1833)*, lv.ºs 743 e 744.

87 Veja-se, nos anexos, o «Quadro n.º 23 – Valores Anuais, em Réis, dos Contratos de Arrematação dos Dízimos Grandes e das Miunças/Verduras (triénios de 1777-1779 até 1813-1815) – Freguesias da Capitania do Funchal», e as correspondentes Observações.

88 Veja-se, nos anexos, o «Quadro n.º 23 – Valores Anuais, em Réis, dos Contratos de Arrematação dos Dízimos Grandes e das Miunças/Verduras (triénios de 1777-1779 até 1813-1815) – Freguesias da Capitania do Funchal», e as correspondentes Observações.

**Gráfico n.º 4 – Valores Anuais, em Réis, dos Contratos de Arrematação dos Dízimos Grandes e das Miunças/Verduras (triénios de 1777-1779 até 1813-1815) – Algumas Freguesias do Concelho do Funchal<sup>89</sup>**



Fontes: ANTT, PIRFF, *Dízimos (1775-1833)*, lv.ºs 743 e 744.

Como se pôde verificar, desdobrámos a informação do gráfico n.º 1 para os três subsequentes, para uma melhor percepção dos valores e dos movimentos ascendentes ou depressionários. Relembre-se que as arrematações são, em regra, feitas por triénios, com as exceções assinaladas no quadro n.º 23, em anexo. Considerámos os contratos referentes aos dízimos grandes e das miunças ou verduras apenas por ser a tipologia de renda mais constante nas contas correntes.

No cômputo geral, devemos apontar que, desde 1777-1779 até 1795-1797 – descontando os triénios de 1783-1785 e 1786-1788, cujos valores não são representados porque, assim o veremos, os dízimos da Madeira foram arrendados em conjunto –, há uma tendência estacionária do movimento ou uma quase ausência de evolução. A partir de 1795-1797, as linhas do movimento descolam e apresentam uma subida, ininterrupta no conjunto das rendas de valor mais avultado – S.<sup>to</sup> António, S. Martinho, C.<sup>a</sup> de Lobos e Estreito de C.<sup>a</sup> de Lobos e P.<sup>ta</sup> do Sol, Canhas e Madalena do Mar –, até o triénio de 1810-1812. Já o triénio seguinte, 1813-1815, apresenta uma clara quebra desta tendência. Note-se que a curva correspondente a S.<sup>to</sup> António fica, de 1807-1809 até 1813-

1815, com acréscimos de pouca monta, relativamente estacionária. Estes movimentos gerais de subida assemelham-se, no global, aos apresentados nas freguesias do município da Calheta.

Quanto às rendas de menor preço anual – S. Gonçalo, Monte, S. Roque, S. Pedro e N.ª Sr.ª do Calhau –, exceptuando a primeira freguesia, não podemos vislumbrar as oscilações ou tendências que previamente constatámos – não podemos, na verdade, constatar qualquer tendência semelhante entre estes vários espaços. Caso curioso não deixa de ser o da freguesia de S. Pedro, cujos valores anuais, de 1804-1806 até 1813-1815, são praticamente iguais, e ainda o de S. Roque, cujo movimento do montante dos dízimos sobe em 1801-1803, para descer em 1807-1809, voltando a subir no triénio seguinte.

Em todo o caso, note-se que vicissitudes bélicas ou políticas e de índole climática e geomorfológica, como as ocupações da Madeira por tropas britânicas em 1801-1802 e 1807-1814, e ainda a mais famigerada aluvião que ocorreu na Madeira, de 09-X-1803, não parecem ter tido consequências nos preços anuais por que foram arrematados os dízimos da produção agrícola (e pecuária) no espaço da capitania do Funchal.

<sup>89</sup> Veja-se, nos anexos, o «Quadro n.º 23 – Valores Anuais, em Réis, dos Contratos de Arrematação dos Dízimos Grandes e das Miunças/Verduras (triénios de 1777-1779 até 1813-1815) – Freguesias da Capitania do Funchal», e as correspondentes Observações.

Observemos, agora, seguindo mormente uma ordem decrescente de valor, os dez contratos de arrematação com os preços anuais mais elevados, fazendo referência aos indivíduos que intervieram, acaso contribuindo para o deslindar de estratégias e opções empresariais ou de negócios.

A 14-XII-1782, Francisco de Abreu, José Rodrigues Pereira, Manuel de Santa Ana, Domingos de Oliveira Álvares, Pedro João de Vasconcelos e José Francisco de Vasconcelos arremataram, para o triénio de 1783-1785, várias rendas no espaço da Ilha da Madeira (abarcando, pois, as duas capitánias do Funchal e de Machico): díizimos grandes e verduras; redízimas dos anteriores; díizimos do pescado; imposição da carne; «e rendimentos dos Moinhos, e Aferidas d'Agoa», estes somente da capitania de Machico. Francisco de Abreu parece ter assumido, neste grupo de associados – e não só pelo facto de ter ser nomeado em primeiro lugar –, uma posição de dianteira; na conta corrente correspondente à arrematação, diz-se «Francisco de Abreu, e mais Socios». O preço total anual deste conjunto de impostos cifrou-se em 25000\$000. É da maior relevância reconhecer que, deste valor global, os díizimos grandes e das verduras das duas capitánias preencheram a quantia de 15727\$827 (quer dizer, 63% do total), sendo por conseguinte o preço anual mais elevado, relativo a díizimos, que surgiu nas contas correntes analisadas (não nos esqueçamos, porém, que tal montante reporta-se a toda a ilha da Madeira)<sup>90</sup>.

As cláusulas, condições e obrigações específicas do contrato prescrevem o que se segue. Os arrematantes receberiam «por si, e seus Propostos, em especie os Dizimos, e fructos provenientes destas Rendas, que os Lavradores lhes devem satisfazer», estando-lhes vedada a acção de «compôr com as Partes a dinheiro por ajuste, ou Contracto permanente, e só por justa reducção delles»; era-lhes ainda permitido nomear feitores e exactores – os «que lhes parecer para melhor administração de seu Contracto, sendo por elles pagos e por suas nomeações se lhes passarão Provisões pela Junta, quando sejaõ dignos de approvação»; de igual modo, poderiam «trespassar, ou arrematar quaesquer ramos deste Contracto, ficando a approvação dos mesmos sublocados, e seus Fiadores, pertencendo a elles Contractadores, aos quaes ficaõ responsaveis» – circunstância que levará, com toda a probabilidade, à existência de uma vasta e enreda-

da teia de sub-arrematações, as quais, previamente notámos, não podemos no presente perscrutar. Os rendeiros nomeados não apresentaram fiadores; na verdade, mediante a conta corrente do contrato, «se obriga cada hum per si, e hum por todos a satisfação deste Contracto»; e as condições assim o prevêem também: «Que por esta Arrematação ficão elles Contractadores, naõ só obrigados ao pagamento, e obrigações deste Contracto, mas cada hum dos Socios, ainda que occultos sejaõ, e Fiadores collegialmente, e in solidum, ou sejaõ presentes, ou futuros, posto que o naõ assignem; porque a qualidade de interessados os constituirá sempre Fiadores Legaes». Repita-se que o pagamento do preço anual do contrato, «e o mais a elle adherente a dinheiro» (ordinárias e cõgruas, propinas, etc.), seria realizado na Tesouraria Geral da JRFF, à semelhança do que inicialmente referimos e segundo o articulado do alvará de 07-IV-1775, «em dous semestres no anno futuro», de modo que «o pagamento do Anno de 1783 ha de ser feito o primeiro semestre no 1.º de Julho de 1784, e o segundo no ultimo de Dezembro do ditto anno, seguindo-se assim nos mais annos successivamente»; acrescenta-se que os rendeiros poderiam «com este espaço», «vender seus fructos sem vexação». Em cada ano, as obrigações dos sócios contemplavam o fornecimento, «às Pessoas, que levarem suas addições nas Folhas, ou se legitimarem com Despacho da Junta» de: no que toca a vinho, 491 p., 17 alm. e quatro can. – inserindo-se neste conjunto «huma pipa e meia de Vinho cozido em Janeiro de 23 almudes por pipa»; no que diz respeito a cereais, 357 m. e 53 alq. de trigo e dois m. e meio de cevada; e 12 cabritos e 12 frangos. Os «frutos» das cõgruas a serem providas deveriam ser «do bom, e melhor», e «pagos nos tempos» – e nos locais – mais apropriados; o trigo no mês de Setembro, «tempo da Colheita»; o vinho, malvasia, em mosto, «sem mistura de Vinho de Quintaes, Portadas, Inhames, e tudo o que se chama escolha, sendo a pipa de 30 almudes», aquando «o tempo da novidade, na qual chamarão elles Contractadores por pessoa de fé outo dias antes ao Prioste, ou Addicionario, que o não tenha, para o primeiro dia da Vindima vir ao sitio da Colheita no Armazem Geral do Contracto para receptaculo dos fructos, que deve ser proximo ao mar, examinar, e approvar os mesmos fructos, e recebello». Após feito o arrendamento – e, dizemos nós, assumido o risco do investimento –, os contratadores estavam impossibilitados de «alleger esterilidades, e menos requerer relegos; porque

90 ANTT, PJRFF, *Dízimos (1775-1833)*, lv.º 743, pp. 80, 86 e 117.

com seus socios renuncião todos os cazos fortuitos, ordinarios, ou extraordinarios, solitos, ou insolitos, cogitados, ou não cogitados, e em todos, e cada hum delles ficarão sempre obrigados, sem delles se podem valer, ou allegar em tempo algum, e para algum effeito, qualquer que elle seja». Além do que fica exposto, ajunte-se que, segundo a conta corrente, o contrato em questão foi cumprido, todavia extemporaneamente<sup>91</sup>.

Igualmente cumprido – e, de forma semelhante, fora do tempo estritamente estipulado – foi o segundo e último contrato de arrematação que compreendeu os dízimos grandes e das verduras da Ilha da Madeira, desta feita abarcando as quatro freguesias da «Inconfidência» – que são, rememore-se, o Campanário, a Rib.<sup>a</sup> Brava, a Tabua e a Serra de Água – e os dízimos do pescado da P.<sup>ta</sup> do Sol. A arrematação, para o triénio de 1786-1788, foi feita a 28-I-1786, por Francisco de Esmeraldo Bettencourt Henriques. O preço anual da globalidade destas rendas cifrou-se em 20 contos de réis. Na conta corrente deste contrato lê-se que o preço dos «Dízimos e Verduras desta Ilha» montou a 15629\$000 (ou seja, 78% do global); todavia, a mesma fonte alega que esta quantia reporta-se a rendas de dízimos e verduras da Madeira, «á excepção de varias que já se achão remattadas», afirmação que não podemos corroborar, e que devemos considerar falsa, em virtude de não termos observado qualquer outra arrematação – já no espaço da capitania do Funchal, já na capitania de Machico<sup>92</sup> – atinente ao triénio de 1786-1788. Não se conhece fiador para esta arrematação, sendo provável que o próprio Francisco de Esmeraldo Bettencourt se tenha obrigado ao seu cumprimento. Ainda a propósito deste contrato, salientemos somente alguns dos factos e das condições que divergem dos do contrato anterior. Sabemos, primeiramente, que o rendeiro havia feito entrega, no acto da arrematação, de oito contos de réis; por outro lado, as ordinárias que deveria pagar, anualmente, a adicónarios de folhas, são como seguem: 495 p., 17 alm. e quatro can., inse- rindo-se aqui uma pipa e meia de vinho cozido, em Janeiro, de 26 alm. a pipa; 361 m. e 53 alq. de trigo e dois m. e meio de cevada; 12 cabritos e 12 frangos; finalmente, os «frutos» das cõngruas deveriam ser, como no triénio anterior, «do bom e melhor», sen-

do que se contemplava agora, no vinho de qualidade superior, não só o malvasia mas também a «Tinta»<sup>93</sup>.

O contrato seguinte situa-se, como os anteriores, acima do limiar dos dez contos de réis anuais, não obstante ser muito mais circunscrito geograficamente – o que constitui facto digno de nota. José Joaquim Perestrelo, com effeito, arrematou por

93 ANTT, PJRFF, *Registo das Condições de Contratos – Junta da Real Fazenda do Funchal*, lv.º 444, pp. 67 a 73, *Dízimos (1775-1833)*, lv.º 743, pp. 84 e 118.

Diga-se que houve outras tentativas – que não alcançaram sucesso – para arrematar a totalidade dos dízimos da Ilha da Madeira. A primeira, conhecemo-la através de uma provisão do Erário Régio, na qual se diz que António Cipriano da Conceição, da cidade do Funchal, «representou a Sua Magestade pelo Real Erário, que oferecendo dois contos de reis sobre os dezoito contos do preço actual do Contracto dos Dízimos dessa Ilha para lhe serem arrematados no futuro triennio [de 1789-1791], obrigando-se a prestar fianças idoneas, e promptos pagamentos, sendo hum delles de sinco contos de reis no Real Erário: Foi a Mesma Senhora Servida rematar a sobreditta Renda dos Dizimos que se comprehendem no ditto Contracto, não baixando dos vinte contos de reis que o Suplicante oferece com as condicçoens do estillo, e seguranças necessarias»; a monarca ordenou ainda que a JRFF desse «conta pela Meza do Real Erário do que observar a este respeito, e declarando qual foi o motivo por que havendo o Suplicante lançado vinte contos de reis se preferio outro Rendeiro arrematando-se-lhe a sobreditta renda por dezoito contos de reis»; no entanto, a verdade é que, apesar de António Cipriano da Conceição ter apresentado o maior lanço, de 20150\$000, o «dito Lançador apresentou fiadores que não quizerão ficar responçaveis como consta da declaração dos mesmos, e por elles assignadas»; e assim «fica de nenhum effeito esta Provisão para o seu impetrante, e disto mesmo se dará conta a Sua Magestade» (ANTT, PJRFF, *Erário Régio – Ordens (1775-1844)*, lv.º 771, pp. 21-22).

Depois, outra provisão do Erário Régio, de 20-VII-1791, refere o intento de Allen e Comp.<sup>a</sup>, ao solicitar à JRFF para que, perante o Requerimento incluzo de Allen, e Companhia ngociantes[*sic*] dessa Praça que pertendem Arrematar todos os Dizimos grossos e miudos para os annos de mil e setecentos noventa e dous, a mil setecentos noventa e quatro [...] informe com o seu parecer declarando se cã[*sic*] devedores a Real Fazenda [...] E se convem mais a Real Fazenda arrematarem-se os Dizimos em massa geral por menor preço e hum so Contratador abonado, e pontual nos pagamentos, ou divididos em freguezias como em alguns annos a Junta tem praticado ainda no cazo de exceder o preco nesta arrematação, e que prejuizos se tem experimentado em cada anno, quando asim se tem arrematado» (ANTT, PJRFF, *Erário Régio – Ordens (1775-1844)*, lv.º 771, pp. 152-153). Na sequência deste assunto, a provisão do Erário Régio, datada de 21-III-1792, informa a JRFF, «Sobre o Requerimento de Allem, e Companhia Negociantes na ditta Ilha em que pertendião ser rematantes geraes do Rendimento dos Dizimos grandes, e Verduras della», para 1792-1794, «e sendo igualmente visto tudo o que se ponderou ao ditto respeito: Rezolveo Sua Magestade que se decllare á Junta que o Contracto daquelles dezimos não deve ser arrematado aos Sobreditos Allem e Companhia por serem Devedores a Fazenda Real, e que, ou se administrem, ou se arrematem por Freguezias em Ramos Semente pello que respeito ao prezente anno» (ANTT, PJRFF, *Erário Régio – Ordens (1775-1844)*, lv.º 771, p. 183). Esta decisão está em conformidade com o decreto de 03-VIII-1790, que proíbe que «os Contractadôres, e Rendeiros, que arrematão Rendas da Minha Real Fazenda, e Ordens, entrem em novos contratos e arrendamentos dellas, sem terem pago, na forma das Condições, os quartéis, que deverem dos antecedentes Contractos, e Arrendamentos; procedendo do referido accumularem dividas sobre dividas, que com o tempo se fazem incobraceis» (ANTT, PJRFF, *Erário Régio – Ordens (1775-1844)*, lv.º 771, p. 118).

91 ANTT, PJRFF, *Registo das Condições de Contratos – Junta da Real Fazenda do Funchal*, lv.º 444, pp. 55 a 61, *Dízimos (1775-1833)*, lv.º 743, pp. 80, 86 e 117.

92 ANTT, PJRFF, *Dízimos (1775-1830)*, lv.ºs 745 a 747.



13010\$000 os dízimos grandes e das verduras das duas freguesias de C.<sup>a</sup> de Lobos e Estreito de C.<sup>a</sup> de Lobos, para o triénio de 1810-1812; acompanhou-o com o encargo de fiador Joaquim Manuel de França; as obrigações do arrematante foram cumpridas fora do tempo normatizado e, neste sentido, por despacho da JRFF de 30-I-1813, foi-lhe concedido «pagar o seu alcance em seis anos sucessivos», devendo a primeira entrega ser feita a 28-XI-1813; a verdade é que ainda em 1821 e 1824 (neste ano, por intermédio de letras, «pagaveis no prazo de 14 annos») eram feitos pagamentos<sup>94</sup>.

Abaixo do patamar dos dez contos de réis e acima dos cinco contos de réis – ou, se quisermos, entre os 7800\$000 e os 6000\$000 – inserem-se os três próximos arrendamentos, referentes de novo a dízimos grandes e das verduras das freguesias de C.<sup>a</sup> de Lobos e Estreito de C.<sup>a</sup> de Lobos.

Para os anos de 1807-1809, António Lúcio da Costa contratualiza esta renda, sendo seus fiadores João Rodrigues Moderno e João dos Santos Silva, além, e passemos a citar, «da Hypoteca de 9:000\$000 r.<sup>s</sup> das Obrigações da Caza de Gordon Duff e C.<sup>a</sup> que apresentou o Rematante indocadas por Francisco Alexandre da Silva a favor da Real Fazenda»; consideramos que, na prática, conquanto de forma indirecta, a firma Gordon Duff & Comp.<sup>a</sup> igualmente assume a condição de fiadora; o contrato foi cumprido e o último saldamento de contas foi feito no início de 1813<sup>95</sup>. Já no fim do período examinado, José Rodrigues de Gouveia contratou, para 1814-1815, pela quantia de 7500\$000 anuais, os mesmos dízimos; cumpriu fora de tempo – efectuando o derradeiro pagamento no princípio de 1819 – o contrato<sup>96</sup>. Em relação ao primeiro triénio do século XIX, o rendeiro foi António Francisco de Barros Henriques, no âmbito de um contrato cujo incumprimento ocasionou execução de bens<sup>97</sup>. (Voltaremos a este caso.)

Situando-se abaixo dos cinco contos de réis e acima dos quatro – quer dizer, dentro dos valores de 4550\$000 e 4000\$000 –, estão os quatro restantes contratos, atinentes a dízimos grandes e das verduras – como não podia deixar de ser – do conjunto das freguesias de P.<sup>ta</sup> do Sol, Canhas e Madalena do Mar e, depois, de S.<sup>to</sup> António. Para 1810 a 1812, Manuel

Joaquim Carvalho e – como viemos a constatar, apesar de não ser nomeado à partida – o seu sócio Francisco João de Caires arremataram as rendas do espaço municipal da P.<sup>ta</sup> do Sol, afiançados por João de Freitas da Silva, de C.<sup>a</sup> de Lobos; não sendo possível a entrega do numerário tocante a saldos devedores, ao fiador foram-lhe penhoradas quatro fazendas e a Manuel Carvalho algumas benfeitorias; além disto, aduz a fonte manuscrita que, mediante despacho da JRFF de 28-I-1813, «se concedeo a este Rematante o pagar o seu alcance em seis annos sendo o 1.<sup>o</sup> pagamento em 26 de Janeiro de 1814»; o derradeiro pagamento foi realizado em 1825, nestes termos: «resto da parte por que se obrigou seu Socio Francisco João de Cayros incluído em 2:572\$778 r.<sup>s</sup> valor de 30 Letras de Convenção que saccou pagaveis a simestres no prazo de 15 annos»<sup>98</sup>.

No seguimento da arrematação da produção agro-pecuária de S.<sup>to</sup> António em dois triénios consecutivos – 1807-1809 e 1810-1812 – surpreendemos a existência de dois perdões régios – que são, na verdade, um somente – relativos à inobservância das entregas de numerário estipuladas nos contratos. João da Silva e Abreu foi o arrematante; para 1807-1809 o preço anual foi de 4000\$000 e o fiador o padre Francisco Pinto da Silva (atentaremos, novamente, a este facto); para os três anos subsequentes, houve um acréscimo de 100\$000 e a fiança foi providenciada por António José da Costa. O perdão, curiosamente, não foi concedido ao rendeiro, antes a um seu «obrigado»; na conta corrente do primeiro contrato lê-se: «Pela Carta Regia de 12 de Abril de 1821 [...] Foi El Rey o Senhor Dom João Sexto servido perduar a Ignacio Gonçalvez d'Abreu, obrigado pelo sobredito Remattante, o Saldo desta Conta, incluída na quantia de 19:901\$578 rs. que se achava a dever pelas diverças rematações que havia feito, que tudo lhe foi perduado»; a conta corrente do segundo arrendamento repete, quase *verbatim*, estas palavras<sup>99</sup>.

Finalmente, Manuel de Santa Ana (relembremos este arrematante mais à frente) arrendou a renda grande e das verduras de S.<sup>to</sup> Antonio, tocantes a 1813-1815, por 4100\$000 anuais; foram consumadas as obrigações, se bem que a última soma entregue – de 1050\$623 – tivesse a data de Agosto de 1823, e ficasse incluída «na quantia de 14:937\$146 r.<sup>s</sup> valôr de 38 Letras que hoje só existe das quarenta que saccou

94 ANTT, PJRFF, *Dízimos (1775-1833)*, lv.º 744, pp. 79, 90 e 151.

95 ANTT, PJRFF, *Dízimos (1775-1833)*, lv.º 744, pp. 55.

96 ANTT, PJRFF, *Dízimos (1775-1833)*, lv.º 744, pp. 125 e 152.

97 ANTT, PJRFF, *Dízimos (1775-1833)*, lv.º 744, pp. 8 e 10.

98 ANTT, PJRFF, *Dízimos (1775-1833)*, lv.º 744, pp. 64, 68 e 91.

99 ANTT, PJRFF, *Dízimos (1775-1833)*, lv.º 744, pp. 46, 66, 85 e 93.



em 30 de Novembro de 1822 Manoel de Santa Anna e Vasconcellos e aceitas por Pedro de S.<sup>ta</sup> Anna para d'esta maneira solver sua Divi[d]a Fiscal»<sup>100</sup>.

Indagaremos, neste momento, acerca do perfil económico e social dos rendeiros dos dízimos, nomeando e salientando alguns casos, com base nos seguintes critérios, entre outros: número de contratos realizados; desempenho da tarefa de administração de dízimos; valor anual das rendas; estratégias familiares e relações de parentesco que as fontes deixam entrever; relações entre arrematantes e fiadores; especialização geográfica ou raio de acção; ocupações ou profissões, cargos ou postos (municipais, eclesiásticos e militares)<sup>101</sup>. Poderá ser óbvio, mas merece menção: no universo do arrendamento destas rendas, movem-se, quase exclusivamente, homens. Relembre-se – e assim o frisámos no princípio – que pouco mais poderemos ir além da nomeação dos – e do estabelecimento de relações entre os – arrematantes de dízimos. De modo a estabelecer as redes de negócios e as actividades a que se dedicariam para além da contratualização de dízimos, outra e vária documentação teria de ser compulsada, empreendimento que, no presente, não podemos almejar realizar<sup>102</sup>. Basicamente, nos moldes que temos

vindo a realizar nas páginas anteriores, pretendemos humanizar, por assim dizer, o mundo da arrematação dos dízimos.

Observe-se, primeiramente, que as normas do Erário Régio para o funcionamento da JRFF deixam explícito um perfil ideal do arrematante – e do administrador – das rendas reais. Os adjectivos usados para qualificar os rendeiros exemplares são os de «chaôs, e abonados»<sup>103</sup>. Neste sentido, é acrescentado e salientado que, «para o aumento das Rendas», é essencial os arrematadores serem as «Pessoas mais abonadas, e mais industriasas; porque estas tudo animão» – contrariamente a outros que, «levados da ambição» e sem as posses necessárias, temerariamente tentam «cubrir todos os Lanços» sem tomarem em linha de conta o real rendimento dos contratos<sup>104</sup>. Aliás, exorta-se a JRFF para que tente «atrahir os melhores Negociantes», inclusive «naquelles cazos em que se conheca, que os Lanços tem chegado a hum justo preço ainda que outros lençadores destituídos de fundo offereção algũa couza mais, porque estes vem ordinariamente a cauzar mayores danos na demora dos pagamentos, e no descredito com que fazem a Administração das Rendas que se lhes Contratão»<sup>105</sup>. A própria JRFF, ao informar a Coroa de que «as Rendas dos Dízimos desta Ilha, devidem-se em dois ramos de Contracto, hum de Verduras, e Meunças», acaba por traçar os contornos ocupacionais e económicos – no fundo, sociais –, dos arrematantes. Assim, o ramo das verduras e miunças «pouco importa, e rematão geralmente homens Lavradores»; o ramo dos dízimos grandes é, por contraposição, «mais proprio de Negociantes» ou homens de negócio (compreendendo, muito presumivelmente, as trocas comerciais)<sup>106</sup>.

O arrematante de dízimos que mais surge nos contratos observados foi João Fernandes Ribeiro, referenciado por vezes como sendo da freguesia de S. Pedro. Em documento datado de 1770, descobrimos que era «Mercador e morador nesta Cidade [do Funchal] de idade, que disse ser, de vinte e hum annos,

100 ANTT, PJRFF, *Dízimos (1775-1833)*, lv.º 744, pp. 95.

101 Características outras que poderiam ser exploradas, mas que as contas correntes não transmitem (pelo menos de modo sistemático) são: idade; estado civil; profissões; localidades de proveniência e residência; veja-se, a este respeito, ALVES, 2009, «Os rendeiros de dízimos na transição do Absolutismo para o Liberalismo», pp. 101-122.

102 Nos Açores, segundo Margarida Vaz do Rego, «a maioria esmagadora dos contratadores [de rendas reais eram] homens de negócio»; afirma ainda que «a estratégia destes Homens de negócio era a diversidade das actividades económicas»; a este respeito, a autora questiona: «qual [seria] a importância destes contratos para estes negociantes?» (REGO, 2004, «Contratos e Contratadores Régios. Açores – segunda metade do século XVIII», pp. 44-45). A mesma pergunta poderíamos nós fazer, ainda que sem possibilidade, no momento, de estabelecer resposta competente para o conjunto dos arrematantes dos dízimos da capitania do Funchal, de 1775 a 1815.

A mesma historiadora, ao analisar a casa comercial de Nicolau Maria Raposo de Amaral, evidencia a recusa da especialização e a diversidade de actividades ou empreendimentos em que os homens de negócios, ou «capitalistas», de Antigo Regime participavam: «Utilizando a estratégia comum aos capitalistas do seu tempo, ser tudo o que a conjuntura lhe permitia, [Nicolau Maria Raposo] tornou-se não só negociante de grosso trato, mas também armador com sociedades em vários navios, penetrou no domínio das finanças, investindo em várias operações de crédito, comprou bens de raiz, ora para exploração directa ora para arrendamento. Foi também contratador régio, arrematando os principais rendimentos reais, como o contrato dos dízimos e miunças de toda a ilha de S. Miguel, explorou o monopólio da venda do azeite de baleia em todo o arquipélago e investiu em manufacturas, como a salga de peixe e carne, beneficiadas por privilégios reais.

«Se cada um destes negócios era importante para o enriquecimento desta casa comercial, o principal factor de incremento residia na

complementaridade dos mesmos, permitindo a Nicolau Maria Raposo usufruir de uma posição preponderante entre a elite comercial das Ilhas.» (REGO, 2005, «As Ilhas das Flores e do Corvo na Perspectiva de um Negociante Micaelense de Setecentos», p. 344).

103 ANTT, PJRFF, *Junta da Real Fazenda – Estabelecimento da Junta (1775)*, lv.º 945, fl. 6v.º.

104 ANTT, PJRFF, *Junta da Real Fazenda – Estabelecimento da Junta (1775)*, lv.º 945, fl. 11.

105 ANTT, PJRFF, *Junta da Real Fazenda – Estabelecimento da Junta (1775)*, lv.º 945, fls. 11v.º.

106 ANTT, PJRFF, *Erário Régio – Consultas (1775-1843)*, lv.º 764, fl. 217.

pouco mais ou menos»<sup>107</sup>. Podemos dizer que foi um indivíduo que, no tocante a espaços geográficos, se movimentou em freguesias (quer urbanas, quer rurais) que pertenciam – e pertencem – ao concelho do Funchal. Logo em 1777-1779 arremata os dízimos das miunças da Sé e da sua freguesia de residência. No triénio seguinte, os seus interesses mantêm-se nas miunças da Sé e amplificam-se para um contrato mais ambicioso – e de maior risco, com certeza – como o dos dízimos grandes e das verduras de S. Gonçalo. Passados os dois triénios (1783-1785 e 1786-1788) em que os dízimos da Ilha da Madeira são arrematados por grosso – como vimos –, o percurso de João Fernandes Ribeiro enquanto rendeiro de dízimos grandes e das verduras foi o seguinte, no concernente a freguesias e anos: S. Pedro e de S. Martinho (1789-1791); apenas S. Pedro (1792-1794); as freguesias da Sé e de S. Pedro (agregadas num contrato) e de S.<sup>to</sup> António no triénio seguinte; estas três freguesias em 1798-1800; S. Pedro e S.<sup>to</sup> António (num contrato) em 1801-1803 e o Monte em 1802-1803; quatro contratos em 1804-1806 – S.<sup>to</sup> António (com o valor anual de 3500\$000, o mais elevado no conjunto da actividade de arrematante de João Fernandes Ribeiro), Monte, S. Pedro e S. Roque; e um último contrato de dízimos grandes e das verduras – tanto quanto a documentação compulsada permite perceber – em 1808-1809 relativo à freguesia de S. Roque. Fora o que fica indicado, contratou as verduras da Sé nos dois triénios consecutivos de 1801-1803 e 1804-1806. Do que fica dito, surge a imagem de um rendeiro que, de forma paulatina mas consistente e calculada, toma maiores riscos – quanto ao número de contratos e ao preço dos dízimos. Na verdade, pois, nenhum dos seus contratos ficou por cumprir (no total, oito foram cumpridos e 10 foram-no extemporaneamente), não sendo assim João Fernandes Ribeiro alvo de arresto de propriedades e não ficando na qualidade de devedor à fazenda régia. Acrescente-se dois factos: em metade dos contratos, porção esta que inclui os de maior valor, não há alusão a fiador – o próprio arrematante se obrigava a cumpri-los; finalmente, Fernandes Ribeiro foi fiador de Manuel Rodrigues de Gouveia no contrato de arrematação dos dízimos grandes e das verduras, pre-

cisamente da freguesia de S. Pedro, em 1807-1809<sup>108</sup>.

De seguida, devemos considerar José Francisco de Vasconcelos, ocasionalmente dado como sendo «da cidade» do Funchal, activo enquanto arrematante – sozinho ou de colaboração com vários sócios – de dízimos desde 1775-1776 até o último triénio do século XVIII. Começou por arrendar os dízimos grandes de S. Roque no biénio indicado. Depois, em 1777-1779, arrematou os dízimos grandes e das miunças da mesma freguesia e os dízimos grandes da Fajã da Ovelha (aqui tendo por fiador Manuel de Santa Ana) e, agregadas numa mesma arrematação, das freguesias de C.<sup>a</sup> de Lobos e do Estreito de C.<sup>a</sup> de Lobos; neste último investimento foi acompanhado de quatro sócios (Domingos de Oliveira Álvares, Francisco José de Freitas, Manuel de Santa Ana e Silvestre Gomes Camacho). No triénio seguinte, volta a arrematar os dízimos grandes da Fajã da Ovelha e, no âmbito de uma mesma arrematação, os grandes e das miunças de S. Roque e os grandes de C.<sup>a</sup> de Lobos e do Estreito. Neste caso José Francisco de Vasconcelos apresenta como fiadores os seguintes indivíduos: Joaquim José Ferreira de Almeida, Manuel de Santa Ana e Silvestre Gomes Camacho; os últimos, como se constata, haviam sido seus sócios em contrato anterior. Seriam efectivamente fiadores ou associados? Seria José Francisco de Vasconcelos testa-de-ferro de um investimento no qual não era a única parte interessada – mas a única a poder declarar que o era? De qualquer maneira, um destes sócios e fiadores, Manuel de Santa Ana, em conjunto com outros indivíduos, volta a ser seu associado em dois contratos posteriores: o mais caro a que meteu ombros – importando em 2160\$000 anuais para a fazenda real –, dos dízimos grandes e verduras de S. Roque, C.<sup>a</sup> de Lobos e Estreito de C.<sup>a</sup> de Lobos, em 1789-1791 (os sócios foram, além de Manuel de Santa Ana, Pedro João de Vasconcelos e Domingos de Oliveira Álvares); e os mesmos ramos, mas unicamente das últimas duas freguesias, em 1792-1794 (em associação com, de novo, Manuel de Santa Ana e Pedro João de Vasconcelos). Note-se que nos contratos relativos à Fajã da Ovelha, José Francisco de Vasconcelos tem por fiador Pedro João de Vasconcelos – em face da partilha de um mesmo sobrenome, porventura um parente. Em 1795-1797, finalmente, arrenda os dízimos grandes e das verduras de S. Gonçalo e, em 1798-1800, de N.<sup>a</sup> Sr.<sup>a</sup> do Calhau. Se é possível vislumbrar uma

107 AHU, *Madeira e Porto Santo*, doc. 400. O documento em questão é um processo de averiguação e liquidação do rendimento de Estevão de Bettencourt Perestrelo, Capitão Donatário do Porto Santo, em 1766 a 1770 (ALMEIDA, 1907, *Archivo de Marinha e Ultramar. Inventário. Madeira e Porto Santo. 1613-1819*, vol. I, p. 39).

108 ANTT, PJJRF, *Dízimos (1775-1833)*, lv.<sup>o</sup> 743, pp. 30, 33, 60, 77, 88, 110, 125, 126, 137 e 158, lv.<sup>o</sup> 744, pp. 7, 13, 15, 16, 17, 18, 19, 53 e 63.

estratégia por parte de José Francisco de Vasconcelos, podemos dizer que, quando sozinho e sem fiador – o que ocorreu no princípio (considerando o período de vigência da JRFF) e no fim da sua actividade –, o arrematante em causa aposta em contratos de menor valor; quando acompanhado, aventura-se, digamo-lo assim, em arrematações de maior risco, que se cifram sempre acima de um conto de réis anuais. Este método – cauteloso, com efeito – levou a que nunca visse os seus bens serem executados – ou seja, foi uma estratégia coroada de sucesso, embora na maior parte das vezes o cumprimento dos seus contratos tenha sido fora do tempo estipulado<sup>109</sup>.

Já referimos substancialmente Manuel de Santa Ana. Em 1770, caracterizou-se como «homem que vive de seu negocio, morador nesta Cidade, de idade que disse ser de trinta, e tres annos»<sup>110</sup>. Este indivíduo participou, com ou sem associação, em sete arrematações e, o que se afigura relevante, na administração de uma renda (respeitante aos dízimos grandes de S.<sup>ta</sup> Luzia de 1782 – veja-se o quadro n.º 24). Aos contratos em que sucedeu a colaboração de Manuel de Santa Ana com José Francisco de Vasconcelos já fizemos alusão. Em quatro arrendamentos, Manuel de Santa Ana surge acompanhado de vários sócios. Nos restantes três – que são verdadeiramente os últimos em que interviu, correspondentes a 1795-1797, 1798-1800 e, mais de uma década depois, a 1813-1815 – este indivíduo surge como arrematante individual, tendo José Francisco de Vasconcelos como fiador (dízimos grandes e verduras de C.<sup>a</sup> de Lobos e do Estreito de C.<sup>a</sup> de Lobos, 1795-1797) e obrigando-se ele próprio a cumprir o contrato. Concluimos que Manuel de Santa Ana participa em arrematações de assinalável valor – constantemente acima de um conto de réis –, relativas a espaços geográficos que são de grande relevância em termos de produção agrícola, no quadro da ilha da Madeira (C.<sup>a</sup> de Lobos e Estreito de C.<sup>a</sup> de Lobos, S.<sup>to</sup> António e S. Roque). Foi um negociante abonado, porventura considerado, por parte da JRFF, como sendo de confiança e um veterano – pelo número de arrematações e em virtude do volume de investimento e do cumprimento (ainda que sempre extemporaneamente) dos contratos; de outra forma, por que razão lhe atribuiria a JRFF a incumbência da administração de

uma renda (como acima dissemos)? As rendas que arrendou foram as seguintes: dízimos grandes de C.<sup>a</sup> de Lobos e Estreito de C.<sup>a</sup> de Lobos, de 1777-1779, com Domingos de Oliveira Álvares, Francisco José de Freitas, José Francisco de Vasconcelos e Silvestre Gomes Camacho (os próprios arrematantes assumiam a obrigação do cumprimento do arrendamento, o que sucedeu em todos os arrendamentos feitos em associação); dízimos grandes e das verduras, de toda a ilha da Madeira, de 1783-1785, como sócio, entre outros, de Francisco de Abreu; dízimos grandes e das verduras, de S. Roque, C.<sup>a</sup> de Lobos e Estreito de C.<sup>a</sup> de Lobos, de 1789-1791, em parceria com Pedro João de Vasconcelos, Domingos de Oliveira Álvares e José Francisco de; dízimos grandes e verduras, de C.<sup>a</sup> de Lobos e Estreito de C.<sup>a</sup> de Lobos, de 1792-1794, com Pedro João de Vasconcelos e José Francisco de Vasconcelos (sócios). A arrematação que implicou o mais alto valor anual – 4100\$000 –, exceptuando, como é óbvio, a que abarcou a ilha da Madeira, foi a última que fez: dízimos grandes e das verduras de S.<sup>to</sup> António, de 1813-1815<sup>111</sup>. Enfim, Manuel de Santa Ana e sócios (não nomeados na fonte) foram fiadores da arrematação dos dízimos grandes e das verduras de S. Roque, de 1792-1794, feita por Francisco Martins de Gouveia e Joaquim Rodrigues<sup>112</sup>.

Veja-se neste ensejo o caso de André Nicolau da Silva Pimenta. Este rendeiro por cinco vezes movimentou-se ou especializou-se em duas freguesias do concelho da Calheta, arrematando os dízimos grandes ou grandes e das miunças/verduras das seguintes freguesias: Calheta, de 1775-1776, 1777-1779 e 1780-1782; Estreito da Calheta, de 1792-1794; Calheta e Estreito da Calheta, de 1795-1797. Na segunda e terceira arrematações, teve como fiador um indivíduo denominado Lucas de Matos; nas duas últimas, cujas cláusulas foram cumpridas – mas extemporaneamente –, o seu abonador foi o próprio pai, António da Silva Pimenta. O mais alto valor anual cifrou-se em 502\$000 e corresponde ao último contrato; de resto, os valores oscilam entre 102\$000 e 225\$100<sup>113</sup>. Podemos considerá-lo, pois, como um rendeiro especializado geograficamente e apoiado, em parte, no que toca a segurança e abonação contratuais, no próprio agregado familiar<sup>114</sup>. Encon-

109 ANTT, PJRFF, *Dízimos (1775-1833)*, lv.º 743, pp. 19, 37, 41, 52, 58, 73, 96, 114, 128 e 142.

110 AHU, *Madeira e Porto Santo*, doc. 400. É o mesmo documento referenciado na nota de rodapé 110.

111 ANTT, PJRFF, *Dízimos (1775-1833)*, lv.º 743, pp. 41, 80, 86, 117, 82, 82, 96, 114, 129 e 141, lv.º 744, pp. 95.

112 ANTT, PJRFF, *Dízimos (1775-1833)*, lv.º 743, pp. 108.

113 ANTT, PJRFF, *Dízimos (1775-1833)*, lv.º 743, pp. 6, 45, 55, 107 e 122.

114 António da Silva Pimenta, seu pai e fiador, volta a aparecer na condição de fiador em duas arrematações, realizadas desta feita por

tramos André Nicolau da Silva Pimenta, citado como capitão, a contrair matrimónio com D. Ana Joaquina Bettencourt e Atouguia, em 1783, na freguesia da Sé<sup>115</sup>.

Outro exemplo – e mais explícito – de especialização geográfica e de colaboração entre elementos da mesma família está nos dízimos da freguesia da P.<sup>ta</sup> do Pargo, em que intervieram vários indivíduos com os sobrenomes Pau-Branco, os quais arremataram: os dízimos grandes de 1775-1776; os grandes e das miunças de 1777-1779; e os dízimos grandes e das verduras de vários triénios – de 1789-1791 até 1813-1815, com alguns hiatos. As contas correntes das três primeiras arrematações mostram António Rodrigues de Gouveia Pau-Branco (da P.<sup>ta</sup> do Pargo) como rendeiro, tendo por fiadores, no segundo e terceiro contratos, o seu pai, António Rodrigues Pau-Branco, e um certo José de Sousa Serrão Farinha. Seguidamente, os dízimos grandes e das verduras de 1792-1794 são arrendados por José Rodrigues de Gouveia Pau-Branco (da P.<sup>ta</sup> do Pargo), com fiança de Manuel Gonçalves Caldeira. Para o triénio do fim do século – 1798-1800 – retorna António Rodrigues de Gouveia Pau-Branco, tendo desta feita por fiador o mencionado José de Sousa Serrão Farinha. Para 1804-1806 volta a entrar em cena José (Joaquim) de Gouveia Pau-Branco, cujo fiador era o anterior António Rodrigues de Gouveia Pau-Branco, que arrematou, por sua vez, a renda de 1810-1812, abonado em Tomé João Fernandes de Sousa (igualmente da P.<sup>ta</sup> do Pargo). Finalmente, para a renda de 1813-1815 surge Manuel Rodrigues de Gouveia Pau-Branco, com José Rodrigues de Gouveia Pau-Branco na qualidade de fiador. Diga-se que as três arrematações feitas nos inícios do século XIX atingiram e ultrapassaram, contrariamente às anteriores, o valor de 1300\$000, chegando a 1400\$000 na última arrematação que pudémos analisar. De todos os contratos a que tivemos acesso, o derradeiro, e mais oneroso, foi o único que não foi cumprido (no conjunto das arrematações, os cumprimentos ocorreram fora do tempo estipulado pelas normas). Ainda em 1834 havia um saldo devedor à fazenda real de cerca de dois contos e meio de réis – 2569\$332 –, no conjunto de mais de quatro contos e meio de réis de «Deve». Não constatámos, todavia, a existência de execuções de bens. Não os haveria para arres-

tar? Com efeito, várias perguntas emergem. Quem seriam estes indivíduos de sobrenome Pau-Branco? Estaremos na presença de membros de uma elite endogâmica? Sendo a resposta positiva, será uma elite à escala do concelho da Calheta? Devemos apontar que nenhum indivíduo com esta denominação fez parte dos elencos camarários deste município, de 1794 a 1799<sup>116</sup>. Será uma elite – ou linhagem – meramente paroquial? Mediante a observação de informação vertida em registos paroquiais, diversos membros do sexo masculino da família Pau-Branco casaram, preponderantemente no espaço da freguesia da P.<sup>ta</sup> do Pargo, desde o ocaso do século XVII (1699) até, pelo menos, o primeiro quartel do século XX. Especificamente, acerca dos diversos indivíduos citados, fornecemos os seguintes informes colhidos nos assentos de casamento: António Rodrigues Pau-Branco, da P.<sup>ta</sup> do Pargo, casou nesta freguesia com Isabel de Gouveia, a 14-I-1729<sup>117</sup>; António Rodrigues de Gouveia Pau-Branco, alferes, filho do precedente (que é igualmente alferes), consorciou-se com Quitéria Maria de Sousa a 08-IX-1772, no P.<sup>to</sup> do Moniz<sup>118</sup>; José Joaquim de Gouveia Pau-Branco, filho do anterior (António Rodrigues Gouveia) e também alferes, contraiu matrimónio com D. Antónia da Câmara, em 1803, na P.<sup>ta</sup> do Pargo<sup>119</sup>. Afigura-se lícito aduzir que estamos – pelo menos ao longo do período examinado neste estudo – perante uma elite militar que se move numa escala local e que se envolve em outras actividades como o arrendamento de dízimos.

Contemplemos de seguida o caso de João Francisco Marques, arrematante dos dízimos grandes e das verduras de S. Gonçalo de 1798-1800 e dos dois triénios subsequentes. Posteriormente, arrenda as

João Francisco Marques, dos dízimos grandes e das Verduras de S. Gonçalo, relativos a dois triénios (1798-1800 e 1801-1803) (ANTT, PJRFF, *Dízimos (1775-1833)*, lv.º 743, pp. 138 e 156).

115 ARM, Registos Paroquiais, lv.º 61, fl. 148.

116 SOUSA, 2004, *O Exercício do Poder Municipal na Madeira e Porto Santo na Época Pombalina e Post-Pombalina*, p. 316.

117 ARM, Registos Paroquiais, lv.º 1115, fl. 118.

118 ARM, Registos Paroquiais, lv.º 1197, fls. 12-12v.º.

119 ARM, Registos Paroquiais, lv.º 1118, fls. 7v.º-8.

Quanto a Manuel Rodrigues de Gouveia Pau-Branco, deparámo-nos com um problema de homonímia. Encontrámos, assim, cinco indivíduos – ou, melhor, cinco referências, em assentos de casamento, a indivíduos que têm o mesmo nome – a unirem-se por casamento a diversas mulheres: na P.<sup>ta</sup> do Pargo, em 1795 (ARM, Registos Paroquiais, lv.º 1117, fls. 93v.º-94 – aqui, uma das testemunhas possui um nome igual ao do nubente), no ano de 1822 (ARM, Registos Paroquiais, lv.º 1118, fl. 103) e em 1824 (ARM, Registos Paroquiais, lv.º 1118, fl. 109v.º); no P.<sup>to</sup> do Moniz, em 1808 (ARM, Registos Paroquiais, lv.º 1197, fl. 271v.º); e no Arco da Calheta, no ano de 1818 (ARM, Registos Paroquiais, lv.º 1033, fl. 232v.º). Acresce que, citado num documento de 1823, depositado no Arquivo Histórico Ultramarino, está o ajudante – posto militar – Manuel Rodrigues de Gouveia Pau-Branco, da Calheta, que se havia comprometido, entre muitos outros indivíduos da Madeira, a não fazer parte de associações secretas (AHU, *Madeira e Porto Santo*, docs. 7079-7086).



verduras do Estreito de C.<sup>a</sup> de Lobos de 1804-1806. Tem por fiadores, primeiro, António da Silva Pimenta (pai de André Nicolau da Silva Pimenta, a quem fizemos alusão acima) e, depois, João Caetano Jardim. O último contrato em que participou João Francisco Marques – e o único cujo incumprimento conduziu à execução de bens –, relativo aos dízimos grandes e das verduras de S. Pedro dos anos de 1813-1815, foi o que implicou um maior investimento da sua parte – 923\$000 anuais – e teve por fiadores Phelps Page e Comp.<sup>a</sup>.

Façamos um desvio da nossa digressão e refira-se que, em todas as contas correntes manuseadas, esta é uma de três únicas referências encontradas a indivíduos estrangeiros, os quais surgem, meramente, na qualidade de fiadores. Relativamente às restantes, uma foi anteriormente afluída – a firma Gordon Duff & Comp.<sup>a</sup><sup>120</sup> – e a outra reporta-se a «Jorge» Colson Smith, «da Nação Britânica», fiador de João de Freitas da Silva no contrato de arrematação dos dízimos grandes e das verduras das freguesias de P.<sup>ta</sup> do Sol, Canhas e Madalena do Mar, de 1807-1809<sup>121</sup>. A exercer a tarefa de arrematantes ou administradores, nunca se nos depararam indivíduos – *in solidum* ou em sociedade – ou firmas de outras nações que não a portuguesa. Estes factos não deixam de ser algo eloquentes, no sentido em que – afora as intervenções com vista a caucionar investimentos alheios – demonstram, de acordo com a documentação compulsada, uma completa ausência de indivíduos de nacionalidades estrangeiras nos negócios de arrematação de dízimos.

Voltando ao nosso fio condutor, dissemos que, na sequência da arrematação aludida (dízimos grandes e das verduras, S. Pedro, 1813-1815), houve lugar a penhoras de bens, os quais, a título exemplificativo, consistiram em propriedades em várias freguesias – P.<sup>to</sup> da Cruz, Faial, Monte – adjudicadas aos Reais Próprios (quer dizer, à fazenda régia): duas fazendas de vinhas e árvores de fruto, uma «loginha», uma fazenda de vinhas e balseiras, duas de balseiras e outra de árvores e verduras. Anote-se que João Francisco Marques foi igualmente fiador de Francisco António Marques (provavelmente um familiar), nas arrematações que este fez das verduras da Sé e dos dízimos grandes e das verduras de S. Gonçalo, ambos referentes a 1807-1809. Ademais, Francisco António

volta a ser arrematante para o triénio de 1810-1812 dos dízimos grandes e das verduras de N.<sup>a</sup> Sr.<sup>a</sup> do Calhau – desta vez acompanhado por um padre na condição de fiador, Francisco Xavier de Freitas; este investimento, similarmente, não foi bem-sucedido, pois que, a par de um saldo devedor existente em 1835 – 1053\$235 –, houve apropriação de bens, quer do arrematante, quer do fiador, que foram adjudicados aos Reais Próprios – uma fazenda de vinhas e balseiras, benfeitorias várias, uma casa alugada, uma porção de terra, três bocados de terra de balseiras de vinhas, outro de vinhas de balseiras e inhames e mais uns tantos bocados de fazenda, nas freguesias do P.<sup>to</sup> da Cruz e do Faial<sup>122</sup>. Ambos os rendeiros de sobrenome Marques são naturais da freguesia do P.<sup>to</sup> da Cruz. O primeiro, João Francisco, consorciou-se com Joana Isabel Margarida do Espírito Santo, na Sé, a 23-IX-1774<sup>123</sup>; o segundo, Francisco António, casou-se na mesma freguesia com Isabel Margarida Marques, a 18-XI-1805<sup>124</sup>.

A história de José Gonçalves Brasão enquanto arrematante de rendas não deixa de ter contornos complexos e, passe a palavra, curiosos. Arrendou os dízimos grandes de S. Martinho para os anos de 1775-1776 e 1777-1779. Consideramos como cumprida – e extemporaneamente – apenas a primeira arrematação. O mesmo indivíduo volta a estar implicado na mesma renda do triénio de 1780-1782 – como fiador e, note-se, também como arrematante. Na verdade, na conta corrente correspondente é mencionado que a renda – arrematada oficialmente por Francisco Martins de Gouveia –, havia afinal sido «remattada [...] para elle», José Gonçalves Brasão. Podemos considerar efectivamente Francisco de Gouveia como um testa-de-ferro. José Brasão arrendou depois – para 1789-1791 – os dízimos grandes e das verduras da freguesia de S.<sup>to</sup> António, sem apresentar fiador, antes oferecendo por «especial; e geral hypotheca todos os seus bens presentes, e fucturos». Foi o maior investimento que fez – mais de um conto de réis anuais –, o qual, à semelhança da maior parte das suas arrematações, se afigurou complexo e objecto de incumprimento. O último contrato onde, indirectamente, aparece implicado é o dos dízimos grandes e verduras de S. Roque, de 1798-1800, cujo rendeiro é João Rodrigues Gil e o fiador António João.

120 ANTT, PJRFF, *Dízimos (1775-1833)*, lv.º 744, pp. 55.

121 ANTT, PJRFF, *Dízimos (1775-1833)*, lv.º 744, pp. 51.

122 ANTT, PJRFF, *Dízimos (1775-1833)*, lv.º 743, pp. 138 e 156, lv.º 744, pp. 21, 33, 43, 58, 72, 86, 96, 128, 133, 138, 149 e 151.

123 ARM, Registos Paroquiais, lv.º 61, fl. 27.

124 ARM, Registos Paroquiais, lv.º 62, fl. 2228v.º.



Como se inseriu neste âmbito José Brasão? Inseriu-se porque João Gil foi, identicamente, um seu testas-de-ferro. Aliás, neste particular, vários bens foram executados – bens precisamente de José Gonçalves Brasão. Uma nota na conta corrente relata que há um «Saldo [de 746\$008] desta Conta que passa em debito a f. 97 deste Livro na Conta de Jozé Gonçalves Brazão, para quem foi esta Renda, por confição propria no Juizo da Executoria, e que por isso se incorporou na execução do dito Joze Gonçalves Brazão, extraindo-se dos Bens deste o referido Saldo»<sup>125</sup>. Como se explica a existência de um arrematante que usa vários testas-de-ferro e cujos contratos de arrendamento de rendas falham o cumprimento das cláusulas? Que indivíduo foi este? Que outros interesses e negócios teve? O que podemos, de momento, adiantar é que um José Gonçalves Brasão surge, em 1773, como consignatário de uma embarcação proveniente de Portugal continental<sup>126</sup>. Será o mesmo indivíduo? Sendo o mesmo indivíduo, será que um certo – ainda que magro – sucesso comercial inicial o terá levado a investimentos demasiado arriscados ou mal calculados? Acrescente-se que José Brasão era natural da Sé e casou-se a 07-XI-1765, nesta freguesia, com Maria da Conceição<sup>127</sup>.

O exemplo de Manuel Caldeira, à semelhança de anteriores, é de uma verdadeira especialização geográfica. Arrematou os dízimos da freguesia de S.<sup>ta</sup> Luzia: as verduras de 1801-1803 – pela quantia anual livre para a fazenda régia de 121\$000; e a renda grande e das verduras de 1804-1806, 1808-1809 e 1810-1812 – pelas ordinárias somente. Com excepção da primeira arrematação, para a qual não houve fiador («se obrigou elle ditto Rendeiro»), Manuel Caldeira recorreu sempre – dentro do quadro temporal das fontes utilizadas – a Joaquim Gomes (da freguesia do Monte) como afiançador dos investimentos. Todos os contratos foram cumpridos. A existência de uma parceria estreita entre Manuel Caldeira e Joaquim Gomes pode ser confirmada no facto adicional de ambos – em conjunto com Tomás Gomes, também do Monte – terem sido fiadores da renda dos dízimos grandes do Monte de 1814-1815, arrematada por Francisco Romão<sup>128</sup>.

Manuel Sardinha Jardim desenvolveu a sua actividade de rendeiro de dízimos no quadro de freguesias do município da Calheta: dízimos grandes dos Prazeres, de 1775-1776; miunças da mesma freguesia e da Fajã da Ovelha, relativas ao mesmo biénio; a mesma renda do Estreito da Calheta e os dízimos grandes dos Prazeres, tributos correspondentes ao triénio seguinte (1777-1779); e, enfim, intervém na arrematação – nos moldes que adiante explanamos – dos dízimos grandes e das miunças da freguesia dos Prazeres, para 1780-1782. Metade – três – dos contratos que fez com a JRFF não foi cumprida. (A outra metade foi-o, porém fora do tempo estipulado.) Os incumprimentos tiveram por consequência, como era usual, a penhora de bens vários. E, neste sentido, apreendemos uma colaboração entre o rendeiro referido e um João Sardinha Jardim, com certeza seu familiar. Com efeito, na sequência da arrematação das miunças do Estreito da Calheta, de 1777-1779, além da adjudicação de benfeitorias do mesmo rendeiro (na mesma freguesia) aos Reais Próprios, há um saldo que passa para uma arrematação relatada previamente – a dos dízimos grandes e das miunças dos Prazeres (1780-1782), feita por João Sardinha Jardim. Esta arrematação – cujo fiador foi um Domingos Francisco – ocasionou execução de bens: aquela que foi indicada anteriormente (e que serviu para saldar dívidas de dois contratos); e um aposento de vinhas, árvores de fruto e inhames e uma casa térrea (de igual modo, no Estreito da Calheta), pertencentes a Manuel Sardinha Jardim que, afinal, como em outra ocasião relatámos, declarou «ser para si a renda [...], e consta dos Auttos da Execução». Ou seja, o arrematante, embora inicialmente de forma dissimulada, era verdadeiramente Manuel Sardinha – facto que, em virtude da execução, foi descoberto. Acresce um facto relevante: para conformar o «Haver» com o «Deve», ou seja, para efeito de saldar de contas, e após o arresto de propriedades, a última entrega de numerário é feita em 1803 pela viúva de Manuel Sardinha Jardim, Maria Ribeira<sup>129</sup>.

Olhemos para José Gomes Barranca e seu filho, José Francisco Gomes, intervenientes no negócio de arrendamento de dízimos grandes e das verduras, de S. Martinho, na última década de Setecentos e primeira de Oitocentos. Os primeiros três arrendamentos foram feitos por José Gomes Barranca, tocantes a 1792-1794, 1795-1797 (nesta ocasião a freguesia

125 ANTT, PJRFF, *Dízimos (1775-1833)*, lv.º 743, pp. 14, 39, 76, 79, 83, 97 e 145.

126 SOUSA, 1989, *O Movimento do Porto do Funchal e a Conjuntura da Madeira de 1727 a 1810. Alguns Aspectos*, p. não numerada.

127 ARM, Registos Paroquiais, lv.º 60, fl. 27.

128 ANTT, PJRFF, *Dízimos (1775-1833)*, lv.º 744, pp. 27, 36, 62, 75, 88, 119, 127 e 155.

129 ANTT, PJRFF, *Dízimos (1775-1833)*, lv.º 743, pp. 16, 24, 27, 49, 50 e 56.

de S. Roque foi associada a S. Martinho) e 1798-1800, e teve por fiadores ele próprio, Hilário Gomes (Barranca<sup>130</sup>) (em duas circunstâncias) e Manuel dos Santos Araújo (associado com o anterior). Nos restantes – dois –, pertencentes a 1801-1803 e 1807-1809, o arrematante foi José Francisco e o fiador seu pai. Nunca as obrigações dos contratos ficaram por cumprir – conquanto, na maior parte, o fossem de forma extemporânea. O derradeiro arrendamento constituiu o investimento de maior risco, dado que consistiu, afora todas as outras despesas agregadas, em dois contos de réis anuais<sup>131</sup>. Estes factos comprovam – como outros que vimos – a existência, nestes meandros de arrendamento de rendas reais, de colaboração familiar e de continuação do exercício da actividade de uma geração para a seguinte.

Os indivíduos que apresentaremos de seguida ilustram a diversificação de interesses e de actividades, pois que conjugaram o exercício de uma profissão ou cargo municipais com o arrendamento de dízimos. Começamos com Marcos João de Ornelas, tesoureiro da Câmara Municipal do Funchal nos anos de 1781, 1782 e 1790<sup>132</sup>, que arrematou os dízimos grandes do Estreito da Calheta para o biénio de 1775-1776, os dízimos grandes e das verduras da freguesia de S. Roque (mais de 15 anos depois – 1802-1803), e, finalmente, a mesma renda dos Prazeres (relativa ao triénio de 1804-1806). Na primeira circunstância, a fonte não nomeia fiador; nas restantes, é o próprio Marcos de Ornelas a se obrigar ao cumprimento dos contratos. O arrendamento respeitante a S. Roque foi o de maior monta e orçou os 1010\$000 anuais para a fazenda régia; diga-se que todos os contratos foram cumpridos<sup>133</sup>. Francisco João de Barros (Cabral e Câmara), da sua parte, tornou-se a partir de 1799 proprietário do ofício de escrivão da Câmara e dos Órfãos da Calheta<sup>134</sup>, quando já tinha sido rendeiro dos dízimos grandes e das verduras da P.<sup>ta</sup> do Pargo – para 1795-1797 – e do Estreito da Calheta – para 1798-1800. No triénio seguinte, volta a arrematar

esta última renda. Nunca teve fiador, cumpriu extemporaneamente os três contratos e as quantias anuais que teve de pagar sofreram uma evolução crescente – 500\$200 no primeiro arrendamento, 902\$000 no terceiro. Acresce que, em conjunto com Pedro João da Câmara e Francisco João Rocio, foi fiador de Raimundo João da Câmara nos arrendamentos dos dízimos grandes e das verduras das freguesias do Estreito da Calheta e da Calheta, de 1807-1809; curiosamente, estes contratos, que contemplavam ambos o pagamento de sensivelmente 1500\$000 anuais, não foram cumpridos, havendo lugar a adjudicações de bens à fazenda real; bens esses – fazendas e aposento – pertencentes, não ao rendeiro, mas a um dos fiadores, Pedro João da Câmara<sup>135</sup>.

Tivemos oportunidade de constatar a existência de arrematantes de dízimos que, a dada altura, tiveram igualmente o encargo de administrar estas rendas. Um caso adicional é o de Alexandre Telo de Meneses, que foi rendeiro dos dízimos grandes e das verduras da freguesia do Arco da Calheta, em três triénios consecutivos (de 1797-1797 até 1801-1803), não apresentando fiador. Uma década depois, em 1813, surpreendêmo-lo a arrecadar, em géneros, a décima parte do vinho e dos cereais da mesma freguesia do sudoeste da ilha da Madeira. Em 1835, aliás, após o período de vigência da JRFF, «lhe foi concedido 100\$000 rs de gratificação pela cobrança desta renda» (confronte-se o quadro n.º 24). Os três contratos de arrematações que observámos foram cumpridos extemporaneamente. Um facto que se reveste de alguma singularidade é o de, nas duas primeiras arrematações, o preço anual que estava obrigado a pagar foi de 7\$000. Na arrematação seguinte, de 1801-1803, este valor sofre um aumento da ordem de 10000%, passando a ser de 715\$000<sup>136</sup>. Em todo o caso, tendo cumprido com as suas obrigações na qualidade de rendeiro, e sendo com certeza um bom conhecedor da freguesia mencionada, não nos admirará que tivesse sido de igual modo administrador.

Inácio Caetano de Abreu arrendou os dízimos grandes de três freguesias – Arco da Calheta, N.ª Sr.ª do Calhau e Fajã da Ovelha – para o biénio de 1775-1776. Neste particular, a fonte não faz menção a fiadores. Para os três anos seguintes, 1777-1779, com

130 Hilário Gomes Barranca, natural da Sé e morador na mesma freguesia, contraiu matrimónio com Vicência Cândida a 12-II-1800, na igreja colegiada de N.ª Sr.ª do Calhau. Uma das testemunhas foi, precisamente, José Gomes Barranca (ARM, Registos Paroquiais, lv.º 63, fl. 44v.º).

131 ANTT, PJRFF, *Dízimos (1775-1833)*, lv.º 743, pp. 106, 127, 140 e 159, lv.º 744, pp. 45.

132 SOUSA, 2004, *O Exercício do Poder Municipal na Madeira e Porto Santo na Época Pombalina e Post-Pombalina*, pp. 135, 136, 304 e 305.

133 ANTT, PJRFF, *Dízimos (1775-1833)*, lv.º 743, pp. 8, lv.º 744, pp. 12 e 20.

134 SOUSA, 2004, *O Exercício do Poder Municipal na Madeira e Porto Santo na Época Pombalina e Post-Pombalina*, pp. 131 e 132.

135 ANTT, PJRFF, *Dízimos (1775-1833)*, lv.º 743, pp. 131 e 143, lv.º 744, pp. 2, 47 e 48.

136 ANTT, PJRFF, *Dízimos (1775-1833)*, lv.º 743, pp. 124, 133 e 152, lv.º 744, pp. 146.

fiança de Francisco Baptista de Agrela, arrematou os dízimos grandes e das miunças de N.ª Sr.ª do Calhau, cujo valor anual – 300\$000 –, estranhamente, ficou aquém do valor relativo à mesma freguesia no biénio anterior – 557\$000.

Façamos alusão a ocupações e cargos e a outros laços de parentesco consignados na fonte. Em primeiro lugar, surpreendemos a actuação de vários membros do clero como contratantes de rendas de freguesias do Funchal. Os arrematantes dos dízimos grandes e das miunças, para 1780-1782, de S. Pedro – recorde-se –, foram os padres Manuel do Nascimento e Afonseca e António Xavier de Afonseca; todavia, como já é do nosso conhecimento, por despacho da JRFF de 23-VIII-1780, «tomarão sobre sy a administração desta Renda os [...] fiadores», os quais foram Manuel de Jesus, Sebastião Fernandes Velosa e João Gomes Jardim<sup>137</sup>. Posteriormente, ficámos na posse da singular ocorrência de terem os beneficiados da colegiada de N.ª Sr.ª do Calhau arrendado a renda grande e das verduras, de 1792-1794, da própria freguesia apontada e de S. Gonçalo; tiveram estes clérigos seculares por fiador Manuel Correia<sup>138</sup>. Finalmente, o beneficiado, muito provavelmente da mesma colegiada, Francisco Pinto da Silva, arrendou os dízimos grandes e das verduras de 1795-1797 de N.ª Sr.ª do Calhau<sup>139</sup>.

Além do exemplo anteriormente providenciado de um sacerdote na qualidade de fiador, mais duas ocasiões semelhantes surgiram. João da Silva e Abreu arrematou os dízimos grandes e das verduras de S.º António, de 1807-1809, pela quantia assinalável de 4000\$000 anuais; a fiança foi-lhe assegurada pelo padre Francisco Pinto da Silva; note-se que o contrato não foi cumprido e das dívidas resultantes não houve consequências para o fiador, antes para um Inácio Gonçalves de Abreu, «obrigado pelo [...] Remattante»; as dívidas foram, de resto, objecto de perdão real (como referimos previamente)<sup>140</sup>. O padre João José Lúcio Gonçalves, do Monte, por seu lado, afiançou a arrematação feita pelo seu irmão, Manuel Gonçalves (também do Monte), dos dízimos grandes e das verduras desta freguesia, para 1810-1812<sup>141</sup>. Não sendo propriamente um membro do clero, não devemos passar em claro a presença nas fontes de um prioste

– isto é, o recebedor ou cobrador das rendas de uma igreja –, Manuel Joaquim Rodrigues, que arrematou os dízimos grandes de S. Pedro para os primeiros anos de 1775-1776<sup>142</sup>.

Outros detentores de postos ou patentes militares emergiram na documentação analisada, na condição de fiadores de arrematações de rendas de valor elevado, referentes a espaços geográficos de grande extensão territorial e substancial produção agrícola (P.ª do Sol, Canhas e Madalena do Mar; C.ª de Lobos e Estreito de C.ª de Lobos). O alferes Francisco Vieira Jardim, dos Canhas, foi abonador da arrematação dos dízimos grandes, das miunças e do pescado das freguesias do concelho da Ponta do Sol, de 1780-1782, feita por Eleutério Ferreira Duarte, Filipe Néri da Silva e Paulo João Régis; este contrato, mencionado por nós anteriormente, não foi cumprido e deu azo ao pagamento de parte do saldo devedor em tabuado, ao estabelecimento de prestações de 400\$000 anuais para saldamento de dívidas e a execução de bens – um garnel dos herdeiros do rendeiro Filipe Néri da Silva; é interessante transmitir o que mais veicula a fonte, a propósito de declinação de responsabilidade por parte de um herdeiro, padre, de Néri da Silva: «João de Freitas Correa da Silva na qualidade de Herdeiro do P.º Anastacio Nery da Silva apresentou hũa sentença datada de 24 de Janeiro de 1824, na qual mostrou que o ditto P.º em razão de ter feito abstenção de herança, ficara desobrigado da responçabilidade de seu Pay Felipe Nery da Silva, pelos Contractos que este teve com a Fazenda [...]. Funchal 8 de Fevereiro de 1841»<sup>143</sup>.

O capitão Francisco João de Caires foi fiador de Bartolomeu António Vidal na arrematação dos dízimos grandes e das verduras das mesmas freguesias, para o triénio de 1795-1797<sup>144</sup>. Um outro capitão, Manuel Isidoro Correia, foi abonador de Manuel de Andrade e Mesquita no contrato dos mesmos dízimos e das mesmas freguesias, para o triénio seguinte<sup>145</sup>.

No início da centúria oitocentista, António Francisco de Barros Henriques arrendou, para 1801 a 1803, os dízimos de C.ª de Lobos e Estreito de C.ª de Lobos – pelo preço anual de seis contos de réis –, apresentando o capitão João Caetano da Silva como

137 ANTT, PJRFF, *Dízimos (1775-1833)*, lv.º 743, pp. 74.

138 ANTT, PJRFF, *Dízimos (1775-1833)*, lv.º 743, pp. 113.

139 ANTT, PJRFF, *Dízimos (1775-1833)*, lv.º 743, pp. 119.

140 ANTT, PJRFF, *Dízimos (1775-1833)*, lv.º 744, pp. 46.

141 ANTT, PJRFF, *Dízimos (1775-1833)*, lv.º 744, pp. 76 e 89.

142 ANTT, PJRFF, *Dízimos (1775-1833)*, lv.º 743, pp. 15.

143 ANTT, PJRFF, *Dízimos (1775-1833)*, lv.º 743, pp. 71.

144 ANTT, PJRFF, *Dízimos (1775-1833)*, lv.º 743, pp. 121.

145 ANTT, PJRFF, *Dízimos (1775-1833)*, lv.º 743, pp. 134.

seu fiador (fizemos anteriormente menção a esta arrematação); neste particular, pela não acatamento das suas obrigações, o arrematante foi sujeito à penhora de terras e compelido a custear as próprias despesas de execução<sup>146</sup>.

Mencionemos, de modo mais alargado, relações de parentesco, sobretudo em primeiro grau (entre pais e filhos), espelhadas nos contratos. Afora o que ficou expresso anteriormente, outros progenitores serviram, segundo referência implícita da fonte, de fiadores a seus filhos rendeiros. António de Abreu foi afiançador de seu filho, António José de Abreu, no arrendamento dos dízimos grandes e das verduras do Monte, relativos ao último triénio do século XVIII<sup>147</sup>. A mesma renda, mas relativa ao ano de 1807 e à freguesia de N.ª Sr.ª do Calhau, foi contratualizada por Manuel Joaquim Camacho, o qual apresentou também seu pai, Francisco Fernandes Camacho, como fiador<sup>148</sup>. Domingos Gomes, por sua vez, colabora em moldes idênticos, em duas ocasiões, com seu filho, António Inácio Gomes, quando este arrematou os dízimos dos Prazeres, de 1807-1809 e do triénio seguinte<sup>149</sup>. Vem a talhe de foice apontar que este arrematante assumiu a incumbência de administrar os dízimos do vinho e dos cereais, de 1813, das freguesias do sudoeste da Madeira, Fajã da Ovelha e Prazeres<sup>150</sup> (contemple-se o quadro n.º 24).

Para terminar esta digressão de teor social, deixe-se registado mais um exemplo – em acréscimo aos que ficaram inscritos previamente – de uma relação de parentesco em segundo grau (entre irmãos). João Teixeira da Silva assumiu o encargo de segurar a arrematação que seu irmão, José Teixeira da Silva, fez dos dízimos grandes e das verduras das freguesias da P.ª do Sol, Canhas e Madalena do Mar, de 1792-1794; o valor anual foi de 1211\$000<sup>151</sup>.

Aqui chegados, e já em face da extensão deste trabalho, é hora de terminar.

E terminamos de forma dupla – discutindo e repetindo alguns assuntos afluídos ao longo das páginas anteriores e propondo tópicos e questões para análise e resolução futuras.

Em primeiro lugar, julgamos que este estudo contribuiu para a caracterização económica das freguesias da capitania do Funchal, na Ilha da Madeira, no tocante aos tipos de produtos agrícolas e ao volume da produção. Neste ponto em particular – volume e importância –, é de relevar espaços como S.ª António, C.ª de Lobos e Estreito de C.ª de Lobos, P.ª do Sol, Canhas e Madalena do Mar. Mencione-se, porém, freguesias do sudoeste da Madeira – mormente do município da Calheta – cujas dimensões não correspondem, ficando além, aos preços anuais dos dízimos.

Esta pesquisa concorreu, igualmente, para a avaliação da importância de novos – como os tubérculos e o milho – e de tradicionais produtos agrícolas na Madeira.

Vários indicadores – de novo, preços anuais das rendas – foram trazidos à liça no sentido do estabelecimento de conjunturas de crescimento ou declínio da produção da terra. No último quartel do século XVIII, há uma tendência estacionária dos valores dos dízimos ou uma quase ausência de evolução. A partir de 1795-1797, há uma subida, ininterrupta no conjunto das rendas de valor mais avultado até o triénio de 1810-1812. O triénio seguinte, 1813-1815, apresenta uma clara quebra desta tendência; à parte isto, em termos económicos e administrativos, ocorreu uma dificuldade crescente no processo de arrecadação dos dízimos no princípio do século XIX.

Por outras palavras: considerando que os preços anuais dos dízimos são indicadores – se bem que imperfeitos – da produção; observando a totalidade dos 40 anos e perscrutando evoluções e conjunturas; sabendo que houve um decréscimo dos valores anuais dos dízimos sobre a agricultura e pecuária; devido ao número elevado de administrações; em virtude das arrematações que, contrariamente ao que foi mais comum, foram contratadas para períodos anuais e bienais – tudo isto leva a indiciar que, após um período de progresso e ascensão, o período de 1813 a 1815 é de regressão, em termos de encaixe fiscal e, porventura, de produtividade agrícola (e pecuária). A corroboração deste indício implica a perscrutação de épocas temporais posteriores e de outra documentação. Acrescente-se que acontecimentos políticos e de cariz climático e geomorfológico – ocupações da Madeira por tropas britânicas em 1801-1802 e 1807-1814; aluvião de 1803 – não parecem ter tido consequências nos preços anuais por que

146 ANTT, PJRFF, *Dízimos (1775-1833)*, lv.º 744, pp. 8 e 10.

147 ANTT, PJRFF, *Dízimos (1775-1833)*, lv.º 743, pp. 136.

148 ANTT, PJRFF, *Dízimos (1775-1833)*, lv.º 744, pp. 41.

149 ANTT, PJRFF, *Dízimos (1775-1833)*, lv.º 744, pp. 49 e 78.

150 ANTT, PJRFF, *Dízimos (1775-1833)*, lv.º 744, pp. 135.

151 ANTT, PJRFF, *Dízimos (1775-1833)*, lv.º 743, pp. 109.

foram arrematados os dízimos da produção agrícola.

Acresce que, de forma endémica, existiu, no último quartel do século XVIII e nos inícios do século XIX, um fenómeno relevante de incumprimento de contratos de arrendamento de dízimos grandes e das miunças/verduras. Por conseguinte, podemos pensar no mundo do arrendamento dos dízimos como um mundo instável, onde ocorrem opções e estratégias de negócio temerárias e que não alcançam sucesso. A este propósito, lembre-se a existência de arrematantes testas-de-ferro e de rendatários dissimulados.

Em termos sociais, saliente-se a quase completa ausência de indivíduos de nacionalidades estrangeiras nos negócios de arrematação de dízimos; e a existência, em termos de redes e estratégias de arrendamentos por parte de rendeiros, de especializações geográficas, de colaborações entre arrematantes e fiadores e entre indivíduos da mesma família, e de rendeiros que conjugaram esta tarefa com o exercício de funções eclesiásticas, militares e municipais.

Diga-se que não podemos confirmar – ou infirmar – cabalmente os perfis que a JRFF dá dos arrematantes das verduras e miunças – «Lavradores» – e da renda grande – «Negociantes». Deparámo-nos, é verdade, com negociantes ou homens de negócio – ou com indivíduos proprietários que parecem apostar em múltiplas actividades que não apenas o arrendamento de rendas reais; mas pensamos que a realidade não foi assim esquemática ou simples. Em todo o caso, conclusões mais informadas somente com futuras pesquisas podem ser alcançadas.

Em segundo lugar, ponderemos os seguintes assuntos e problemas que podem ser objecto de pesquisa em tempos vindouros. Em termos económicos, podemos considerar: dízimos grandes e das verduras da capitania de Machico; dízimos do pescado e dos cabritos da capitania do Funchal; fraude, nepotismo e especulação; constantes estruturais e conjunturas na evolução da arrecadação dos dízimos nos vários séculos da Época Moderna, na Madeira; sub-arrematações; índices, quantidades e evoluções concretos da produtividade da terra, considerando e inter-relacionando preços dos dízimos e de outras rendas, produtos, expansão e retracção de culturas, tipos de contratos agrícolas (colónia e não só), superfícies e parcelas de terra e seu rendimento, especialização de produções, diferenças geográficas, climáticas e geomorfológicas (diversidade e unidade internas), técnicas e ferramentas, recursos hídricos, infraestruturas,

vinculação de terras, população, divisão do trabalho, vias de comunicação, trocas internas, consumos e intervenção do poder municipal; apropriação ou distribuição social dos produtos arrecadados no âmbito dos dízimos. No plano social, que se prenderá obrigatoriamente com o aprofundamento do estudo social – aqui meramente ensaiado – dos arrematantes, administradores e fiadores dos dízimos, seria desejável estabelecer, com recurso a fontes diversas, perfis, tipologias, estratégias e redes dos indivíduos intervenientes; para isso, haveria de se procurar e colher os seguintes elementos: (outras) actividades económicas; níveis de rendimento ou de riqueza; idades; proveniências (geográfica e social); residências; estado social; nacionalidades; ocupações ou profissões; cargos de poder; relações familiares e empresariais; níveis de alfabetização; práticas de sociabilidade; formas de representação sócio-cultural; religiosidade e crenças.



## Fontes Manuscritas e Impressas Citadas

Arquivo Histórico Ultramarino, *Madeira e Porto Santo*, docs. 400, 678, 994, 1069, 7079-7086, 7454.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Provedoria e Junta da Real Fazenda do Funchal, disponível online in <http://digitalq.dgarq.gov.pt/details?id=4310201>: *Repartição do Conselho – Avisos*, lv.<sup>os</sup> 403 e 404; *Registo das Condições de Contratos – Junta da Real Fazenda do Funchal*, lv.<sup>o</sup> 444; *Dízimos (1775-1833)*, lv.<sup>os</sup> 743 e 744; *Dízimos (1775-1830)*, lv.<sup>os</sup> 745 a 747; *Erário Régio – Repartição (1775-1832)*, lv.<sup>o</sup> 759; *Erário Régio – Consultas (1775-1843)*, lv.<sup>o</sup> 764; *Erário Régio – Ordens (1775-1844)*, lv.<sup>o</sup> 771; *Junta da Real Fazenda – Estabelecimento da Junta (1775)*, lv.<sup>o</sup> 945; *Registos Diversos (1809-1840)*, lv.<sup>o</sup> 979; *Tesouraria (1776-1827)*, lv.<sup>os</sup> 1274 a 1295.

Arquivo Regional da Madeira, Registos Paroquiais, base de dados disponível online in <http://www.arquivo-madeira.org/pesquisa/casamento/>: lv.<sup>os</sup> 60 a 63, 1033, 1115, 1117, 1118, 1197.

CARITA, Rui, 1982, *Paulo Dias de Almeida Tenente Coronel do Real Corpo de Engenheiros e a sua Descrição da Ilha da Madeira de 1817/1827*, Funchal, Direcção Regional dos Assuntos Culturais.

*Constituições Synodales do Bispado do Funchal. Feitas & ordenadas por Dom Ieronymo Barreto Bispo do dito Bispado*, 1585, Lisboa, António Ribeiro.

*Constituições Extravagantes do Bispado do Funchal. Feitas & ordenadas por dom Luis de Figueiredo de Lemos Bispo do dito Bispado*, 1601, Lisboa, Pedro Crasbeeck.

## Estudos e outros Materiais Citados

ALMEIDA, Eduardo de Castro, 1907, *Archivo de Marinha e Ultramar. Inventário. Madeira e Porto Santo. 1613-1819*, vol. I, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra.

ALVES, Daniel Ribeiro, 2001, *Os dízimos no final do antigo regime: aspectos económicos e sociais: Minho, 1820-1834*, Lisboa, [s.n.], Tese de mestrado em História dos Séculos XIX-XX, Universidade Nova de Lisboa.

ALVES, Daniel Ribeiro, 2009, «Os rendeiros de dízimos

na transição do Absolutismo para o Liberalismo», in *IV Congresso Histórico de Guimarães: Do Absolutismo ao Liberalismo*, Vol. I, Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães, pp. 101-122

ALVES, Daniel Ribeiro, 2009, «Produção Agrícola e Distribuição Social dos Dízimos no Minho no Final do Antigo Regime», in Amélia Aguiar Andrade, Hermenegildo Fernandes e João Luís Fontes (coord.), *Olhares Sobre a História. Estudos Oferecidos a Iria Gonçalves*, Casal de Cambra, Caleidoscópio, pp. 705-719

AZEVEDO, Álvaro Rodrigues de, 1873, «Notas», in *As Saudades da Terra pelo Doutor Gaspar Fructuoso. Historia das Ilhas do Porto-Sancto, Madeira, Desertas e Selvagens. Manuscripto do Seculo XVI*, Funchal, Tipografia Funchalense, pp. 311-920.

BLUTEAU, Raphael, 1713, *Vocabulario Portuguez, e Latino [...]*, [vol. IV], Coimbra, Colégio das Artes da Companhia de Jesus.

BRANCO, Jorge Freitas, 1987, *Camponeses da Madeira. As Bases Materiais do Quotidiano no Arquipélago (1750-1900)*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.

CARRARA, Angelo Alves, SANTIRÓ, Ernest Sánchez, 2013, «Historiografia Económica do Dízimo Agrário na Ibero-América: Os Casos do Brasil e Nova Espanha, Século XVIII», in *Estudos Económicos*, vol. 43, n.º 1, pp. 167-202.

COSTA, Ricardo Madruga da, s.d., «dízimos eclesiásticos», in *Enciclopédia Açoriana*, disponível online in <http://www.culturacores.azores.gov.pt/ea/pesquisa/Default.aspx?id=2759>.

COSTA, Ricardo Madruga da, s.d., «miunças», in *Enciclopédia Açoriana*, disponível online in <http://www.culturacores.azores.gov.pt/ea/pesquisa/Default.aspx?id=8347>.

Decreto Legislativo Regional n.º 11/96/M, «Criação da freguesia do Jardim da Serra», 17-VI-1996, in *Diário da República – I Série-A*, n.º 153, p. 1720.

DIRECÇÃO REGIONAL DE ESTATÍSTICA DA MADEIRA, 2011, «Área e população residente por freguesia, 2011», disponível online in <http://estatistica.gov-madeira.pt/>.

GUERRA, Jorge Valdemar, 1993, «Uma Memória

- de 1822 do funchalense João Pedro Drumond (1760-1825)», in *Islenha*, n.º 12, pp. 181-208.
- LOBÃO, Manuel de Almeida e Sousa de, 1867, *Disserações sobre os Dizimos Ecclesiasticos e Oblações Pias*, Lisboa, Imprensa Nacional.
- MACÍAS HERNÁNDEZ, Antonio M., 1986, «Fuentes para el Estudio de la Producción Agraria en las Islas Canarias: el Diezmo en la Diócesis Canariense (1480-1820)», in *Anuario de Estudios Atlánticos*, n.º 32, pp. 269-354.
- MACÍAS HERNÁNDEZ, Antonio M., 2013, «El Diezmo de las Viñas y las Estadísticas Vinícolas, 1776-1839. Cuestiones de Método», in *Anuario de Estudios Atlánticos*, n.º 59, pp. 479-516.
- MENEZES, Servulo Drummond, 1850, *Uma Epoca Administrativa da Madeira e Porto Santo, a Contar do dia 7 de outubro de 1846*, vol. 2.º, Funchal, Tipografia Nacional.
- OLIVEIRA, Aurélio de, 1985, «A Ordem de S. Bento na Promoção das Terras de Entre-Douro-e-Minho no Antigo Regime», in *Revista de História*, Porto, Instituto Nacional de Investigação Científica, Centro de História da Universidade do Porto, vol. VI, pp. 173-207.
- OLIVEIRA, Aurélio de, 1986-1987, «A Ordem de S. Bento na Promoção das Terras de Entre Douro e Minho no Antigo Regime. Dos índices e indicadores da produção aos seus comportamentos», in *Revista de História*, Porto, Instituto Nacional de Investigação Científica, Centro de História da Universidade do Porto, Vol. VII, pp. 175-198.
- REGO, Margarida Vaz do, 2004, «Contratos e Contratadores Régios. Açores – segunda metade do século XVIII», in *Arquipélago – História*, 2.ª série, VIII, pp. 37-46.
- REGO, Maria Margarida Vaz do, 2005, «As Ilhas das Flores e do Corvo na Perspectiva de um Negociante Micaelense de Setecentos», *Arquipélago – História*, 2.ª série, IX, pp. 343-358.
- SAAVEDRA, Pegerto, 2008, «La Comercialización de las Rentas Agrarias en la Galicia del Antiguo Régimen», in *Obradoiro de Historia Moderna*, n.º 17, 2008, pp. 245-275.
- SANTOS, Filipe dos, 2009/2010, «Comércio Interno no Concelho do Funchal em Finais do Século XVIII: Indicadores Normativos», in *ILHARQ – Revista de Arqueologia e Património Cultural do Arquipélago da Madeira*, n.º 9, pp. 58-75.
- SANTOS, Filipe dos, 2010, «A Pesca na História da Madeira: Estado dos Conhecimentos e Problemas Futuras de Análise», in *Anuário do Centro de Estudos de História do Atlântico*, n.º 2, pp. 354-397.
- SANTOS, Filipe dos, 2010, *O Sal na Ilha da Madeira na Segunda Metade de Setecentos – Penúria, Poder e Abastecimento*, Coleção TESES, n.º 8, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico.
- SANTOS, Filipe dos, 2011, «A Arrecadação dos Dízimos sobre os Produtos da Terra, na Ilha da Madeira, no Período da Junta da Real Fazenda do Funchal (1775-1834): Processos, Constrangimentos e Conjunturas», in *Anuário do Centro de Estudos de História do Atlântico*, n.º 3, pp. 343-370.
- SILVA, Padre Fernando Augusto da, MENESES, Carlos Azevedo de, 1978, *Elucidário Madeirense*, 4.ª ed., 3 vols., s.l., Secretaria Regional da Educação e Cultura.
- SILVEIRA, Joaquim Fradesso, 1868, *Mappas das Medidas do Novo Systema Legal comparadas com as antigas nos diversos concelhos e ilhas*, Lisboa, Imprensa Nacional.
- SILVEIRA, Luís Nuno Espinha da (concepção e coord.), 2008, *Divisão Territorial – Arquipélago da Madeira – Divisão administrativa em 1840 por Freguesias*, disponível online in [http://www2.fcsh.unl.pt/maps/NovoMapa\\_as5.mwf](http://www2.fcsh.unl.pt/maps/NovoMapa_as5.mwf).
- SOUSA, Ana Madalena Trigo de, 2004, *O Exercício do Poder Municipal na Madeira e Porto Santo na Época Pombalina e Post-Pombalina*, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico.
- SOUSA, João José Abreu de, 1989, *O Movimento do Porto do Funchal e a Conjuntura da Madeira de 1727 a 1810. Alguns Aspectos*, Funchal, Secretaria Regional do Turismo, Cultura e Emigração – Direção Regional dos Assuntos Culturais.
- VERÍSSIMO, Nelson, 2000, *Relações de Poder na Sociedade Madeirense do Século XVII*, Funchal, Direção Regional dos Assuntos Culturais.
- VIEIRA, Alberto, 2003, *A Vinha e o Vinho na História da Madeira. Séculos XV a XX*, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico.

ANEXOS

Quadro n.º 20 – Dízimos na Ilha da Madeira no Período de Vigência da JRFF – Ramos; Produtos; Actividades Económicas

Ramos	Capitania do Funchal			Capitania de Machico		
	Produtos	Observações	Actividades Económicas	Produtos	Observações	Actividades Económicas
Grandes	trigo, milho, cevada, centeio, alpista, vinho, passas de uvas, mel, cera, linho, lã, «Bestas», gado vacuum, leitões		Agricultura; Cerealicultura, Vinicultura, Viticultura; Apicultura; Produção de Linho; Pecuária; Criação de Gado Ovino, Bovino e Equino, Asinino ou Muar; Suinicultura	trigo, milho, cevada, centeio, alpista, vinho, passas, uvas, mel, cera, linho, lã, «Bestas», bezerros, cabritos, cordeiros, leitões, frangos, frangas, patos, perus, gansos, pombas domésticas, coelhos mansos, leite, queijos, manteiga, ovos		Agricultura; Cerealicultura, Vinicultura, Viticultura; Apicultura; Produção de Linho; Pecuária; Criação de Gado Ovino, Bovino e Equino, Asinino ou Muar; Suinicultura; Avicultura; Cunicultura; Produção de Lacticínios
Verduras	«toda a qualidade de fructos, hortaliças, Legumes», favas, tremoços, inhames, batatas(-doces), <i>semilhas</i> (batatas), nozes, castanhas (verdes e secas), cidras, limões, laranjas, vimes, canas «de Roca, e folhas das mesmas»	«e todas estas couzas serão colhidas às camadas»	Agricultura; Horticultura; Fruticultura; Cultura de Vimes	«toda a qualidade de fructos, Hortaliças, Legumes», favas, tremoços, inhames, batatas(-doces), <i>semilhas</i> (batatas), nozes, castanhas (verdes e secas), cidras, limões, laranjas, vimes, canas «de Roca, e folhas das mesmas»	e todas estas couzas serão colhidas às camadas»	Agricultura; Horticultura; Fruticultura; Cultura de Vimes
Pescado	«todo o» peixe e marisco	espécies apanhadas «em Pedra, ou em Barco; seja o dito Peixe salgado, ou fresco»	Pesca [Salga]	<p>Fonte: ANTT, PJRFF, <i>Registo das Condições de Contratos – Junta da Real Fazenda do Funchal</i>, lv.º 444, fls. 12, 16, 20, 26, 34 e 44.</p> <p>Observações: Os produtos sobre os quais recaíam os dízimos dos cabritos na capitania do Funchal estão, no que concerne à capitania de Machico, inseridos no conjunto dos dízimos grandes. Os dízimos do pescado da capitania de Machico não são representados, em virtude da existência de uma comenda, que compreendia, com efeito, os dízimos dos pescados e das miunças da capitania de Machico e do Porto Santo<sup>152</sup>; uma anotação ao «Mapa demonstrativo do producto dos impostos cobrados na Provincia da Ilha da Madeira e Porto Santo nos annos de 1824 a 1828», datado de Agosto de 1840, refere que a JRFF «não [...] administrava, nem cobrava na sua totalidade [os dízimos do pescado]. Ella só percebia o imposto que pagavão os pescadores da Costa Sul; porque o da Capitania de Machico estava por então addicto á Commenda que administrava Damião Pereira da Silva»<sup>153</sup>; outra anotação ao mesmo documento diz que os dízimos dos cabritos «Na Capitania de Machico [...] éráo annexos á renda denominada d'as Verduras»<sup>154</sup>, o que achamos ser erróneo.</p>		
Cabritos	cabritos, cordeiros, frangos, patos, perus, gansos, pombas domésticas, coelhos mansos, leite, queijo, manteiga, ovos		Pecuária; Criação de Gado Ovino e Caprino; Avicultura; Cunicultura; Produção de Lacticínios			

151 AZEVEDO, 1873, «Notas», in *As Saudades da Terra pelo Doutor Gaspar Fructuoso. Historia das Ilhas do Porto-Sancto, Madeira, Desertas e Selvagens. Manuscripto do Seculo XVI*, p. 329.

152 ANTT, PJRFF, Registos Diversos (1809-1840), lv.º 979, p. 114.

153 ANTT, PJRFF, Registos Diversos (1809-1840), lv.º 979, p. 117.

# ANUÁRIO 2014

Centro de Estudos de História do Atlântico

**Quadro n.º 21 – «Ordinarias impostas nas [...] Rendas» dos Dizimos Grandes e das Verduras  
(triénios de 1798-1800, 1801-1803 e 1804-1806) – Freguesias da Capitania do Funchal**

Freguesias	Cabri- tos	Fran- gos	Redes de Palha	Trigo		Vinho	
				m.	alq.	p.	alm.
Arco da Calheta				10		31	15
P. <sup>ta</sup> do Sol, Canhas e Madalena do Mar				27	10	46	15
Fajã da Ovelha				14	15	9	9
S. Gonçalves			12	4		12	2 2/7
Calheta			12	10		30	
S. Pedro				2		16	15
S. António	6			17	30	61	
S. Martinho			12	20	30	24	
Estreito da Calheta				6	30	26	
N.ª Sr.ª do Calhau				5	10	19	15
Prazeres				6	50	6	
P. <sup>ta</sup> do Pargo				20		2	
Sé							
S. Roque				11		26	15
Monte	6			4	30	19	15
C.ª de Lobos e Estreito de C.ª de Lobos				21	30	76	15
S. <sup>ta</sup> Luzia				4	30	18	19 2/7

Fonte: ANTT, PJRFF, lv.º 759, pp. 222-223.

# ANUÁRIO 2014

Centro de Estudos de História do Atlântico

**Quadro n.º 22 – Contratos não Cumpridos de Arrematação sobre a Produção Agropecuária (1775-1815) – Freguesias da Capitania do Funchsal – Ramos; Freguesias; Anos; Arrematantes; Fiadores; Saldos Devedores; Execuções**

Lv.º	Pp.	Dízimos – Ramos	Freguesia(s)	Anos	Arrematante(s)	Fiador(es)	Saldos Devedores – Réis	Execuções: Bens – e Visados
743	1	Grandes	S.º António	1775-1776	Joaquim António Fernandes	Manuel Fernandes, Miguel Gomes, António de Faria	329605	casas térreas, morada de casas com quintal e benfeitorias – arrematante; benfeitorias em fazenda – fiador (António de Faria)
743	4	Grandes	C.ª de Lobos	1775-1776	Pedro António de Sousa / Estanislau José da Silva	Estanislau José da Silva	866064	
743	12	Grandes	Madalena do Mar	1775-1776	Manuel da Silva Jardim	António de Freitas		fazenda – fiador
743	17	Grandes	P.ª do Sol	1775-1776	Manuel Jorge Brasão	António Cipriano		casa – arrematante
743	20	Miunças	Arco Calheta	1775-1776	António Gonçalves «Serão»	José Gonçalves Serrão		benfeitorias – arrematante; benfeitorias – fiador
743	22, 85	Miunças	Canhas	1775-1776	Manuel dos Santos	João Nunes Pereira de Freitas	16648	benfeitorias – arrematante
743	22, 85	Miunças	Calheta	1775-1776	Manuel dos Santos	Simão Gomes Jardim	16648	benfeitorias – arrematante
743	23, 116	Miunças	Estreito de C.ª de Lobos	1775-1776	Francisco Rodrigues Silva	Manuel de Barros da Câmara	77200	benfeitorias – devedor (António Pereira) ao arrematante
743	24	Miunças	Fajã da Ovelha	1775-1776	Manuel Sardinha Jardim	Bartolomeu Gonçalves de Azevedo		benfeitorias – arrematante
743	25	Miunças	Madalena do Mar	1775-1776	Pedro Pina	Pedro Gonçalves	66270	
743	28	Miunças	P.ª do Sol	1775-1776	Manuel dos Santos	Joaquim dos Santos Gomes		benfeitorias – fiador
743	29	Miunças	S. Roque	1775-1776	Xavier Francisco	Félix Ferreira		benfeitorias – arrematante
743	36	Grandes e Miunças	S.ª Luzia	1777-1779	António Rodrigues Pereira (cidade)	Manuel Mendes da Silva		casa – arrematante
743	38	Grandes e Miunças	S.º António	1777-1779	Joaquim António Fernandes	António de Faria e Miguel Gomes	3427424	
743	39, 79, 83	Grandes	S. Martinho	1777-1779	José Gonçalves Brasão	Gregório Martins		
743	43	Miunças	Estreito de C.ª de Lobos	1777-1779	Francisco Correia de Aguiar	Luís Fernandes		benfeitorias – herdeiros do arrematante
743	44	Grandes, Miunças e Pescado	P.ª do Sol, Canhas e Madalena do Mar	1777-1779	Paulo João Regis de Canha e João Francisco Regis (sócio) / Filipe Néri da Silva	João Mendes Brasão		casas alugadas – fiador; altos de casas e aposento – arrematante (Filipe Néri da Silva)
743	46, 79	Grandes	Arco Calheta	1777-1779	Manuel Jorge Brasão	Joaquim Manuel de Sousa	343826	casa – arrematante
743	47	Miunças	Arco Calheta	1777-1779	Luís Gonçalves de Sá	José Sardinha	408968	



# ANUÁRIO 2014

Centro de Estudos de História do Atlântico

743	49	Miunças	Estreito da Calheta	1777-1779	Manuel Sardinha Jardim / João Sardinha Jardim?	Bartolomeu Gonçalves de Azevedo		benfeitorias
743	56	Grandes e Miunças	Prazeres	1780-1782	João Sardinha Jardim / Manuel Sardinha Jardim	Domingos Francisco		benfeitorias e aposento de vinhas, árvores de fruto e inhames e casa térrea – arrematante (Manuel Sardinha Jardim)
743	57	Miunças	Estreito da Calheta	1780-1782	Francisco Pereira (Estreito da Calheta)	José Sardinha		bocados de fazenda – arrematante
743	59, 102	Grandes	Estreito da Calheta	1780-1782	Francisco Xavier Barreto (cidade)	António Marcial e Lourenço Manuel de Mendonça Furtado Cabral		dinheiro – fiador (António Marcial); fazenda – herdeiros do fiador (Lourenço Furtado)
743	64	Miunças	Arco da Calheta	1780-1782	António Rodrigues Pinto (Campanário)	Manuel Gonçalves Henriques		bocado de fazenda – arrematante
743	69, 149	Grandes e Miunças	Monte	1780-1782	António Ferreira (Monte) / Diogo Aires	Roque Vidal		bocado de fazenda, bocado de terra e casa – arrematante (Diogo Aires)
743	70, 150	Grandes e Miunças	S. <sup>to</sup> António	1780-1782	Inácio Rodrigues Pereira (S. <sup>to</sup> António) / Inácio Gomes «Pinéo»	Manuel Gomes Camacho (S. Pedro)		moradas de casas, casas sobradadas, casas térreas, fazenda, benfeitorias de vinhas, benfeitorias de vinhas e latadas – herdeiros do arrematante («Pineo» <sup>^</sup> )
743	71	Grandes, Miunças e Pescado	P. <sup>ta</sup> do Sol, Canhas e Madalena do Mar	1780-1782	Eleutério Ferreira Duarte (Madalena do Mar) / Filipe Néri da Silva / Paulo João Régis	Francisco Vieira Jardim (alferes, Canhas)	1048706	garnel – herdeiros do arrematante (Filipe Néri da Silva)
743	72	Miunças	S. <sup>ta</sup> Luzia	1780-1782	António Gomes de Vares (S. <sup>to</sup> António)	Manuel Gomes de Cairos		benfeitorias – fiador
743	76	Grandes	S. Martinho	1780-1782	Francisco Martins de Gouveia / José Gonçalves Brasão	José Gonçalves Brasão		
743	78	Miunças	Fajã da Ovelha	1780-1782	Manuel Correia (S. Pedro)	Manuel Rebelo		benfeitorias – devedor (Manuel Rodrigues) ao devedor fiscal
743	81	Grandes	S. <sup>ta</sup> Luzia	1780-1782	António Jesus de Gouveia (S. Pedro)	Manuel Rodrigues Gil (S. Pedro)		bens, vinhos – arrematante
743	87	Grandes e Verduras	N. <sup>a</sup> Sr. <sup>a</sup> do Calhau e S. Gonçalo	1789-1791	Manuel Luís de Nóbrega	José Correia de Azevedo		prédio; benfeitorias; casa alugada – herdeiros do fiador; casa alugada – devedor (José Francisco Esmeraldo) ao arrematante; casa alugada
743	89, 115, 161	Grandes e Verduras	Monte	1789-1791	Manuel Francisco	Manuel António, José Gomes Jardim «Pinão» (S. Pedro)	17111	benfeitorias, casinha térrea com forno, móveis, casa térrea, armazém – casal arrematante; aposento adjudicado – fiador

# ANUÁRIO 2014

Centro de Estudos de História do Atlântico

743	97	Grandes e Verduras	S. <sup>to</sup> António	1789-1791	José Gonçalves Brasão	arrematante – ofereceu por «especial; e geral hypotheca todos os seus bens presentes, e fucturos»	71662	
743	145	Grandes e Verduras	S. Roque	1798-1800	João Rodrigues Gil / José Gonçalves Brasão	António João		bens – arrematantes (José Gonçalves Brasão)
743	153	Grandes e Verduras	P. <sup>ta</sup> do Sol, Canhas e Madalena do Mar	1801-1803	António Teodoro da Cunha	Joaquim Ferreira Henriques «por sy, e com otorga de sua mulher»		fazenda adjudicada – herdeiros do fiador
743	157	Grandes e Verduras	Calheta	1801-1803	Francisco José de Macedo	arrematante – «se obrigou elle ditto Rendeiro»	293703	casa alugada – herdeiros do arrematante
744	8, 10	Grandes e Verduras	C. <sup>a</sup> de Lobos e Estreito de C. <sup>a</sup> de Lobos	1801-1803	António Francisco de Barros Henriques	João Caetano da Silva (capitão)		propriedade, terras – arrematante
744	24, 84	Grandes e Verduras	P. <sup>ta</sup> do Sol, Canhas e Madalena do Mar	1804-1806	Francisco Figueira da Silva	Tomás de Ornelas		fazenda adjudicada
744	28, 61	Grandes e Verduras	Fajã da Ovelha	1804-1806	Inácio Joaquim de Meneses Cabral	António João Rodrigues Brasão		fazendas, bocado de fazenda – Alexandre Telo de Meneses
744	32	Grandes e Verduras	P. <sup>ta</sup> do Pargo	1804-1806	António Joaquim Gomes	Manuel João Gomes		benfeitorias em terra (de Fernando Correia)
744	46	Grandes e Verduras	S. <sup>to</sup> António	1807-1809	João da Silva e Abreu	Francisco Pinto da Silva (padre)		*
744	47	Grandes e Verduras	Estreito da Calheta	1807-1809	Raimundo João da Câmara	Pedro João da Câmara, Francisco João de Barros Cabral e Câmara, Francisco João Rocio (Arco Calheta)		fazenda e aposento adjudicados – fiador (Pedro João da Câmara)
744	48	Grandes e Verduras	Calheta	1807-1809	Raimundo João da Câmara	Pedro João da Câmara, Francisco João de Barros Cabral e Câmara, Francisco João Rocio (Arco Calheta)		fazenda adjudicada – fiador (Pedro João da Câmara)
744	50	Grandes e Verduras	Arco da Calheta	1807-1809	Raimundo José da Silva	Joaquim Henriques e Francisco João de Caires (C. <sup>a</sup> de Lobos)		morada de casas adjudicada – arrematante
744	54	Grandes e Verduras	P. <sup>ta</sup> do Pargo	1807-1809	Ambrósio Amâncio Moniz	João da Mata Moniz de Meneses, António Teixeira Machado (Calheta)	57758	fazenda e benfeitorias adjudicadas; bocados de terra
744	68, 91, 64	Grandes e Verduras	P. <sup>ta</sup> do Sol, Canhas e Madalena do Mar	1810-1812	Manuel Joaquim Carvalho / Francisco João de Cairos	João de Freitas da Silva (C. <sup>a</sup> de Lobos)		fazendas – fiador; benfeitorias – arrematante (Manuel Carvalho)
744	66, 85, 93	Grandes e Verduras	S. <sup>to</sup> António	1810-1812	João da Silva e Abreu	António José da Costa		*
744	69, 87	Grandes e Verduras	Arco da Calheta	1810-1812	António de Gouveia	Francisco João Rocio e Bento João Perestrelo da Câmara	63731	fazendas e bocados de fazenda – Francisco João de Barros

# ANUÁRIO 2014

Centro de Estudos de História do Atlântico

744	70, 146, 149	Grandes e Verduras	Calheta	1810-1812	António Joaquim Correia Caldas / José Carlos de Mendonça	arrematantes – «se obrigou elle ditto Rendeiro»		loja alugada, móveis, casa – arrematante (José Carlos de Mendonça)
744	72, 86, 151, 149, 138	Grandes e Verduras	N.ª Sr.ª do Calhau	1810-1812	Francisco António Marques	Francisco Xavier de Freitas (padre)	1053235	fazenda de vinhas e balseiras, benfeitorias de vinhas, benfeitorias, casa alugada – fiador; porção de terra – arrematante; bocado de terra de balseiras e vinhas, bocado de terra de vinhas, balseiras e inhames – arrematante?; bocados de terra de vinhas e balseiras, bocados de fazenda
744	73, 153	Grandes e Verduras	S. Pedro	1810-1812	Bartolomeu António Vidal	arrematante – «se obrigou elle ditto Rendeiro»		telheiros, estufa, «loge»
744	80, 92	Grandes e Verduras	S. Gonçalo	1810-1812	Manuel Rodrigues Pires	arrematante – «se obrigou elle ditto Rendeiro»		Morada de casas, benfeitorias, bocado de terra de vinhas; casa de telha sobradada – neta do arrematante
744	81, 88, 89, 154	Grandes e Verduras	Fajã da Ovelha	1810-1812	António Telo / João da Mata Moniz de Meneses	Domingos João de Afonseca	842389	bocados de terra, benfeitorias, bocados de fazenda, bocados de terra, fazenda – João da Mata Moniz de Meneses («interessado como o ditto Rematante»); benfeitorias
744	96, 133, 128	Grandes e Verduras	S. Pedro	1813-1815	João Francisco Marques	Phelps Page e Comp.ª		Fazendas de vinhas e árvores de fruto, «loginha», fazenda de vinhas e balseiras, fazendas de balseiras, fazenda de árvores e verduras
744	98, 152	Grandes e Verduras	P.ª do Pargo	1813-1815	Manuel Rodrigues de Gouveia Pau Branco	José Rodrigues de Gouveia Pau Branco (P.ª do Pargo)	2569332	
744	107	Verduras	Prazeres	1813	Manuel Fernandes de Castro	arrematante – «se obrigou elle ditto Rendeiro»		benfeitorias de vinhas; casa de telha e telheiro – «sobre terra de D. Joanna de Gouvea»
744	110	Verduras	Fajã da Ovelha	1813	Filipe João de Canha	João Francisco Pita		fazenda de vinhas e árvores de fruto – arrematante
744	129, 154	Grandes	Calheta	1814-1815	Henrique José de Couto	arrematante – «se obrigou elle ditto Rendeiro»	3576075	
744	131, 144	Grandes	S. Roque	1814-1815	Inácio Mendes	arrematante – «se obrigou elle ditto Rendeiro»	928826	

Fontes: ANTT, PJRFF, *Dizimos (1775-1833)*, lv.ºs e pp. referenciados no quadro.

Observações: \* – Perdão.

# ANUÁRIO 2014

Centro de Estudos de História do Atlântico

**Quadro n.º 23 – Valores Anuais, em Réis, dos Contratos de Arrematação dos Dízimos Grandes e das Miunças/Verduras (triénios de 1777-1779 até 1813-1815) – Freguesias da Capitania do Funchal**

Anos	Freguesias e Valores														
	S.º António	S. Gonçalo	Monte	S. Roque	S. Pedro	N.ª Sr.ª do Calhau	S. Martinho	C.ª de Lobos e Estreito de C.ª de Lobos	P.ª do Sol, Canhas e Madalena do Mar	Prazeres	Fajã da Ovelha	P.ª do Pargo	Estreito da Calheta	Calheta	Arco da Calheta
1777-1779	1000000	220000	430000	751000		300000						445000		211000	
1780-1782	910000	250000	501000		279000	312000				151100		582000		225100	
1783-1785															
1786-1788															
1789-1791	1120000		750000						1163000	140000	500000	502000	263000	195500	
1792-1794				800000	400000		615000	1200000	1211000	145000	591000	551000	102000	302000	
1795-1797	1120000	200000	615000			365000		1200000	1221000	237000	620000	502000			7000
1798-1800		171000	650000	780000		240000	621000	3400000	1580000	400000	910000	800000	632000	640000	7000
1801-1803		301000	660000	1010000		340000	700000	6000000	2225000	464000	1061000	1365000	902000	1000000	715000
1804-1806	3500000	651000	530000	1010000	920000	601000	2000000		3000000	520000	1604000	1365000	1210000	1302000	715000
1807-1809	4000000	801000	530000	501000	921000	520000	2000000	7800000	3263000	705000	1719000	1301000	1540000	1500000	801000
1810-1812	4100000	1012000	700000	650000	922000	250000	2700000	13010000	4550000	1200000	2000000	1365000	2610000	2000000	900000
1813-1815	4100000	124000			923000			7500000	2000000	605000		1400000	320000		

Fontes: ANTT, PJRFF, lv.ºs 743 e 744.

Observações – contratos não trienais e triénios com mais de um contrato por freguesia: S. Gonçalo: 1814-1815; S. Roque: 1802-1803; 1807 e 1808-1809 – dois contratos, cujos valores agregámos; N.ª Sr.ª do Calhau: 1807; C.ª de Lobos e Estreito de C.ª de Lobos: 1814-1815; P.ª do Sol, Canhas e Madalena do Mar: 1814-1815; P.ª do Pargo: 1804-1806 – dois contratos, cujos valores agregámos; Estreito da Calheta: 1814-1815.

# ANUÁRIO 2014

Centro de Estudos de História do Atlântico

**Quadro n.º 24 – Administração de Dízimos (1782-1814) – Freguesias da Capitania do Funchal – Administradores, Géneros Arrecadados, Numerário e Observações**

Lv.º	Pp.	Dízimos – Ramos	Freguesia(s)	Anos	Administra- -dor(es)	Trigo	Vinho	Cevada	Centeio	Numerário	Observações
743	82	Grandes	S.ª Luzia	1782	Manuel de Santa Ana	2 m., 49 alq., 1 1/2 q. <sup>tas</sup>	15 p., 2 alm., 6 can.			222513	«Rendimento dos Dizimos da Freguezia de S.ª Luzia do Anno de 1782 que por ordem da Junta forão administrados por Manoel de Santa Anna porem na conta do Rematador António de Jesus Gouvêa»; no «Deve», o trigo está convertido em numerário, 97\$389, que corresponde a 169 alq. de trigo que «conforme a conta do Administrador renderão os ditos Dizimos, e no dito anno de cujo se dibita a sua importancia pela Liquidação para fazer credito ao Rematador por ter rematado sem ordinaria de Trigo»; o vinho referenciado noutra coluna não foi convertido em numerário; o restante do numerário presente na conta corrente é relativo: a 3 p., 21 alm. e 1 can. de vinho inferior que não servia para os filhos da folha e que seria vendido (109\$644): a vinho «vendido na taverna» (4\$500); a 2 alm. de aguardente «que se fez das borras» (7\$200); e a água-pé (3\$780)
743	148	Grandes	S.ª Luzia	1798-1800	Pedro António de Sousa	2 m., 33 1/4 alq.	15 p., 17 alm., 13 can.			289173	2 contas correntes: 1.ª – «Pedro António de Souza Administrador dos Dizimos da Freguezia de S.ª Luzia nos Annos de 1798, 1799, e 1800, em Conta de Trigo, centeio Seveda, e Vinho, que recebeu dos Dizimos»; 2.ª – «O mesmo Administrador em C/C do Dinheiro que recebe para as Despezas de Sua Administração, dos mesmos fructos reduzidos a Dinheiro»; no «Deve» da 1.ª conta corrente: destrinça entre «vinho Bom» (13 p., 2 alm., 5 can.) e vinho «inferior» (2 p., 15 alm., 8 can.); o administrador – ou um seu homónimo – foi arrematante dos dízimos grandes de C.ª de Lobos de 1775-1776; administrou ainda os dízimos grandes da mesma freguesia em 1801-1803, como se pode ver de seguida



# ANUÁRIO 2014

Centro de Estudos de História do Atlântico

743	149	Grandes	S. <sup>ta</sup> Luzia	1798-1800	Pedro António de Sousa	110 alq.	13 p., 30 b., 10 1/2 can.				«Pedro Antonio de Souza Administrador dos Dizimos da Freguezia de S. <sup>ta</sup> Luzia nos annos de 1798, 1799, & 1800 em c/c do Vinho, & Trigo que recebem dos mesmos Dizimos no Presente Anno»; destriça entre vinho bom (13 p., 10 1/2 can.) e vinho inferior (30 b.)
743	151	Grandes	S. <sup>ta</sup> Luzia	1801-1802	Pedro António de Sousa	121 alq., 3/4 q. <sup>tas</sup>	17 p., 6 b., 8 1/2 alm., 5 can.			346560	2 contas correntes: 1. <sup>a</sup> – «[...] Freguezia de Santa Luzia de 1798, a 1800 em c/c do Vinho, & Trigo [...] dos [...] Dizimos do Preterito anno»; 2. <sup>a</sup> – «[...] C/C do Dinheiro que recebe para as Despesas da sua Administração e dos mesmos frutos reduzidos a Dinheiro para o presente Anno de 1801, 1802, e 1803»; 1. <sup>a</sup> conta: destriça entre vinho bom (15 p., 8 1/2 alm.) e vinho inferior (2 p., 6 b., 5 can.)
744	9	Grandes	C. <sup>a</sup> de Lobos e Estreito de C. <sup>a</sup> de Lobos	1801	Joaquim José de Andrade					50000	Administrador – conta corrente «do Dinheiro que recebo para as Despesas da Administração»; esta administração é anterior a uma arrematação desta renda para o triénio de 1801-1803
744	9	Grandes e Verduras	S. Roque	1801	José António dos Santos de Afonseca					131840	Administrador – conta corrente «do Dinheiro que recebe para as Despesas da mesma Administração»; como se pode ver de seguida, administrou os dízimos das verduras da mesma freguesia no triénio de 1801-1803 e os dízimos grandes de N. <sup>a</sup> Sr. <sup>a</sup> do Calhau em 1808 e 1813
744	10	Grandes e Verduras	Monte	1801	Joaquim António de Carvalho					143150	Administrador – conta corrente «do Dinheiro que recebe para as Despesas da mesma Administração»; conta corrente complexa; no «Deve»: 25\$675 correspondem a 39 1/2 alq. de centeio; 47\$000 correspondem a 94 alq. de cevada; a quantia de 27\$591 é referida a propósito de uma estimativa, em comparação com outra freguesia: «Conta das Verduras Calculadas, pelo que naquelle anno renderão as de S. Roque na importancia de 78\$130 das quaes descontada a somma que por encontro pagou o Capitão Ignacio Gomes da Silva á Real Fazenda de verduras que tinha em si 50\$539»

# ANUÁRIO 2014

Centro de Estudos de História do Atlântico

744	11	Verduras	S. Roque	1801-1803	José António dos Santos de Afonseca					114917	«encarregado d»Administração da Renda das Verduras»; «Deve»: «A importancia que recebo do Liquido da Venda de Cevada, e Senteio, como do Rendimento das Verduras [...] importando na quantia de» 114\$917
744	14	Grandes	S. <sup>ta</sup> Luzia	1801-1803	Pedro António de Sousa	6 m., 43 ¾ alq.	61 p., 63 1/2 alm.				Administrador dos dízimos em «Conta Corrente do Vinho & Trigo que recebo dos mesmos Dizimos; contas em géneros por anos: 1801 – vinho: 20 p., 19 alm.; trigo: 1 m., 53 1/4 alq.; 1802 – vinho: 18 p., 17 alm.; trigo: 2 m., 40 alq.; 1803 – vinho: 23 p., 27 alm., 1/2 can.; trigo: 2 m., 10 1/2 alq.; calculámos o total
744	39	Grandes	C. <sup>a</sup> de Lobos e Estreito de C. <sup>a</sup> de Lobos	1804-1805	Francisco Lopes, António José da Costa e António Veríssimo (este apenas em 1805)	19 m., 10,375 alq.	709 p., 58 alm., 4 5/8 can.	63 1/4 alq.	3 m., 10 alq.		«A Administração das Rendas dos Dizimos Grandes [...], pelo Rendimento dos seus Frutos»; no «Deve»: destriça entre anos e freguesias: 1804 – cevada: 23 3/4 alq.; centeio: 1 m., 37 1/4 alq.; trigo: 8 m., 58 1/8 alq.; vinho: 431 p., 29 alm., 2 5/8 can.; 1805 – cevada: 39 1/2 alq.; centeio: 1 m., 32 3/4 alq.; trigo: 10 m., 12 1/4 alq.; vinho: 278 p., 29 alm., 2 can.; os dois últimos administradores trataram da arrecadação dos dízimos grandes das mesmas freguesias no ano seguinte; e o último administrou, de colaboração com António Inácio Gomes, os dízimos grandes da Fajã da Ovelha e dos Prazeres em 1813
744	59	Grandes	C. <sup>a</sup> de Lobos e Estreito de C. <sup>a</sup> de Lobos	1806	António Veríssimo e António José da Costa	9 m., 16 1/2 alq.	221 p., 50 alm., 26 1/2 can.	28 1/4 alq.	35 alq.		As quantidades de géneros do «Deve» e do «Haver» não coincidem; optámos pelas do «Deve»; destriça entre as duas freguesias no «Deve»: C. <sup>a</sup> de Lobos – cevada: 21 1/2 alq.; centeio: 9 alq.; trigo: 7 m., 18 3/4 alq.; vinho 102 p., 22 alm., 11 can.; Estreito de C. <sup>a</sup> de Lobos – cevada: 6 3/4 alq.; centeio: 26 alq.; trigo: 1 m., 57 1/8 alq.; vinho: 112 p., 28 alm., 4 can.; há ainda «cressimos que produzirão as medidas dos mesmos frutos»: vinho – 7 p., 11 1/2 can.; calculámos o total
744	65	Grandes	N. <sup>a</sup> Sr. <sup>a</sup> do Calhau	1808	José António dos Santos de Afonseca	3 m., 23 alq.	30 b., 28 1/2 alm.	1 m., 13 3/4 alq.	12 1/2 alq.		

# ANUÁRIO 2014

Centro de Estudos de História do Atlântico

744	128	Grandes	S. Gonçalo	1813	António Crisóstomo do Carmo	4 m., 41 alq.	10 p., 2 alm., 13 can.	1 m., 59 alq.	7 1/4 alq.		
744	132	Dízimos [Grandes]	N.ª Sr.ª do Calhau	1813	José António dos Santos de Afonseca	2 m., 39 1/2 alq.	16 p., 12 can.	34 1/2 alq.	16 1/2 alq.		
744	135	Dízimos [Grandes]	Fajã da Ovelha e Prazeres	1813	António Veríssimo e António Inácio Gomes	42 m., 22 alq.	25 p., 21 alm., 4 1/4 can.	1 m., 26 3/4 alq.	2 m., 1 1/2/4[sic] alq.		No «Deve», destriça entre os «frutos» da Fajã da Ovelha e dos Prazeres: Fajã da Ovelha – cevada: 22 1/4 alq.; centeio: 1 m., 18 1/4 alq.; trigo: 30 m., 31 2/4 alq.; vinho: 11 p., 25 alm., 3 2/4 can.; Prazeres – cevada: 8 2/4 alq.; centeio: 26 alq.; trigo: 10 m., 57 alq.; vinho: 9 p., 23 alm., 7 2/4 can.; há ainda «acrescimos que produziu a Sahida»: cevada: 56 alq.; centeio: 17 1/4 alq.; trigo: 53 2/4 alq.; vinho: 4 p., 2 alq., 7 1/4 can.; António Inácio Gomes foi arrematante dos dízimos grandes e das verduras nos triénios de 1807-1809 e 1810-1812
744	136	Dízimos [Grandes]	Estreito da Calheta	1813	Isidoro Soares Pereira e João Justino Pestana	12 m., 35 1/2 alq.	25 p., 10 alm., 11 1/2 can.	3 m., 23 alq.	1 m., 4 3/4 alq.		No «Deve», entre os produtos referenciados existem alguns correspondentes a «acrescimos que produziu na Sahida do receptaculo, como de sua Conta»
744	137	Grandes e Verduras	Calheta	1813	João da Cruz Henriques e Francisco Agostinho da Silva	15 m., 11 1/4 alq.	bom: 30 p., 5 alm., 11 1/2 can.; escolha: 2 p., 11 alm., 11 can.	1 m., 34 1/2[?] alq.	2 m., 23 1/4 alq.		
744	138	Dízimos [Grandes]	P.ª do Sol, Canhas e Madaleina do Mar	1813	Manuel Joaquim da Conceição e Félix José Pita	15 m., 7 1/2 alq.	34 p., 2 alm., 7 can.	5 m., 35 1/2 alq.	1 m.		
744	139	Dízimos [Grandes]	C.ª de Lobos e Estreito de C.ª de Lobos	1813	Alexandre da Silva Lopes e José Paulo Vieira	11 m., 31 2/4 alq.	163 p., 17 alm., 6 can.	30 alq.	3 m., 19 alq.		No «Deve», destriça entre as 2 freguesias: Estreito de C.ª de Lobos – centeio: 3 m., 19 alq.; cevada: 25 alq.; trigo: 3 m., 32 3/4 alq.; vinho: 82 p., 2 alm., 7 can.; C.ª de Lobos: trigo: 5 m., 38 1/2/4[sic] alq.; vinho: 81 p., 13 alm., 2 can.; o restante é de «acrescimos pela Sahida»: cevada: 5 alq.; trigo: 2 m., 21 alq.; vinho: 1 alm., 11 can.

# ANUÁRIO 2014

Centro de Estudos de História do Atlântico

744	140	Dízimos [Grandes]	S. Martinho	1813	Manuel Joaquim Lopes	13 m., 30 1/4 alq.	40 p., 27 alm., 12 can.				
744	141	Dízimos [Grandes]	S. Roque	1813	Crispim Bettencourt Cardoso	3 m., 18 alq.	bom: 37 p., 28 alm., 10 1/4 can.; escolha: 1 p., 5 alm.	11 alq.	20 alq., 7/8 q. <sup>tas</sup>		
744	142	Dízimos [Grandes]	Monte	1813	Domingos da Silva e Carvalho	2 m., 59 1/8 alq.	21 p., 21 alm., 3 1/2 can.	2 m., 18 1/8 alq.	1 m., 13 1/8 alq.		Pequena discrepância: cevada: 18 1/2 no «Deve», 18 5/8 no «Haver»; optámos pelo primeiro número
744	146	Dízimos [Grandes]	Arco da Calheta	1813	João Alexandre Telo de Meneses	13 m., 4 alq.	17 p., 14 alm., 3 3/4 can.	3 m., 50 alq.	1 m., 36 3/4 alq.		Nota à margem externa no «Deve»: «NB. Por Despacho da Comição de 18 de Março de 1835 lhe foi concedido 100\$000 rs de gratificação pela cobrança desta renda»; o administrador foi arrematante dos dízimos grandes e das verduras do Arco da Calheta durante três triénios consecutivos – de 1795-1797 até 1801-1803
744	150	Dízimos [Grandes]	Arco da Calheta	1814	João Plácido da Veiga	13 m., 32 3/4 alq.	13 p., 22 alm., 8 can.	4 m., 13 alq.	1 m., 40 3/4 alq.		

Fontes: ANTT, PJRFF, *Dízimos (1775-1833)*, lv.<sup>os</sup> e pp. referenciados no quadro.

Observações: Correspondência entre as medidas antigas usadas nas fontes e o sistema métrico decimal: m. (corresponde a 60 alqueires) – 831,900 litros; alq. – 13,865 litros; q.<sup>tas</sup> – 3,466 litros; p. (corresponde a 30 alm.) – 437,500 litros; bar. (corresponde a 2,5 alm.); alm. (corresponde a 14 can.) – 17,500 litros; can. – 1,250 litros (ANTT, PJRFF, *Registo das Condições de Contratos – Junta da Real Fazenda do Funchal*, lv.<sup>o</sup> 444, pp. 6, 23, 58 e 70; MENEZES, 1850, *Uma Epoca Administrativa da Madeira e Porto Santo, a Contar do dia 7 de outubro de 1846*, vol. 2.<sup>o</sup>, p. 59; SILVEIRA, 1868, *Mappas das Medidas do Novo Systema Legal comparadas com as antigas nos diversos concelhos e ilhas*, pp. 124, 129 – medidas do concelho do Funchal).